



PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2012

MANUAL DO CANDIDATO

**LEIA ATENTAMENTE O INTEIRO TEOR DESTE MANUAL,
POIS É POR ELE QUE COMEÇA A SUA SELEÇÃO.**



Rua Tupis 485 – sala 114 – Centro – Belo Horizonte / MG CEP 30190-060

Telefone: (31) 3261 1194 - Fax: 2514 4591
Internet: www.seapconcursos.com.br

Horário de funcionamento:
De 9 as 17 h, de segunda a sexta-feira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 001/2012

CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

ITEM	ATIVIDADE	DATA
01	Início das Inscrições	30/11/2012
02	Término das Inscrições	02/01/2013
03	Divulgação dos nomes dos candidatos, cargo e data de nascimento, na Prefeitura Municipal de Sabará e no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br	28/01/2013
04	Divulgação das homologações das inscrições, locais e horários das Provas Objetivas na Prefeitura Municipal de Sabará e nos endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br	04/02/2013
05	Realização das Provas Objetivas e Dirigidas	16* e 17/02/2013
06	Divulgação dos gabaritos oficiais das Provas Objetivas e Dirigidas na Prefeitura Municipal de Sabará e no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br	18/02/2013
07	Prazo de Recurso referente aos Gabaritos Oficiais das Provas Objetivas e Dirigidas	19 a 21/02/2013
08	Respostas aos recursos interpostos pelos candidatos	08/03/2013
09	Resultado das Provas Objetivas e Dirigidas	08/03/2013
10	Prazo de Recurso referente ao resultado das Provas Objetivas e Dirigidas	11 a 13/03/2013
11	Resposta aos recursos interpostos pelos candidatos	22/03/2013
12	Resultado Final do Concurso Público para fins de homologação	22/03/2013

***As provas serão aplicadas no sábado caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de locais (espaços físicos) adequados nos estabelecimentos de ensino ou em outros locais disponíveis no Município de Sabará. A confirmação será feita no dia 04/02/2013.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

O Prefeito do Município de Sabará, Estado de Minas Gerais, Sr. William Lúcio Goddard Borges, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, torna público que estarão abertas, no período de **30/11/2012 a 02/01/2013**, as inscrições para o Concurso Público de Provas para provimento das vagas dos cargos do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Sabará, de acordo com a seguinte legislação: Lei Municipal nº 479/1992, Lei Municipal nº 554/1993, Lei Municipal nº 617/1994, Lei Municipal nº 632/1994, Lei Municipal nº 995/2002, Lei Municipal 1060/2002, Lei Municipal nº 1061/2002, Lei Municipal nº 1068/2002, Lei Municipal nº 1091/2003, Lei Municipal nº 1096/2003, Lei Municipal nº 1098/2003, Lei Municipal nº 1120/2003, Lei Municipal nº 1166/2004, Lei Municipal nº 1217/2004, Lei Municipal nº 1235/2004, Lei Municipal nº 1510/2007, Lei Municipal nº 1674/2009, Leis Complementares Municipais nº 013/2008 e nº 015/2011, Portaria Municipal nº 07/2001, Leis Federais nº 7394/1985, nº 8.906/1994, nº 12317/2010 e alterações.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade da empresa SEAP - Serviço Especializado em Administração e Projetos Ltda., CNPJ 08.993.055/0001-51, site www.seapconcursos.com.br, obedecidas as legislações pertinentes e as normas deste Edital.

1.2. O Concurso Público compreenderá em Provas Objetivas de Múltipla Escolha e Prova Dirigida para os cargos de nível elementar alfabetizado, e terão caráter eliminatório e classificatório. As questões de múltipla escolha terão quatro opções de resposta (A, B, C, D). Após a homologação do Concurso, haverá a comprovação de requisitos e exames médicos, de caráter eliminatório sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Sabará.

1.3. O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, contados da data da homologação do seu resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, a critério da Administração Pública.

1.4. Os cargos públicos efetivos descritos neste Edital, suas áreas de atuação, especialidades, números de vagas, habilitação exigida, jornadas de trabalho e vencimentos iniciais, os tipos de provas, e quantidade de questões são os previstos no Anexo III deste Edital.

1.5. Caso surjam, no prazo de validade deste concurso público, outras vagas além das previstas para os mesmos cargos públicos efetivos previstos neste Edital, e, observados o interesse público e a necessidade do serviço, poderão ser nomeados os candidatos aprovados neste certame, limitados ao quantitativo das novas vagas incorporadas e observada a ordem classificatória dos candidatos excedentes e candidatos com deficiência classificados.

1.5.1 Conforme o Estatuto dos Servidores Público Municipais, Lei Complementar nº 013/2008, art. 33, o servidor aprovado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao complementar 03(três) anos de efetivo exercício, desde que aprovado na avaliação de desempenho, observado o disposto no art. 36, desta lei.

1.6. COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO

1.6.1. Será de responsabilidade da Comissão Organizadora de que trata a Portaria n.º 171/2012, designada pelo Prefeito Municipal, os procedimentos operacionais necessários à realização do Concurso, no que se refere às obrigações do Município.

1.7. Regime Empregatício - O Regime Jurídico adotado é o Estatutário, nos termos da Legislação do Município. O local de trabalho será nas Secretarias que compõem a Administração, em todo o território do Município, na zona urbana ou rural.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INGRESSO NO CARGO

2.1.1. Ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital.

2.1.2. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º, do artigo 12, da Constituição Federal de 1988.

2.1.3. Possuir, na data da posse, certificado/diploma de acordo com as exigências do cargo, especificadas no Anexo III deste edital, obtido em instituição de ensino público ou privado, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

2.1.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais.

2.1.5. Estar em dia com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino.

2.1.6. Ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse.

2.1.7. Gozar de boa saúde física, sensorial e mental, estando apto para exercer todas as atribuições do cargo para o qual for nomeado, contidas neste Edital.

2.1.8. Apresentar, na época da posse, os documentos comprobatórios descritos no Título 8 - Convocação e Posse.

2.1.9. Para a posse, o candidato nomeado será submetido a exames médicos admissionais, custeados pelo próprio candidato, cujo laudo médico da Secretaria de Saúde terá efeito conclusivo sobre as condições físicas, sensoriais e mentais necessárias ao exercício das atribuições do cargo público efetivo, observada a legislação específica.

2.1.9.1 O médico examinador da Secretaria de Saúde do Município poderá solicitar exames e testes complementares que julgar necessário para conclusão do seu parecer.

2.1.10. O candidato considerado INAPTO no exame médico admissional, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, estará impedido de tomar posse e terá tornado sem efeito seu ato de nomeação.

2.1.11. O candidato inscrito como pessoa com deficiência, se aprovado na forma do disposto neste edital, será submetido à inspeção médica a ser designada pela Prefeitura Municipal de Sabará.

2.1.11.1. A inspeção médica de que trata o item 2.1.11 verificará se existe ou não caracterização da deficiência declarada pelo candidato, e em seguida emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional. A Inspeção Médica também deverá averiguar se existe compatibilidade da deficiência declarada pelo candidato com as atribuições do cargo para o qual foi nomeado, nos termos do art. 43, do Decreto Federal n.º 3.298/1999 e suas alterações.

2.1.11.2. Qualquer candidato, sendo pessoa com deficiência ou não, que não comparecer no dia, horário e local marcado para realização da inspeção médica, será eliminado deste Concurso Público.

2.1.11.3. O candidato às vagas da reserva legal, não considerado pessoa com deficiência pela Inspeção Médica nos termos do art. 4º e seus incisos, do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, perderá o direito à vaga reservada aos candidatos com deficiência, será eliminado da relação específica, terá seu ato de nomeação tornado sem efeito e permanecerá na relação de candidatos classificados para a ampla concorrência.

2.1.11.4. O candidato inscrito como pessoa com deficiência, declarado inapto na inspeção médica em virtude de incompatibilidade da com deficiência com as atribuições do cargo será eliminado deste Concurso Público e terá seu ato de nomeação tornado sem efeito.

2.2. DAS INSCRIÇÕES

2.2.1. As inscrições serão realizadas através do endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br das 09h00min do dia **30/11/2012** até às 22h00min do dia **02/01/2013**. Os interessados deverão preencher formulário eletrônico disponível no site da empresa realizadora do Concurso Público, informando todos os dados pedidos no referido formulário, que serão transmitidos à SEAP via Internet e imprimir o boleto bancário.

2.2.1.1. Os interessados no Concurso Público, sem acesso à Internet, poderão utilizar os terminais de computador disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Sabará, situado a Rua D. Pedro II, nº 200 – Centro– Sabará /MG, exceto sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo, no horário de **09h00min às 16h00min**.

2.2.1.2. O candidato poderá emitir 2ª via do Boleto Bancário no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br até o dia **02/01/2013**, para efetuar o pagamento na rede bancária até a data de vencimento do mesmo, no próximo dia útil.

2.2.1.3. A inscrição via INTERNET só será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio do Boleto Bancário. Havendo mais de uma inscrição paga, independentemente do cargo escolhido, prevalecerá a última inscrição cadastrada e quitada, ou seja, com data e horário mais recentes. As demais inscrições realizadas não serão consideradas, e após o pagamento do boleto bancário, em hipótese alguma será realizada troca de cargo.

2.2.1.4. O pagamento após a data de vencimento implica no CANCELAMENTO da inscrição

2.2.1.5. O candidato poderá nomear a um procurador, através de procuração simples, com cópia dos documentos pessoais e descrição do cargo pretendido, para que realize a inscrição na sede da Prefeitura, caso o candidato não tenha acesso a INTERNET. A procuração deverá mencionar expressamente o **cargo pretendido**.

2.2.1.5.1. O candidato e seu procurador são os únicos responsáveis pelas informações prestadas no Requerimento de Inscrição. O Município e/ou a entidade contratada para realização deste Concurso Público não se responsabilizarão por informações e endereços incorretos ou incompletos fornecidos pelo candidato ou seu procurador, que poderão ser retificados pelo candidato em Ata de Prova, no dia da prova objetiva.

2.2.1.5.2 Depois de efetuada a inscrição, o respectivo boleto bancário para pagamento será entregue ao procurador.

2.2.1.6. Objetivando evitar ônus desnecessário, especialmente quanto ao recolhimento de taxa de inscrição, recomenda-se que o candidato somente efetue a sua inscrição após tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos para o Concurso, bem como certificar-se de que preenche as condições exigidas para o provimento do Cargo Público pretendido.

2.2.1.7. O pagamento da taxa de inscrição somente poderá ser efetuado – em dinheiro – mediante boleto bancário emitido, por ocasião do registro de inscrição do candidato, sendo essa a única forma válida de pagamento para fins de inscrição neste concurso, até o primeiro dia útil seguinte ao encerramento das inscrições, conforme Cronograma.

2.2.1.8. O valor da taxa de inscrição está estabelecido para cada cargo público no ANEXO III deste Edital.

2.2.1.9. Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, *fac-símile* (fax), correio eletrônico (*e-mail*) ou qualquer outro modo que não o especificado neste Edital.

2.2.1.10. O candidato é responsável pela veracidade das informações prestadas no Requerimento de Inscrição, arcando com as consequências de quaisquer incorreções, sendo que as retificações necessárias serão feitas em Ata, no dia da prova objetiva.

2.2.1.11. O candidato, ao preencher o Requerimento de Inscrição, declara, sob as penas da lei, estar ciente das exigências e normas estabelecidas para este concurso e estar de acordo com as mesmas, bem como possuir os requisitos para o provimento do cargo público e estar em condições de apresentar os documentos comprobatórios, caso venha a ser empossado.

2.2.1.12. O candidato terá sua inscrição homologada somente após a confirmação bancária do pagamento da taxa de inscrição. Não será considerado para fins de homologação de inscrição o comprovante de agendamento de pagamento.

2.2.1.13. A homologação das inscrições será divulgada por meio de listagem, afixada no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Sabará e no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br

2.2.1.14. Da não-homologação das inscrições, caberá recurso à SEAP, a contar da data da divulgação conforme Cronograma, no prazo de 03 (três) dias úteis, no horário de 09h00min às 16h00min na Prefeitura Municipal de Sabará, no Setor de Protocolo dirigido à Comissão Organizadora ou enviado via Correios diretamente à Seap, com cópia do boleto bancário quitado.

2.2.1.15. O candidato poderá inscrever-se apenas para um único cargo.

2.2.1.16. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste EDITAL, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.2.1.17. O Edital na íntegra estará disponível na página dos endereços eletrônicos www.seapconcursos.com.br e www.sabara.mg.gov.br e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Sabará.

2.2.1.18. O preenchimento dos dados constantes do Requerimento de Inscrição é de total responsabilidade do candidato.

2.2.1.19. A declaração falsa dos dados constantes do Requerimento de Inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, acarretará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, ficando o candidato sujeito às penalidades legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

2.2.1.20. O candidato com deficiência, caso necessite de tratamento diferenciado, deverá preencher os campos indicados no Requerimento de Inscrição e solicitar as condições especiais para realização das provas, nos termos do Título 3.

2.2.1.21. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento de todas as etapas do Concurso Público, através da página do endereço eletrônicos www.seapconcursos.com.br, e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Sabará.

2.2.1.22. A correção de eventuais erros de digitação ocorridos no nome, data de nascimento ou outros dados, deverá ser solicitada ao **Fiscal de Sala**, no dia e local de realização das provas objetivas, e constar em Ata.

2.3. DAS CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

2.3.1. Somente serão isentos da taxa de inscrição os candidatos que, no período de **30/11/2012** a **03/12/2012**:

a) Comprovarem ser pobre no sentido legal, através de qualquer meio idôneo, como o cadastro no Programa de Bolsa Família/Cesta Escola, mediante apresentação de Declaração fornecida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social ou órgão equivalente, ou a comprovação no Cadastro Único para Programas Sociais através do Número de Identificação Social – NIS, ou cópia da última baixa na CTPS, demonstrando estar desempregado e não recebendo nenhum benefício previdenciário ou seguro desemprego.

b) Declararem que não podem arcar com o valor da taxa sem prejuízo de seu sustento ou de sua família, através de “Declaração de Hipossuficiência Financeira”, constante do **modelo de Declaração de Hipossuficiência Financeira** deste Edital, a saber:

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (Poderá ser feito manualmente)

Eu _____, Carteira de Identidade nº _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o número _____, candidato ao cargo de _____, inscrito no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Sabará – Edital 01/2012 sob o nº _____, declaro que preencho as condições trazidas no Termo do Edital, especialmente a descrita no item 2.3, para o ato de isenção da taxa de inscrição, tendo em vista que a renda *per capita* de minha família, considerando-se, para tanto, os ganhos dos membros do núcleo familiar, que vivem sob o mesmo teto, é insuficiente para arcar com o pagamento da referida Taxa de Inscrição, respondendo civil e criminalmente pelo teor desta informação.

_____/_____/_____
(local) (data)

(Assinatura)

2.3.2. O candidato que necessitar da isenção da Taxa de Inscrição deverá realizar a inscrição e não efetuar o pagamento do boleto bancário. Deverá levar a documentação em envelope lacrado contendo **os documentos descritos no item anterior** para ser entregue mediante protocolo, pessoalmente ou encaminhá-los pelos Correios, via Carta Registrada, com Aviso de Recebimento, para o endereço da Seção de Protocolo da Prefeitura Municipal de Sabará, aos cuidados da Comissão Organizadora do Concurso Público - Edital 001/2012 – Rua Dom Pedro II, nº 200. No envelope indicar: nome completo, cargo pretendido, nº de inscrição e o termo “PEDIDO DE ISENÇÃO”.

2.3.2.1 – O pedido de isenção da Taxa de Inscrição deverá ser entregue pessoalmente, por representante ou enviado por meio de Carta Registrada com Aviso de Recebimento ao endereço do item 2.3.2 no período de **30/11/2012** a **03/12/2012**, não sendo aceitos posteriormente, seja qual for o motivo alegado. A tempestividade da solicitação será feita pela data de postagem do documento ou protocolo realizado.

2.3.3. O pedido de isenção da Taxa de Inscrição será julgado pela Comissão Organizadora do Concurso e será divulgado até o dia **18/12/2012**, na página do endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Sabará.

2.3.4. Fica assegurado o direito de recurso aos candidatos com o pedido de isenção indeferido, no prazo de 03 (três) dias úteis após a divulgação. Os recursos deverão ser entregues no mesmo local do item 2.3.2 ou enviados via Sedex ou Carta Registrada com A.R.. Os candidatos com pedidos de isenção deferidos estarão automaticamente inscritos no Concurso. Os candidatos cuja documentação estiver incompleta, terão o pedido de isenção indeferido.

2.3.5. O Resultado Final do julgamento dos recursos será divulgado em até três dias úteis antes do término das inscrições, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Sabará e no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br

2.3.6. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos, caso queiram, poderão efetuar o pagamento dentro do prazo fixado.

2.3.6.1. O pagamento da taxa de inscrição aos que tiverem o pedido de isenção indeferido, deverá ser efetuado – em dinheiro – mediante boleto bancário emitido através do endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br.

2.3.7. A simples entrega da documentação não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição. Caso a documentação enviada esteja incompleta, o pedido de isenção será indeferido, sem direito a recurso.

2.3.8. Não serão aceitos, após a entrega da documentação, acréscimos ou alterações das informações prestadas, sendo que a veracidade das informações poderá ser consultada junto aos órgãos gestores vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social. O candidato poderá ser convocado para apresentar documentos originais através da Comissão do Concurso.

2.3.9. A responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e pela autenticidade da documentação apresentada é do candidato, sob as penas da lei. Caberá à Comissão Organizadora do Concurso Público a análise do preenchimento dos requisitos e eventual indeferimento dos pedidos formulados e em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, reaver a isenção. Constatada a ocorrência de tais hipóteses, serão adotadas medidas legais contra os infratores, inclusive as de natureza criminal, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

2.3.10. O Município de Sabará não se responsabilizará pelo conteúdo dos envelopes recebidos, que deverão estar lacrados, o qual será de inteira responsabilidade do candidato. Os envelopes serão abertos na presença dos membros da Comissão do Concurso e lavrados em Ata.

2.3.11. **Não será concedida isenção aos inscritos que já tenham efetuado o pagamento da respectiva taxa de inscrição.** O candidato que tiver o pedido de isenção indeferido e que não regularizar a sua inscrição por meio do pagamento do respectivo boleto, terá o pedido de inscrição invalidado. O candidato não poderá alterar o cargo solicitado no pedido de isenção deferido.

2.3.12. É de exclusiva responsabilidade do candidato informar-se sobre o resultado do pedido de isenção.

2.4. Outras informações:

- a)** O pagamento da taxa de inscrição somente poderá ser efetuado em dinheiro através de boleto bancário em qualquer agência bancária até o vencimento. Não será aceito depósito em caixa rápido, débito programado ou pagamento através de cheque.
- b)** Realizar apenas o pagamento da inscrição não significa que o candidato esteja inscrito, devendo acompanhar as datas previstas no Cronograma, para a homologação das inscrições.
- c)** A taxa de inscrição uma vez paga, somente será devolvida nos casos de:
- c.1)** cancelamento ou suspensão do Concurso Público;
- c.2)** exclusão de algum cargo oferecido;
- c.3)** nos casos de suspensão do concurso e/ou alteração da data das provas do certame, nos casos de culpa ou dolo da comissão organizadora, a contar do requerimento de devolução.
- c.4)** demais casos que a Comissão Organizadora de Concurso Público julgar pertinente.
- d)** Confirmada a situação especificada de devolução de Taxa referente à inscrição, esta será devolvida ao candidato pela Prefeitura Municipal, através de depósito em conta-corrente ou ordem de pagamento, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis da data do requerimento do candidato, após a publicação do ato motivador da respectiva devolução.
- e)** Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória ou condicional.
- f)** Não serão recebidas inscrições ou recursos por via postal, fax, condicional e/ou extemporânea.
- g)** Não serão aceitas inscrições com documentação incompleta.
- h)** A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. A candidata lactante deverá solicitar atendimento especial com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis diretamente à SEAP, apresentando cópia simples da certidão de nascimento da criança.
- i)** Os documentos enviados via Correios serão averiguados pela tempestividade da data da postagem.
- j)** A SEAP não fornecerá exemplares de provas relativas a Concursos Públicos e Processos Seletivos anteriores.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, desde que as atribuições do cargo pretendido não sejam incompatíveis com a deficiência de que são portadoras, e a elas serão reservados o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou das que vierem a surgir após a publicação deste Edital, durante o prazo de validade do concurso para cada cargo/especialidade.

3.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente conforme disposto no art. 37, § 2º, do Decreto Federal nº 3.298 de, 20 de dezembro de 1999, não podendo o arredondamento acarretar a reserva de vaga em percentual superior a 20 % (vinte por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir após a publicação deste Edital e durante o prazo de validade do concurso para cada cargo/especialidade.

3.2. Considera-se pessoa com deficiência o candidato que se enquadrar nas categorias discriminadas no Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com a redação dada pelo Decreto Federal n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e observado o disposto na Lei Federal n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989.

3.2.1. Consideram-se com deficiências que asseguram ao candidato o direito de concorrer às vagas reservadas, aquelas identificadas nas categorias contidas no Artigo 4º do Decreto Federal nº 3298/99:

a) com deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções;

b) com deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; com deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º, ou a ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores;

c) com deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho;

d) com deficiência múltipla: associação de duas ou mais com deficiências.

3.2.1.1. O candidato que declarar ser pessoa com deficiência deverá apresentar laudo médico, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, com expressa referência ao Código correspondente, emitido, no máximo, 120 (cento e vinte dias) dias antes do término das inscrições.

3.2.2. O laudo médico (original ou cópia autenticada) e cópia simples do Documento de Identidade e CPF deverão ser encaminhados pessoalmente ou através de procurador, através de procuração simples, em envelope lacrado, mediante protocolo na sede da Prefeitura Municipal de Sabará, ou pelos Correios, através de SEDEX ou carta registrada, com Aviso de Recebimento, postado, impreterivelmente durante o período de inscrições, do dia **30/11/2012** ao dia **02/01/2013**, aos cuidados da SEAP Consultoria e Concursos Públicos Ltda. – Rua Tupis, nº 485 – Sala 114, Centro, Belo Horizonte – MG CEP 30190-060. Identificar no lado externo do envelope: Concurso Público Prefeitura Municipal de Sabará – Laudo Médico – Nome completo, cargo, endereço e nº de inscrição.

3.2.3. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Município de Sabará e a SEAP não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.

3.2.4. O laudo médico (original ou cópia autenticada) terá validade somente para este concurso público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

3.3. O candidato com deficiência participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos aprovados e classificados na listagem de ampla concorrência no que se refere ao horário e ao conteúdo das provas, e aos critérios de avaliação e de aprovação.

3.4. A realização de provas em condições especiais para o candidato com deficiência ficará condicionada à solicitação prévia do mesmo e à apresentação de toda documentação elencada no item 3.2 e seus subitens, observada a legislação específica. Os locais para a realização das provas deverão oferecer condições de acessibilidade aos candidatos com deficiência, segundo as peculiaridades dos inscritos.

3.5. O candidato com deficiência deverá declarar no **ato da inscrição**, em espaço próprio do requerimento de inscrição, a sua condição de deficiência, e solicitar, se for o caso, procedimento diferenciado para se submeter às provas e aos demais atos pertinentes ao concurso. O candidato que deixar de declarar a sua condição de pessoa com deficiência e não enviar o laudo médico não poderá alegá-la posteriormente, e submeter-se-á aos mesmos procedimentos oferecidos aos demais candidatos.

3.6. Na falta de candidatos com deficiência aprovados para as vagas a eles reservadas, as mesmas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados e classificados na listagem de ampla concorrência, com estrita observância da ordem classificatória.

3.7. Para efeito de posse, a deficiência do candidato será avaliada pela Secretaria Municipal de Saúde, que decidirá de forma terminativa sobre a caracterização do candidato como pessoa com deficiência, e, em caso afirmativo, sobre a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

3.8. Caso a Secretaria de Saúde do Município conclua pela incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo público efetivo para o qual foi aprovado e classificado, o candidato com deficiência será eliminado do concurso e terá anulado o ato de sua nomeação, assegurando o direito ao contraditório e a ampla defesa.

3.8.1. Caso a Secretaria de Saúde conclua ter o candidato aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo efetivo para o qual for nomeado, mas não o caracterize como pessoa com deficiência por ele declarada, o mesmo terá seu ato de nomeação anulado e retornará para a listagem de ampla concorrência.

3.9. O não-comparecimento à perícia médica, observado o disposto no subitem 3.7, acarretará a exclusão do candidato da listagem relativa às pessoas com deficiência, permanecendo listado apenas na classificação da ampla concorrência.

3.9.1 Durante o estágio probatório se for comprovada por perícia médica a incompatibilidade da deficiência do candidato com as atribuições do cargo será exonerado.

3.10. Os candidatos que no ato da inscrição se declararem pessoas com deficiência, se aprovados no Concurso Público, terão seus nomes publicados na lista geral dos aprovados e em lista específica. A convocação para posse será feita a partir do candidato com deficiência mais bem classificado no cargo.

3.11. Os casos omissos neste Edital em relação às pessoas com deficiência obedecerão ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.12. As vagas reservadas aos candidatos considerados pessoas com deficiência estão contidas no total de vagas oferecidas e distribuídas neste Concurso Público, conforme discriminado no Quadro de Vagas do Anexo III deste Edital.

3.13. A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada pela Internet, no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Sabará na ocasião da divulgação dos locais e horários de realização das provas objetivas.

3.14. O candidato disporá de 03 (três) dias úteis, a partir da divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, devendo entrar em contato **imediatamente** com a empresa organizadora. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

3.14.1. Os pedidos de revisão deverão ser encaminhados à SEAP- Serviço Especializado em Administração e Projetos Ltda. – Rua Tupis 485 – Sala 114, Centro, Belo Horizonte – MG CEP 30190-060. Identificar no lado externo do envelope: Concurso Público - Prefeitura Municipal de Sabará – Assunto: Recurso - Laudo Médico – Nome completo, cargo, endereço. O prazo de resposta será de 48 (quarenta e oito) horas.

4. DAS PROVAS

4.1. O Processo Seletivo consistirá na aplicação de Provas Objetivas ou Dirigidas.

4.1.1. As Provas Objetivas ou Dirigidas, de caráter classificatório e eliminatório, são as descritas no ANEXO III deste edital.

4.1.2. As Provas Objetivas ou Dirigidas serão realizadas conforme previsto no Cronograma do Concurso Público, página 2, deste Edital. Os locais e horários serão divulgados na Prefeitura Municipal de Sabará e no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br.

4.1.3. As Provas Objetivas ou Dirigidas constarão de questões de múltipla escolha com 04 (quatro) opções (A, B, C, D) e uma única resposta correta.

4.1.4. As Provas Dirigidas serão aplicadas exclusivamente aos candidatos para os cargos de **Auxiliar de Serviços, Auxiliar de Obras e Serviços e Trabalhador Braçal**.

4.1.5. As Provas Objetivas terão a duração de 03 (três) horas.

4.1.6. As Provas Objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

4.1.7. As respostas das Provas Objetivas deverão ser transcritas para o Cartão Resposta, que é o único documento válido para correção eletrônica. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato, sendo da responsabilidade exclusiva deste os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, emenda ou rasura, ainda que legível.

4.1.8. Será aprovado o candidato que obtiver nota superior a 50% (cinquenta por cento) do total de pontos das provas inerentes as funções, especificadas no ANEXO III deste Edital.

4.1.9. Será aprovado/desclassificado o candidato que zerar qualquer prova ou não obtiver 50% (cinquenta por cento) dos pontos na prova de Conhecimentos Específicos.

4.1.10. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do valor da nota final.

4.1.11. As sugestões bibliográficas são as citadas no Anexo II deste Edital.

4.1.12. Havendo alteração da data prevista para realização das provas, será publicada, com antecedência, nova data, com ampla divulgação.

5. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.1. A divulgação dos locais e horários das Provas Objetivas será feita conforme Cronograma do Concurso Público, página 2, deste Edital, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Sabará no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br.

5.2. O candidato deverá comparecer ao local de realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto, de acordo com o Horário de Brasília, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, documento oficial de identificação com foto conforme subitem 5.2.1 e comprovante de inscrição, disponível na área do candidato, através de login com CPF e senha cadastrados. Não haverá tolerância no horário estabelecido no comprovante de inscrição, ficando ao candidato que chegar após o fechamento dos portões, vedada a entrada no local respectivo e será automaticamente eliminado do concurso.

5.2.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); Passaporte; Certificado de Reservista; Carteiras Funcionais do Ministério Público; Carteiras Funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; Carteira de Trabalho; Carteira Nacional de Habilitação com foto.

5.3. O candidato impossibilitado de apresentar, no dia das provas, documento oficial de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido, no máximo, nos 30 (trinta) dias anteriores à realização das provas e outro documento que contenha fotografia e assinatura. Em caso de perda do Cartão de Inscrição, no dia da prova, o candidato deverá procurar a Coordenação do concurso no local de sua realização. A inobservância destas prescrições importará na proibição ao candidato de ingressar no local da prova e em sua automática eliminação do concurso, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

5.4. O candidato, sob pena de sua eliminação do concurso, após ter assinado a lista de presença, não poderá ausentar-se do local de realização da sua prova, sem acompanhamento de um dos fiscais responsáveis pela aplicação das provas. Igualmente, será eliminado do concurso o candidato que deixar de assinar a lista de presença ou não devolver a folha de respostas. Poderá levar o caderno de prova após permanência mínima de 01 (uma) hora dentro de sala.

5.5. Também será eliminado do concurso, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, o candidato que:

a) praticar ato de descortesia ou falta de urbanidade com qualquer fiscal ou agente incumbido da realização das provas;

b) tentar ou utilizar-se de qualquer espécie de consulta ou comunicação verbal, escrita ou gestual, com terceiro ou com outro candidato;

c) valer-se do auxílio de terceiro para a realização da prova;

d) tentar ou utilizar-se nas dependências dos locais de prova de qualquer espécie de consulta em livros, códigos, manuais, impressos, anotações, equipamentos eletrônicos, tais como relógios, "walkmans", gravadores, calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, ou por instrumentos de comunicação interna ou externa, tais como telefones, "pagers", "beeps", entre outros;

e) quebrar o sigilo da prova mediante qualquer sinal que possibilite a sua identificação, quando assim vedado;

f) utilizar-se de processos ilícitos na realização da prova, se comprovado posteriormente, mediante análise, por meio eletrônico, estatístico, mecânico, visual ou grafotécnico;

g) portar armas;

h) perturbar, de qualquer modo, a ordem e a tranqüilidade nas dependências dos locais de prova.

5.6. É vedado o esclarecimento ao candidato sobre enunciado das questões ou sobre o modo de resolvê-las.

5.7. O candidato deverá preencher a folha de respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, assinalando por inteiro o espaço correspondente à alternativa escolhida. A folha de respostas será o único documento válido para efeito de correção da prova. Obrigatoriamente, o candidato deverá devolver ao fiscal de prova a folha de respostas devidamente preenchida e assinada. Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

5.8. Será considerada **nula** a Folha de Respostas que estiver preenchida a lápis e sem assinatura. O candidato será considerado **AUSENTE**.

5.8.1. Não serão atribuídos pontos das questões rasuradas ou em branco, bem como divergentes do gabarito que apresentarem duplicidade de resposta, ainda que uma delas esteja correta.

5.9. Após a entrega do Cartão de Respostas, não será permitido a permanência do candidato no local de realização das provas ou o uso dos sanitários.

5.10. A duração da Prova Objetiva será de 03h (três horas), sendo permitida a saída dos candidatos da sala com o caderno de provas decorridos 60 (sessenta) minutos contados do início da prova.

5.11. Os 02 (dois) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos do local de realização da prova.

5.12. Não será permitido, em nenhuma hipótese, o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao Concurso Público no local de aplicação das provas.

5.13. Após entrega do Cartão Resposta não será permitido o uso dos sanitários. Poderá ser utilizado detector de metais nas entradas dos sanitários durante a realização das provas objetivas e dirigidas.

5.14. O gabarito para a conferência do desempenho dos candidatos será publicado pela SEAP conforme Cronograma, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Sabará no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br.

5.15. Os objetos de uso pessoal serão colocados em local indicado pelo fiscal de prova e retirados somente após a entrega do Cartão Resposta.

5.16. Não haverá segunda chamada para as provas. O não comparecimento a quaisquer das provas resultará na eliminação automática do candidato.

5.17. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.18. Em hipótese alguma serão realizadas provas fora do local, cidade, data e horários determinados. Não serão levados em consideração os casos de alteração psicológica ou fisiológica e não será dispensado tratamento diferenciado em função dessas alterações. Não haverá guarda-volumes para quaisquer objetos.

5.19. Para se ter acesso ao local das provas é imprescindível a apresentação do documento oficial de Identidade com foto e o comprovante de inscrição do concurso público, disponível para impressão na página principal do site através de login e senha

cadastrada, levando também o boleto bancário com quitação da rede bancária, no caso de candidato com inscrição não homologada, de cujo recurso não obteve resposta.

6. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

6.1. Apurado o total de pontos, na hipótese de empate, serão adotados os seguintes critérios para o desempate, aplicados sucessivamente:

- a) O candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme o parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – o Estatuto do Idoso. Persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato que, sucessivamente:
- b) entre os maiores de 60 (sessenta) anos, seja o mais idoso;
- c) obtiver maior aproveitamento na prova de Conhecimentos Específicos;
- d) obtiver maior aproveitamento na prova de Língua Portuguesa;
- e) obtiver maior aproveitamento na prova de Raciocínio Lógico - Matemática;
- f) obtiver maior aproveitamento na prova de Informática;
- g) obtiver maior aproveitamento na prova de Noções de Administração Pública;
- h) obtiver maior aproveitamento na prova de Conhecimentos Didáticos Pedagógicos para os cargos em que se prevê a aplicação dessa prova;
- i) persistindo o empate será dada preferência ao candidato de idade mais elevada.

7. DOS RECURSOS

7.1. Caberá recurso à SEAP em única e última instância desde que interposto nos respectivos prazos estabelecidos neste Edital, após a divulgação do evento e, protocolizados diretamente na Seção de Protocolo da Prefeitura Municipal de Sabará, situada a Rua Dom Pedro II, 200 – Centro – Sabará – Minas Gerais, ou encaminhado através dos Correios, por meio de SEDEX com AR, (considerando-se sua tempestividade pela data da postagem), dentro de um envelope devidamente identificado e lacrado, com os dizeres: Prefeitura Municipal de Sabará – Concurso Público – Edital 001/2012, nº de inscrição, nome completo e cargo - para a SEAP- Serviço Especializado em Administração e Projetos Ltda. Rua Tupis, 485 sala 114 – Centro – Belo Horizonte / MG – CEP 30.190-060:

- a) ao edital;
- b) ao processo de inscrição/isenção e laudo médico;
- c) às questões, o gabarito e resultados das Provas Objetivas ou Dirigidas de múltipla escolha;
- d) erros de cálculo das notas no resultado final.

7.2. O recurso será:

- a) Individual, não sendo aceitos recursos coletivos;
- b) Digitado ou datilografado, em duas vias (original e cópia), para cada um dos subitens previstos no item 7.1 contra o qual o candidato pretenda recorrer;
- c) Elaborado com formulário de recurso deste Edital para cada item recorrido, da qual conste a identificação precisa do item, o nome do candidato, o seu número de inscrição, o cargo público efetivo para o qual concorre e a sua assinatura;
- d) Redigido com argumentação lógica e consistente, dentro dos prazos estabelecidos no Cronograma.

7.3. Os recursos que tenham por objeto as questões, o gabarito e o resultado das provas devem conter a indicação clara do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada na publicação oficial, além da indicação da bibliografia pesquisada, referente a cada questão recorrida, bem como as razões de seu inconformismo, conforme previsto no Cronograma do Concurso Público.

7.4. Será rejeitado liminarmente o recurso que:

- a) não contiver os dados necessários à identificação do candidato ou do item recorrido na capa do recurso;
- b) não contiver qualquer identificação do candidato no corpo do recurso,
- c) for postado ou protocolado fora do prazo estipulado no subitem 7.1;
- d) estiver incompleto, obscuro ou confuso;
- e) for encaminhado para endereço diverso do estabelecido;
- f) não atender às demais especificações deste Edital.

7.5. Se, do exame do recurso, seja por recurso administrativo ou por decisão judicial, resultar em anulação de questão da prova objetiva de múltipla escolha, os pontos correspondentes à questão anulada serão atribuídos a todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo.

7.6. Se houver alteração do gabarito oficial, o mesmo será republicado. O gabarito, se alterado em função de recursos impetrados, eventualmente, poderá gerar alteração da classificação obtida inicialmente para uma classificação superior ou inferior, ou a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

7.7. O recurso será interposto no prazo de 03 (três) dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do gabarito oficial, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Sabará e no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br. O prazo previsto para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

8. CONVOCAÇÃO E POSSE

8.1. Os candidatos convocados para a posse serão submetidos a exames médicos compostos de entrevista médica e exames complementares.

8.1.1 O candidato convocado deverá entrar em contato com a Secretaria M. de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sabará, localizada à Rua Dom Pedro II, nº 200 – Centro – Sabará/MG, nos termos do Título 1 deste Edital – telefone (31) 3672 7754 – (31) 3672 7706 .

8.2. O exame médico terá caráter exclusivamente eliminatório e os candidatos serão considerados aptos ou inaptos.

8.3. A convocação dos candidatos para esta fase será processada, gradualmente, mediante as necessidades do Município de Sabará, nos cargos de que trata o presente concurso, observando-se a ordem de classificação dos candidatos e a aptidão nos exames pré-admissionais.

8.4. Para a efetivação da Posse é indispensável que o candidato apresente os seguintes documentos originais e uma cópia simples:

- a) Documento de Identidade de reconhecimento nacional, que contenha fotografia.
- b) Certidão de Nascimento ou Casamento, atualizada.
- c) Título de Eleitor com comprovação de quitação.
- d) Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação ou outro documento que comprove estar quite com as obrigações militares, se do sexo masculino.
- e) 02 (duas) fotos 3x4 recentes coloridas.
- f) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou NIT, caso seja cadastrado, ou declaração da firma anterior, informando não haver feito o cadastramento.
- g) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.
- h) Comprovante de Escolaridade ou habilitação exigida para o provimento do cargo pretendido, adquirida em instituição oficial ou legalmente reconhecida.
- i) Registro no Conselho de classe, se for o caso.
- j) Declaração de não ocupar outro cargo público, ressalvados os previstos no Art. 37, XVI, a, b e c da Constituição Federal.
- k) Declaração de que não é aposentado por invalidez.
- l) Para o cargo de professor, Histórico Escolar com carimbo da instituição, comprovando a conclusão do curso e diploma comprovando licenciatura para o cargo em questão.
- m) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio até a data da posse.
- n) Comprovante de residência atualizado.
- o) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) Apto expedido pela Secretaria municipal de Saúde do Município.

8.4.1 Os modelos das declarações constantes nos itens, j, k e m serão disponibilizados na Secretaria Municipal de Recursos Humanos de Sabará por ocasião da posse do candidato.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O Município de Sabará e a empresa SEAP - Serviço Especializado em Administração e Projetos Ltda. não se responsabilizam por quaisquer cursos, livros, apostilas ou textos referentes a este concurso público, ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com este Edital.

9.2. A classificação final será publicada com a relação dos candidatos classificados e excedentes, constando o somatório das notas das provas objetivas de múltipla escolha ou dirigidas, bem como listagem a parte dos deficientes classificados.

a) A aprovação no concurso público regido por este Edital assegurará a nomeação dentro do número de vagas previsto no Anexo III deste Edital.

b) A aprovação dos candidatos classificados além do número de vagas previsto no Anexo III assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando o ato condicionado ao surgimento de novas vagas, ao interesse da Administração, da disponibilidade orçamentária, da estrita ordem de classificação, aos candidatos com deficiência classificados e do prazo de validade do concurso.

c) As despesas relativas à participação do candidato no concurso, alimentação, locomoção, hospedagem, apresentação para posse e exercício correrão às expensas do candidato.

d) Os membros da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2012 não poderão participar do Concurso Público como candidatos.

9.3. A publicação da classificação final deste concurso será feita em duas listas, contendo a classificação de todos os candidatos e a outra, das pessoas com deficiência na ordem de classificação da listagem geral. A listagem final constará os candidatos classificados e excedentes.

9.4. Em nenhuma hipótese haverá justificativa para os candidatos pelo descumprimento dos prazos previstos neste Edital, nem serão aceitos documentos após as datas estabelecidas, nem qualquer tipo de complementação, inclusão, substituição de documentos. A comprovação da tempestividade de qualquer solicitação ou envio de documentação de acordo com os prazos deste Edital, será feita pela data de postagem do documento, sendo o conteúdo do envelope de inteira responsabilidade do candidato.

9.5. Todas as publicações referentes a este Concurso Público, incluído este Edital, na íntegra e seu extrato, até a sua homologação, serão divulgadas no Quadro de aviso da Prefeitura Municipal de Sabará e no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br.

9.6. É de responsabilidade do candidato o acompanhamento de todos os atos publicados referentes a este Concurso Público, no Quadro de aviso da Prefeitura Municipal de Sabará e no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br.

9.7. A análise das provas e dos recursos será de responsabilidade da empresa Serviço Especializado em Administração e Projetos Ltda..

9.8. As novas regras ortográficas serão cobradas neste concurso público para todos os cargos, conforme Decreto Federal nº 6583 de 29/09/2008.

9.9. A homologação do concurso a que se refere este Edital é de competência do Prefeito Municipal, após a publicação do resultado final.

9.10. Incorporar-se-ão a este edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, atos, avisos, nomeações e convocações relativas a este Concurso Público que vierem a ser publicados no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal de Sabará e no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br.

9.11. O candidato convocado para a posse fica obrigado a submeter-se à perícia médica, a critério da Prefeitura do Município de Sabará, que confirme a capacidade física, mental e psicológica do mesmo para a posse e exercício do cargo público de provimento específico a que se submeteu em concurso público.

9.12. Durante todo o processo de realização do Concurso Público referente a este edital, as informações serão prestadas pela empresa SEAP - Serviço Especializado em Administração e Projetos Ltda.. As respostas fundamentadas dos recursos ficarão disponíveis na sede da Seap para consulta individual até a data de homologação deste concurso.

9.13. Após a homologação do resultado final deste concurso, todas as informações serão prestadas pela Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/ 2012.

9.14. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para o evento correspondente, circunstância que será mencionada com a devida antecedência em Edital ou aviso a ser publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Sabará e no endereço eletrônico www.seapconcursos.com.br de forma a assegurar as informações aos candidatos.

9.15. Decorridos 06 (seis) anos da data de homologação deste Concurso Público, não restando recurso pendente, as provas e o processo pertinente ao mesmo serão incinerados.

9.16. Os casos omissos, não previstos neste Edital ou não incluídos no Requerimento de Inscrição, serão apreciados pela Comissão Organizadora deste Concurso Público.

9.17. Todos os cargos oferecidos neste edital serão obrigatoriamente preenchidos dentro do prazo de validade do Concurso.

Sabará, 21 de Setembro de 2012.

William Lúcio Goddard Borges
Prefeito Municipal de Sabará / MG

Retificado em 01/11/2012 através da Errata nº 01.

ANEXO I

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

1 – Administrador

A carreira compreende a atividade de Administrar (NS), em matéria, notadamente de planejamento, organização e controle.

2 – Advogado

A carreira compreende a atividade de assessoramento de natureza jurídica (estudos, pareceres, elaboração de minutas e atos normativos, contratos e termos diversos, entre outros) e procuradoria (defesa de direitos da entidade em juízo ou fora dele).

3 – Agente de Comunicação Social

Esta carreira, diz respeito, basicamente: à atividade de divulgação de dados que esclareçam a comunidade ou segmentos especializados sobre a natureza, as finalidades e as metas do Governo local. A comunidade utiliza os diversos veículos de divulgação, segundo, fundamentalmente, as técnicas de jornalismo e de relações públicas. Entre as tarefas principais, devem ser assinaladas: elaboração ou análise de relatórios, coleta de dados relativos às realizações de Governo, recebimento e acompanhamento de visitantes; apresentação de noticiários; elaboração de boletins informativos; pesquisa de opinião pública; redação de artigos eleitorais e comentários sobre o Governo e a administração local; desenvolver e desempenhar tarefas de animação, motivação e comunicação de público em geral.

4 – Agente de Obras e Serviços

O traço mais nítido, nesta carreira, é o de que envolve operações de obras e serviços ligados à área de engenharia, mas de caráter complementar, entre outros, a coordenação na execução dos serviços.

5 – Analista de Educação Básica (AEB) com Graduação em Biblioteconomia.

6 – Analista de Educação Básica (AEB) com Graduação em Ciências Contábeis

7 – Analista de Educação Básica (AEB) com Graduação em Fonoaudiologia

8 – Analista de Educação Básica (AEB) com Graduação em Nutrição

9 – Analista de Educação Básica (AEB) com Licenciatura Plena com especialização em Inspeção Escolar ou Graduação em Pedagogia com complementação pedagógica,

10 - Analista de Educação Básica (AEB) com Graduação em Psicologia

11 - Analista de Educação Básica (AEB) com Graduação em Serviço Social

12 - Analista de Educação Básica (AEB) com Graduação em Terapia Ocupacional

Exercer sua atividade profissional no âmbito do Órgão Central da Secretaria Municipal de Educação dando suporte aos Centros de Educação Infantil e Unidade Escolar; participar do processo que envolve o planejamento, a elaboração, execução e avaliação do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola; levantar junto às Unidades Educacionais as principais necessidades dos alunos e dos profissionais, para atendimentos específicos que visem à melhoria do desempenho escolar e a inclusão efetiva dos alunos com deficiência; avaliar os alunos, para estabelecimento de estratégias; promover o atendimento aos alunos, de forma individual e em grupo; prestar orientação aos profissionais e familiares, através de palestras, cursos e outras atividades; acompanhar o desenvolvimento dos alunos; participar de cursos e reuniões promovidos pela Secretaria Municipal de Educação; participar dos diversos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação; exercer outras atividades correlatas compatíveis integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional, previstos no regulamento desta Lei e no regimento geral; Analisar os livros e relatórios de movimentação de recursos financeiros das caixas escolares das Unidades de Ensino da Rede Municipal; orientar, acompanhar e elaborar, quando for o caso, as prestações de contas dos recursos recebidos pela Secretaria de Educação, a título de transferências voluntárias e ação continuada; orientar, acompanhar e dar suporte as caixas escolares das Unidades de Ensino da Rede Municipal, na sua área de atuação; receber e analisar as prestações de contas enviadas pelas caixas escolares das Unidades de Ensino da Rede Municipal; elaborar os instrumentos de planejamento da Educação e acompanhar sua execução; elaborar e acompanhar os processos de aquisições da Secretaria de Educação; controlar os recursos financeiros da Educação; exercer em Centros de Educação Infantil e Unidade Escolar a inspeção do processo didático como elemento articulador no planejamento, no acompanhamento, no controle e na avaliação das atividades pedagógicas conforme o plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da unidade escolar, da legislação vigente e cumprimento da jornada escolar dos alunos; Analisar e aprovar a elaboração do calendário escolar pela Unidade de Ensino; Inspeccionar e acompanhar os balancetes, livros caixa, livros de conta corrente, livro de Ata, livro tomo, livro de ocorrência, e toda parte de escrituração das Unidades de Ensino e Centros de Educação Infantil; exercer atividades de apoio à docência; acompanhar a escrituração da vida escolar dos alunos, conforme serviço de inspeção escolar; Acompanhar o cumprimento do calendário escolar e da carga horária dos alunos; Acompanhar e zelar pela aplicação da legislação educacional vigente; Acompanhar o funcionamento administrativo de cada Unidade de Ensino; Acompanhar e zelar pela vida funcional dos servidores da Unidade de Ensino.

13 – Arquiteto Urbanista

Desenvolver e acompanhar projetos arquitetônicos e urbanísticos; subdivisão do espaço urbano; estudos e edificações de uso público; levantamentos de áreas destinadas a equipamentos comunitários; organização de parcelamentos residenciais, comerciais e/ou de serviços; organização e detalhamento de sistemas viários e de circulação (trânsito e transporte); elaboração de diretrizes de saneamentos básico; análise de impactos ambientais, aspectos climáticos, zoneamentos e normas complementares de uso e ocupação.

14 – Assistente Administrativo

Esta carreira é formada basicamente de atividades auxiliares de escritório, nelas se incluindo entre outras: serviço de digitação de documentos; organização de arquivos e fichários; atendimento; instrução de processos simples; preenchimento de quadros demonstrativos, preparação de informações e de minutas de despacho; execução de implantação de controle; execução de atividades afins.

15 – Assistente de Educação Básica (AEB)

Exercer atividade profissional no campo da educação em Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares; zelar integralmente em conjunto com os professores, pelos alunos incluídos na escola regular; controlar a entrada e saída dos alunos; auxiliar na condução dos alunos no transporte escolar; zelar pela boa disciplina da escola; controlar trânsito de alunos fora da sala de aula; monitorar o recreio; auxiliar os professores dentro e fora da sala de aula; zelar pelas crianças nos horários extraclasse; cuidar da higiene em geral das crianças, bem como dos materiais, equipamentos e brinquedos utilizados pelas mesmas; servir as refeições diárias para aqueles que têm necessidade deste apoio; criar situações que estimulem o desenvolvimento, a criatividade e autonomia das crianças, através de atividades lúdicas e prazerosas; atuar de forma integrada com toda a equipe das Unidades Educacionais; participar dos cursos de formação continuada realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Instituições; participar dos diversos eventos realizados pela Unidade Educacional; exercer outras atividades correlatas compatíveis com a natureza do cargo bem como aquelas integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da Unidade, previstas na Lei Complementar Municipal n.º 015/2011 e no regimento interno.

16 – Assistente Social

A carreira compreende assistência social à comunidade, ao escolar, consistindo em orientar o serviço e planejar medidas para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Envolve técnica de pesquisa social e coleta de dados auxiliares que permitem resolver uma variedade de casos de desajustamentos sociais.

17 – Assistente Técnico de Educação Básica (ATB)

Exercer suas atividades no órgão central da Secretaria Municipal de Educação e nas Unidades Educacionais, participando do processo que envolve o planejamento, a elaboração, a execução e a avaliação do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da unidade; organizar e manter atualizados cadastros, arquivos, fichários, livros e outros instrumentos de escrituração relativos aos registros funcionais dos servidores e a vida escolar dos alunos; organizar e manter atualizado o sistema de informações legais e regulamentares de interesse da escola; redigir ofícios, exposição de motivos, atas e outros expedientes; coletar, apurar, selecionar, registrar e consolidar dados para elaboração de informações estatísticas; realizar trabalhos de digitação e mecanografia; realizar trabalhos de protocolização, preparo, seleção, classificação, registro e arquivamento de documentos e formulários; atender, orientar e encaminhar a clientela; organizar e manter o atendimento em biblioteca escolar e sala de multimeios; auxiliar no cuidado e distribuição de material esportivo, de laboratórios, de oficinas pedagógicas e outros sob sua guarda; disponibilizar os acervos bibliográficos para docentes e alunos; orientar os consulentes em pesquisas bibliográficas; proporcionar ambiente para formação do hábito e gosto pela leitura; manter atualizado o fichário de consulta e empréstimo; exercer outras atividades correlatas compatíveis integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da Unidade, previstas na Lei Complementar Municipal n.º 015/2011 e no regimento interno; participar de cursos de formação continuada realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Instituições; participar dos diversos eventos promovidos pela Unidade Educacional.

18 – Atendente de Consultório Dentário

Orientar os pacientes sobre higiene bucal; marcar consultas; preencher e anotar fichas clínicas; manter em ordem arquivo e fichário; controlar o movimento financeiro; revelar e montar radiografias infra-orais; auxiliar no atendimento ao paciente; instrumentalizar o cirurgião dentista e o técnico de higiene dental junto à cadeira operatória; promover isolamento do campo operatório; manipular materiais de uso odontológico; selecionar moldeiras; métodos preventivos para controle da cárie dental; proceder à conservação e à manutenção do equipamento odontológico.

19 – Auditor

A auditoria é de competência exclusiva do contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade, com conhecimentos técnicos de auditoria, processamento eletrônico de dados, de forma a implementar os próprios procedimentos ou, se for o caso, orientar, supervisionar, e revisar os trabalhos de especialistas. O auditor deve obter, analisar, interpretar e documentar informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais, para dar suporte aos resultados de seu trabalho; formalizar relatório – instrumento técnico pelo qual comunica os trabalhos realizados, suas conclusões, recomendações e as providências a serem tomadas pela administração – devendo este ser confidencial, de forma objetiva e imparcial.

20 – Auxiliar Administrativo

Nesta carreira, colocam-se as tarefas de serviços auxiliares de escritório, identificados como: atendimento e encaminhamento do público, de recepção, de protocolo, conferência e entrega de correspondência e atos administrativos, transportar processos e documentos, serviços datilográficos/ digitação, serviços de almoxarifado e outras atividades afins.

21 – Auxiliar de Obras e Serviços

Esta carreira reúne todas as tarefas tipicamente de trabalhos auxiliares de obras e serviços de transporte, na execução das tarefas de estrada de estrada e rodagens e na coleta de lixo, limpeza de logradouros públicos, etc.

22 – Auxiliar de Serviços

Nesta carreira colocam-se as tarefas identificadas como: atendimento e encaminhamento do público, serviços elementares de portaria, entrega de correspondência, transporte de processos e documentos, atendimento no transporte de volumes e pequenas cargas, apontador de caminhão, serviços auxiliares de oficina, obras, serviços públicos, saúde, entre outras atividades.

23 – Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASB)

Exercer atividades no campo da zeladoria em Centros de Educação Infantil, Unidades Escolares e órgão central da Secretaria Municipal de Educação; realizar trabalhos de limpeza e conservação dos locais e de utensílios sob sua guarda, zelando pela ordem e higiene em seu setor de trabalho; realizar trabalhos de movimentação de móveis, utensílios, aparelhos e correspondências diversas; requisitar materiais e instrumentos necessários à execução de seu trabalho; preparar e distribuir alimentos, mantendo limpa e em ordem a cantina; zelar pela adequada utilização e guarda de utensílios e gêneros alimentícios; seguir criteriosamente as orientações emanadas pelo setor de alimentação escolar; realizar pequenos reparos de alvenaria, marcenaria, pintura, eletricidade e instalações hidráulicas; executar serviços de jardinagem, agropecuária e atividades afins; efetuar controle de estocagem e abastecimento de material; operar máquinas de lavanderia e de passar roupa; zelar pela manutenção das máquinas e pela guarda e conservação das mesmas; participar de cursos de formação continuada previstos pela Secretaria Municipal de Educação ou Instituições; atuar de forma integrada com toda a equipe, colaborando com a disciplina geral; participar dos diversos eventos realizados pela Unidade Educacional; exercer outras atividades correlatas compatíveis com a natureza do cargo bem como aquelas integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola previstas na Lei Complementar Municipal n.º 015/2011 e no regimento interno.

24 – Bibliotecário

Esta carreira inclui a atividade de planejamento, implantação e coordenação da Biblioteca Pública Municipal.

25 – Biólogo

Ensino, planejamento, supervisão, coordenação e execução de trabalhos relacionados com estudos, pesquisas, projetos, consultorias, emissão de laudos, pareceres técnicos e assessoramento técnico científico nas áreas de ciências biológicas; estudos e pesquisas de origem, evolução, estrutura morfo-anatômico, fisiologia, distribuição, ecologia, classificação, filogenia e outros aspectos das diferenças formas de vida, para conhecer suas características, comportamento e outros dados relevantes sobre os seres e o meio ambiente. Estudos pesquisas e análises laboratoriais nas áreas de bioquímica, biofísica, citologia, parasitológica e imunológica; hematologia, histologia, patologia, anatomia, genética, embriologia, fisiologia humana e produção de fitoterápicos; estudos e pesquisas relacionadas com a investigação científica ligada a biologia sanitária, saúde pública, epidemiologia de doenças transmissíveis, controle de vetores e técnicas de saneamento básico; atividades complementares relacionadas a conservação, preservação, erradicação, manejo e melhoramentos de organismos e do meio ambiente e à educação ambiental.

26 – Desenhista

Esta atividade reúne toda a atividade de desenho técnico.

27 – Enfermeiro

Esta carreira abrange as atividades de enfermagem, desenvolvimento de programas preventivos, coordenação de postos de saúde a assistência à saúde do trabalhador.

28 – Enfermeiro Plantonista

Planejar os cuidados de enfermagem dos clientes sob sua responsabilidade; distribuir tarefas e funções adequadas a cada funcionário da equipe; responsabilizar-se pelo remanejamento dos funcionários de enfermagem sob sua supervisão; desempenhar técnicas básicas e procedimentos invasivos (sondagens, grandes curativos) segundo protocolos; participar do atendimento em sala de emergência; receber e passar plantão; fazer corrida de leito; Identificar pacientes com AIH; buscar vagas nos hospitais, Central de Leitos, na ausência do profissional administrativo ou na incapacidade deste em fazê-lo; priorizar pacientes na fila, quando as condições na Unidade se fizerem necessária e quando os auxiliares de enfermagem requisitarem; fazer relatórios de ocorrências dos pacientes e também dos auxiliares de enfermagem; fazer prescrição e cuidados de enfermagem conforme Lei Federal nº. 7498/86; executar tarefas afins relacionadas ao serviço de enfermagem; outras atribuições correlatas.

29 – Engenheiro

Esta carreira inclui a atividade pertinente à engenharia, principalmente a civil, e a coordenação de grupo de auxiliares, no desempenho de atividades afins.

30 – Especialista de Educação Básica (EEB)

Exercer em Centros de Educação Infantil, Unidade Escolar e no órgão central da Secretaria Municipal de Educação a supervisão do processo didático como elemento articulador no planejamento, no acompanhamento, no controle e na avaliação das atividades pedagógicas conforme o plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da unidade escolar, da legislação vigente e cumprimento da jornada escolar dos alunos; atuar como elemento articulador das relações interpessoais internas e externas da escola envolvendo os profissionais, os alunos, seus pais e a comunidade; planejar, executar, coordenar cursos, atividades e programas internos de capacitação profissional e treinamento em serviço; participar da elaboração do calendário escolar; conduzir as atividades do Conselho de Classe e/ou coordená-las; exercer, em trabalho individual ou em grupo, a orientação, o aconselhamento e o encaminhamento de alunos em sua formação geral e na sondagem de suas aptidões específicas; exercer

atividades de apoio à docência; participar com o corpo docente do processo de avaliação externa e da análise de seus resultados; acompanhar toda a escrituração da Unidade, inclusive a vida escolar dos alunos; acompanhar o cumprimento do calendário escolar e da carga horária dos alunos; acompanhar a aplicação da legislação educacional vigente, e o cumprimento da jornada escolar dos alunos; participar de cursos e reuniões promovidos pela Secretaria Municipal de Educação; participar e incentivar a participação nos eventos programados pela Instituição; exercer outras atividades correlatas compatíveis integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola, previstas na Lei Complementar Municipal n.º 015/2011 e no regimento interno.

31 – Farmacêutico Bioquímico

Esta carreira envolve a atividade própria de farmácia (bioquímica).

32– Fiscal Municipal

Nesta carreira, incluem-se todas as atividades de fiscalização municipal, as quais se desdobram as fiscalizações de obras públicas, tributação, posturas, edificações e saúde. As atividades se cumprem segundo normas específicas.

33 – Fiscal Sanitário

Exercer privativamente o poder de polícia; inspecionar, fiscalizar e interditar cautelarmente estabelecimentos, ambientes e serviços sujeitos ao controle sanitário; lavrar autos, expedir intimações e aplicar penalidades.

34 – Fisioterapeuta

Esta carreira envolve atividades de fisioterapia (distúrbios e desvios ósseos).

35 – Fonoaudiólogo

Esta carreira envolve as atividades próprias de fonoaudiologia (distúrbios da voz, fala, linguagem e audição).

36 – Historiador

A carreira inclui, fundamentalmente, o planejamento, a coordenação, e a manutenção do sistema de informática da documentação. O trabalho compreende, entre outros itens, selecionar, processar e armazenar dados e documentos relativos à administração; planejar, alimentar e manter bancos de dados pertinentes ao Governo e administração municipal; analisar e anexar documentos, centralizar as informações relativas à entidade; recuperar dados e informações; promover a pesquisa bibliográfica relativa ao Município.

37 – Médico

Esta carreira inclui a atividade de natureza médica, de saúde pública ou assistência, de clínica geral ou especializada, incluindo a medicina do trabalho, esportiva e de psiquiatria.

38 – Médico Plantonista

Examinar o paciente, utilizando os instrumentos adequados que permitam classificar os atendimentos conforme a prioridade de atendimento por risco de vida definidas em protocolo da Secretaria Municipal de Saúde; avaliar as condições de saúde e estabelecer diagnósticos; solicitar exames subsidiários, analisando e interpretando seus resultados; prestar pronto atendimento a pacientes ambulatoriais, mesmo nos casos de urgência e emergência, decidindo condutas, inclusive pela internação, quando necessária; estabelecer o plano médico- terapêutico, orientando os pacientes, prescrevendo os medicamentos e demais terapêuticas apropriadas a cada paciente, reavaliando, no mínimo uma vez em cada turno, os pacientes durante o período de permanência destes dentro da área física da unidade; realizar registros adequados sobre os pacientes; participar em todas as atividades para que for designado pela chefia imediata; zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e local de trabalho; executar outras tarefas correlatas à sua área de competência; obedecer ao Código de Ética Médica; cumprir a carga horária, conforme escala da coordenação da unidade, exercendo a sua função, inclusive, sábados e domingos; outras atribuições correlatas.

39 – Médico Veterinário

Esta carreira inclui atividade de saúde pública, no campo de veterinária.

40 – Mestre de Obras

Esta carreira inclui as atividades de natureza auxiliares de engenharia.

41 –Motorista CNH “D”

Esta carreira inclui toda a atividade relacionada com a condução de veículo do denominado transporte leve (veículos de passageiros e caminhão), na Administração Municipal, observadas as normas da legislação nacional de trânsito.

42 – Nutricionista

Esta carreira diz respeito às atividades de estudos e elaboração de cardápios nutrientes de merenda escolar, assistência ao servidor e à comunidade, e treinamento de cantineiros, além de manter o controle e a guarda dos gêneros alimentícios.

43 – Odontólogo

Esta carreira envolve as atribuições de saúde, no campo odontológico, com características nitidamente de assistência.

44 – Oficial Administrativo

Esta carreira absorve as atividades burocráticas de maior complexidade, por envolverem, fundamentalmente; elaboração de minutas de documentos normativos e técnicos, de natureza administrativa; construção de expediente e elaboração de minutas de

despacho; elaboração de atas de reuniões, elaboração de pareceres sobre assuntos de pessoal, material, patrimônio, transporte e serviços gerais; elaboração de relatórios e gráficos demonstrativos; implantação de serviços; participação de atividades de desenvolvimento urbano; orientação a auxiliares; implantação de controles; execução de tarefas de natureza datilográfica e de redação de textos; elaboração e propostas orçamentais; conferência, registro de dados e documentos, elaboração de minutas e quadros demonstrativos.

45 – Oficial de Obras e Serviços

Esta carreira abrange as atividades tradicionalmente conhecidas como ofícios, entre eles as pertinentes a marcenaria, carpintaria, bem como as de pedreiro, calceteiro, bombeiro, soldador, exumação e inumação; atividades ligadas às jazidas de pedreira.

46 – Operador de Sistema

Esta carreira envolve as atividades de processamento automático de dados relativos à administração municipal, envolvendo redação de texto, operação de computadores e digitação de dados.

47 – Professor de Educação Básica (PEB) habilitação específica obtida em Curso Superior em Licenciatura em Artes ou Graduação com complementação pedagógica.

48 – Professor de Educação Básica (PEB) habilitação específica obtida em Curso Superior em Licenciatura em Ciências Biológicas ou Graduação com complementação pedagógica.

49 – Professor de Educação Básica (PEB) habilitação específica obtida em Curso Superior em Licenciatura em Educação Física ou Graduação com complementação pedagógica.

50 – Professor de Educação Básica (PEB) habilitação específica obtida em Curso Superior em Licenciatura em Geografia ou Graduação com complementação pedagógica.

51 – Professor de Educação Básica (PEB) habilitação específica obtida em Curso Superior em Licenciatura em História ou Graduação com complementação pedagógica.

52 – Professor de Educação Básica (PEB) habilitação específica obtida em Curso Superior em Licenciatura em Letras/Espanhol ou Graduação com complementação pedagógica.

53 – Professor de Educação Básica (PEB) habilitação específica obtida em Curso Superior em Licenciatura em Letras/Inglês ou Graduação com complementação pedagógica.

54 – Professor de Educação Básica (PEB) habilitação específica obtida em Curso Superior em Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa ou Graduação com complementação pedagógica.

55 – Professor de Educação Básica (PEB) habilitação específica obtida em Curso Superior em Licenciatura em Matemática ou Graduação com complementação pedagógica.

56 – Professor de Educação Básica (PEB) Curso Normal Superior ou Graduação em Pedagogia

57 – Professor de Educação Básica (PEB) Graduação em Teologia ou Superior com Especialização em Ciências Religiosas

Exercer a docência na educação básica, em Centro de Educação Infantil e Unidade Escolar, responsabilizando-se pela regência de turmas ou de aulas, pela orientação de aprendizagem da educação de jovens e adultos, pela substituição eventual de docente, pelo ensino do uso da biblioteca, pela docência em laboratórios de ensino, em salas de recursos didáticos, em oficina pedagógica e pela recuperação de alunos com deficiência de aprendizagem; participar do processo que envolve o planejamento, elaboração, execução, controle e avaliação do projeto político-pedagógico e do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola; participar da elaboração do calendário escolar; exercer atividade de coordenação pedagógica de área de conhecimento específico nos termos do regulamento; atuar na elaboração e implementação de projetos educacionais ou como docente em projeto de formação continuada de educadores, na forma do regulamento; participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar; participar de cursos e programas de capacitação profissional, realizados pela Secretaria Municipal de Educação e ou pela instituição; acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino-aprendizagem; realizar avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas; participar e incentivar os alunos nas avaliações externas; promover e participar de atividades complementares ao processo da sua formação profissional; executar os trabalhos de escrituração da classe sob sua responsabilidade; exercer outras atribuições correlatas compatíveis integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola, previstas na Lei Complementar Municipal n.º 015/2011 e no regimento interno; participar dos diversos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e ou pela Instituição.

58 – Programador de Sistema

Esta carreira inclui as atividades de processamento de dados relativos à administração municipal, desenvolvendo-se sob a forma de conferência de documentos; cálculos; registros de dados; levantamento e análise de informação; trabalho datilográfico, redação de texto. O trabalho abrange, ainda, tarefas de maior complexidade: execução de programas e implantação e acompanhamento de projetos.

59 – Psicólogo

Esta carreira abrange a atividade própria da profissão, a ser exercida em setores de desenvolvimento social, junto aos servidores, escolares, a saúde e outros municípios, principalmente dos segmentos menos favorecidos.

60 – Supervisor de Obras e Orçamento

A supervisão de obras e orçamento é executada por profissionais que atuam na área de construção civil/edificações, com conhecimentos técnicos específicos, tendo como atribuições conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua área, bem como orientar e coordenar equipe e assessoria no estudo de instalações no município; prestar assistência técnica e assessoria no estudo de viabilidade e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas e nos trabalhos de vistoria, perícia e avaliação; dar assistência técnica na compra e utilização de produtos e equipamentos específicos; coletar e analisar dados de natureza técnica; analisar e elaborar orçamentos, instalações e mão de obra, verificando sua viabilidade e aplicação; detalhar programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança: aplicar normas técnicas de cálculo de índices concernentes aos respectivos processos de trabalho; coletar, analisar e processar dados em sistemas informatizados de orçamento, cálculos e projetos.

61 – Supervisor de Custo

A supervisão de custos é de competência de profissionais que atuam nas áreas de ciências contábeis, administração e economia com conhecimentos técnicos na área de custos, administração da produção, processamento de dados e finanças. O supervisor de custo deve elaborar e/ou atualizar os demonstrativos a que se afere o custo da produção, estoques de produtos acabados e em processo, faturamento, custos indiretos, previsão X real, entre outros; realizar estudos e análises de despesas e investimentos, utilizando formulas matemáticas e microcomputador para propiciar a definição do preço do custo e subsídios para decisões superiores.

62 – Supervisor de Sistema

A supervisão de sistemas é executada por profissionais que atuam na área de desenvolvimento de sistemas operacionais em computação, com conhecimento técnico específico, tendo como atribuições desenvolver e implantar sistemas informatizados dimensionando requisitos e funcionalidade do sistema, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas, codificando aplicativos, administrar ambiente informatizado; prestar suporte técnico; elaborar documentação técnica; estabelecer padrões, coordenar projetos e oferecer soluções para ambientes informatizados, pesquisar tecnologia em informática, desenvolver planos, cronogramas e procedimentos na determinação das necessidades de hardware e software.

63 – Técnico de Enfermagem

Exercer atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar; assistir ao enfermeiro, no qual lhe couber; participar do planejamento e programação de assistência de enfermagem; execução de ações assistenciais de enfermagem, no que lhe couber; participação na orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar; participar da equipe de saúde.

64 – Técnico de Obras e Serviços

A carreira consolida as atividades, de natureza relativamente complexa, de assistência e operações de obras e serviços municipais (técnico de edificações, operador de usina de asfalto, laboratorista de solos e concretos, técnicos de estradas e supervisão de pedreira).

65 – Técnico de Orçamento e Contabilidade

A carreira abrange a atividade: elaboração e execução orçamentária e financeira; registros dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; elaboração de balanços e demonstrativos; realização de pagamentos e recebimentos, bem como a guarda e movimentação de valores; elaboração de relatórios e demonstrativos; elaboração dos relatórios das prestações de contas.

66 – Técnico de Saúde em Análise Clínica

67 – Técnico de saúde de Radiologia

A carreira abrange os setores técnicos, de grau médio de escolaridade, como os de análises clínicas, raios-X, medicina e segurança do trabalho e higiene dentária (THD).

68 – Técnico de Segurança no Trabalho

Inspecionar os locais, instalações e equipamentos da Prefeitura, observando as condições de trabalho, para determinar fatores e riscos de acidentes; estabelecer normas e dispositivos de segurança, sugerindo eventuais modificações nos equipamentos de instalações, verificando sua observância para prevenir acidentes; inspecionar os postos de prevenção de incêndio, examinando as mangueiras, hidrantes, extintores e equipamentos de proteção contra incêndios; instruir os servidores sobre as normas de segurança do trabalho; ministrar palestras e treinamentos sobre segurança do trabalho; coordenar a publicação de materiais sobre segurança do trabalho, preparando instruções e orientando sobre a criação de cartazes e avisos, para divulgar e desenvolver hábitos de prevenção de acidentes; participar de reuniões sobre segurança do trabalho, fornecendo dados relativos ao assunto, apresentando sugestões e analisando a viabilidade de medidas de segurança proposta, para aperfeiçoar o sistema existente; orientar a criação e manutenção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

69 – Técnico Higiene Dental

Participar do treinamento de atendentes de consultórios dentários; colaborar nos programas educativos de saúde bucal; colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos como coordenador monitor e anotador; educar e orientar pacientes ou grupos de pacientes sobre a prevenção tratamento das doenças bucais; fazer demonstração de técnicas de escovação; responder pela administração clínica; supervisionar; sob delegação, o trabalho dos atendentes de consultório dentário; fazer a tomada e revelação de radiografias intra-orais; realizar testes de vitalidade pulpar; realizar a remoção de indultos, placas e cálculos supra gengivais; executar a aplicação de substâncias para prevenção de cárie dental; inserir e condensar substâncias restauradoras; polir restaurações, vedando-se a escultura; proceder a limpeza e anti-sepsia do campo operatório, antes e após os atos cirúrgicos; remover suturas; confeccionar modelos; preparar moldeiras.

70 –Terapeuta Ocupacional

Esta carreira atua nas áreas de saúde e educação, que utiliza como recursos terapêuticos atividades criativas (manuais, artísticas, artesanais e expressivas), para avaliar, prevenir, tratar e reabilitar pacientes com disfunções do desenvolvimento, físicas, sociais e psíquicos, visando sua melhor adaptação ao meio ambiente.

71 – Topógrafo

Esta carreira abrange toda a atividade própria de topografia.

72 – Trabalhador Braçal

Esta carreira reúne todas as tarefas tipicamente de trabalhos braçais, os quais se ligam, diretamente, por seu caráter elementar e auxiliar, à execução de obras e serviços.

ANEXO II

PROGRAMA DE PROVAS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

I.I. LINGUA PORTUGUESA – ELEMENTAR ALFABETIZADO/FUNDAMENTAL INCOMPLETO

1.Leitura, compreensão e interpretação de texto.2.Sinônimos e antônimos. 3.Alfabeto e ordem alfabética, vogais e consoantes.4.Sílaba : separação silábica e classificação das palavras quanto ao número de sílabas. 4.Acentuação: classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica.5.Frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa.6.Reconhecimento dos sinais de pontuação .7.Ortografia : observar o emprego de c/ç, ch, x, r/rr, s/ss, g/j, h, z, sc, lh, nh, e /i 8.Nomes: substantivos e adjetivos – flexões ; singular /plural , masculino/ feminino.

Sugestões Bibliográficas:

1. TERRA, Ernani , NICOLA, José de .Gramática de Hoje.São Paulo: Scipione. 1999.
2. TUFANO, Douglas. Gramática Fundamental - (4 volumes , do 2° ao 5° ano) São Paulo: Editora Moderna. 2006
- 3.Livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental do 2° ao 5° ano.
- 4.Qualquer gramática ou publicação sobre o novo acordo ortográfico.

I.II – LINGUA PORTUGUESA - ENSINO FUNDAMENTAL

1.Leitura, compreensão e interpretação de texto.2.Sinônimos , antônimos , parônimos e homônimos.3.Variações linguísticas ,diversas modalidades do uso da língua.4.Sílaba e divisão silábica.5.Ortografia , acentuação gráfica e pontuação 6.Frase,oração, período simples e composto por coordenação e subordinação.7. Morfologia: reconhecimento,classificação , formas , flexões e usos das dez classes de palavras; substantivos, flexões das classes gramaticais – inclusive adjetivos, classes de palavras: classificação e flexões. Morfologia e flexões do gênero, número e grau.8. Colocação pronominal 9.Concordância nominal e verbal; 10.Regência nominal e verbal.11.Crase12.Estrutura e formação das palavras. 12. Qualquer gramática ou publicação sobre o novo acordo ortográfico.

Sugestões Bibliográficas:

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Nacional, 2008. CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2008. FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. Gramática. São Paulo: Ática, 1999. MESQUITA, Roberto melo – Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva ,2008 NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses.

I.III. LINGUA PORTUGUESA – NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

1.Leitura, compreensão e interpretação de texto 2.Vocabulário: sentido denotativo e conotativo, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia e polissemia .3.Variantes lingüísticas, linguagem oral e linguagem escrita, formal e informal e gíria. 4.Ortografia: emprego das letras e acentuação gráfica 5.Fonética: encontros vocálicos e consonantais, dígrafos e implicações na divisão de sílabas.6.Pontuação : emprego de todos os sinais de pontuação 7.Classes de palavras: Pronomes: classificação , emprego e colocação pronominal(próclise , ênclise e mesóclise) ; Verbos: emprego dos modos e tempos, flexões dos verbos irregulares,abundantes e defectivos e vozes verbais; Preposições:relações semânticas estabelecidas pelas preposições e locuções prepositivas,o emprego indicativo da crase; Conjunções : classificação , relações estabelecidas por conjunções e locuções conjuntivas; substantivos, flexões das classes gramaticais – inclusive adjetivos, classes de palavras: classificação e flexões. Morfologia e flexões do gênero, número e grau.8.Termos da oração: identificação e classificação 9.Processos sintáticos de coordenação e subordinação; classificação dos períodos e orações.10. Concordância nominal e verbal.11.Regência nominal e verbal.12.Estrutura e formação das palavras. 13. Manual de Redação da Presidência da República: Parte I – As Comunicações Oficiais – Capítulos I e II. 14. Qualquer gramática ou publicação sobre o novo acordo ortográfico.

Sugestões Bibliográficas:

Livro didáticos: 1.AMARAL, Emília; FERREIRA, Mauro; LEITE, Ricardo; ANTÔNIO, Severino . Novas Palavras .São Paulo:FT,2005 2.CEREJA, William Roberto ; MAGALHÃES,Thereza Cochar. Português : Linguagens São Paulo:Atual ,2005 (volume1, .FARACO, Carlos Emílio ; MOURA,Francisco Marto.Português. Série Novo Ensino Médio. São Paulo:Ática ,2001(volume único) Qualquer coleção de livros didáticos do Ensino Médio. Gramáticas: CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Nacional, 2008. CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2008. FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. Gramática. São Paulo: Ática 1999. MESQUITA, Roberto melo – Gramática da Língua Portuguesa .São Paulo: Saraiva ,2008 NICOLA, Manual de Redação da Presidência da República: Parte I – As Comunicações Oficiais – Capítulos I e II. Site:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

II.I MATEMÁTICA – ELEMENTAR ALFABETIZADO/FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Problemas simples envolvendo as 04 (quatro) operações matemáticas (somar, subtrair, multiplicar e dividir).

II.II MATEMÁTICA - ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Raciocínio lógico-quantitativo (estruturas lógicas; argumentação; situações- problemas). Conjunto dos números inteiros: operações e propriedades. Problemas envolvendo números inteiros. Máximo Divisor Comum e Mínimo Múltiplo Comum. Conjunto dos números racionais: operações e propriedades. Números e grandezas proporcionais e inversamente proporcionais. Razões e proporções. Divisão proporcional. Regra de três (simples e composta). Problemas envolvendo porcentagem e juros simples. Medidas de comprimento, massa, capacidade e tempo. Cálculo algébrico: equações e inequações do 1° e 2° grau. Sistemas de equações do 1° e 2° graus. Problemas envolvendo equações do 1° e 2° graus. Geometria plana: conceitos primitivos; ângulos; triângulos; quadriláteros, polígonos e circunferência. Teorema de Tales. Semelhança de triângulos. Relações métricas no triângulo

retângulo. Áreas e perímetros de figuras planas poligonais e circulares. Geometria Espacial: cálculo de superfície e volume dos principais sólidos. Noções de estatística: médias, tabelas e gráficos.

Sugestões Bibliográficas:

IEZZI, Gelson & outros. Matemática e Realidade. 6º ao 9º ano. 10a ed. São Paulo: Atual, 2010. RIBEIRO, Jackson da Silva. Projeto Radix: matemática, 6º ao 9º ano. São Paulo: Scipione, 2009. ANDRINI, Álvaro & outros. Novo Praticando Matemática. 5a a 8a série. São Paulo: Ed. Do Brasil, 2002.

II.III MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO - ENSINO MÊDIO E SUPERIOR

Raciocínio lógico-quantitativo (estruturas lógicas; argumentação; situações- problemas). Conjunto dos números reais: operações e propriedades. Problemas envolvendo números reais. Números e grandezas proporcionais e inversamente proporcionais. Razões e proporções. Regra de três (simples e composta). Problemas envolvendo porcentagem e juros simples/compostos. Medidas de comprimento, massa, capacidade e tempo. Cálculo algébrico: equações e inequações do 1º e 2º grau. Sistemas de equações do 1º e 2º grau. Problemas envolvendo equações do 1º e 2º grau. Geometria plana: Teorema de Tales; semelhança de triângulos; relações métricas no triângulo retângulo. Áreas e perímetros de figuras planas poligonais e circulares. Noções de estatística: médias, tabelas e gráficos. Funções do 1º e 2º graus: conceitos, gráficos, propriedades e raízes. Função exponencial. Função logarítmica. Análise combinatória: Princípio Fundamental da Contagem; arranjos, combinações e permutações simples e com repetição. Probabilidades. Progressões: Progressões Aritmética e Geométrica com seus conceitos, propriedades e adição de termos. Geometria sólida: cálculo de áreas e volumes: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera. Geometria analítica: ponto, reta e circunferência. Números complexos. Polinômios.

Sugestões Bibliográficas:

DANTE, Luiz Roberto. Matemática. Vol. único. São Paulo: Ática, 2008 GIOVANNI, José Ruy e BONJORNO, José Roberto. Matemática. 2o Grau. Vol. 1 a 3. São Paulo: FTD, 2004. IEZZI, Gelson e outros. Matemática. 2o Grau. Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Atual, 2006.

III- INFORMÁTICA

Conceitos básicos de operação de microcomputadores. Conceitos básicos de operação com arquivos em ambiente de rede Windows. Conhecimentos básicos e gerais de Sistema Operacional: Microsoft Windows, Microsoft Office 97- 2003 ou superior. Word, Excel, Internet e PowerPoint. Noções básicas de operação de microcomputadores e periféricos em rede local. Conhecimento de interface gráfica padrão Windows. Conceitos básicos para utilização dos softwares do pacote Microsoft Office, tais como: processador de texto, planilha eletrônica e aplicativo para apresentação e Excel. Conhecimento básico de consulta pela Internet e recebimento e envio de mensagens eletrônicas. Backup. Vírus.

Sugestões Bibliográficas:

Livros e apostilas inerentes a área.

IV – NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.Princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. 2. Improbidade Administrativa – Lei de Improbidade Administrativa - Pessoas alcançadas pela Lei da Improbidade Administrativa. 3. A responsabilidade do servidor público. 4 – Organização do Estado – Da organização política-administrativa – Dos Municípios – Da Administração Pública. 5.Licitação – Princípios – Modalidades – Procedimento – Anulação e revogação – 6. Estatuto dos Servidores do Município de Sabará (Título V – Direitos e Vantagens e Título VI – Regime Disciplinar).

Sugestões Bibliográficas

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 27ª Edição. Malheiros Editores, São Paulo, 2010. Capítulos II a V. BRASIL, Constituição Federal de 1988 – Título III, Capítulo I – Da organização político administrativa, Capítulo IV - Dos Municípios e Capítulo VII, Seção I, II e III, Da Administração Pública. Direitos e Garantias fundamentais constitucionais. - BRASIL, Lei 8.429/1992. BRASIL, Lei n.º 8.666/1993. BRASIL, Lei n.º 10.520/2002. BRASIL, Lei Complementar Federal n.º 123/2006. Lei Orgânica Municipal de Sabará (Capítulo IV – Da Administração Pública)

V- CONHECIMENTOS GERAIS

Noções básicas sobre o País e o Estado. Noções básica sobre o Município referente: Sabará e sua história, cultura sabarense, feriados municipais. Noções de combate ao mosquito da Dengue. Noções básicas de cidadania. Noções e prevenção a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Noções de coleta seletiva de lixo.

Sugestões Bibliográficas

Sites oficiais do Governo Federal, do Estado e do Município – Link Cultura e Turismo; jornais, telejornais, revistas, periódicos, mídias em geral e outros materiais que abrangem o programa proposto.

<http://www.sabara.mg.gov.br/site>

VI – PROVA DIRIGIDA

Prova objetiva, constando 04 (quatro) opções (A, B, C ou D), a serem respondidas, versando sobre os desenhos, figuras, sequências e raciocínio lógico, condizentes com o nível de escolaridade dos cargos em concurso.

VII – CONHECIMENTOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS

A prova de conhecimentos pedagógicos busca avaliar a capacidade de análise dos candidatos em relação às temáticas relevantes à prática educacional, tais como: Formação e trajetória profissional de educadores; Currículo, formação humana e globalização do conhecimento; Avaliação educacional: Concepções e práticas; Teorias da aprendizagem; Educação e diversidade cultural; Educação inclusiva, Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado; Educação integral; Educação, escola e sociedade contemporânea. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Gestão democrática em instituições de ensino públicas.

Sugestões Bibliográficas:

BOIMORE, Serge. **A criança e o medo de aprender**. São Paulo. Paulinas, 2007. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Introdução**. Brasília: MEC, SEF, 1998. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em <www.mec.gov.br/seb/conselhoescolar>. BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre o currículo** Brasília (Coletânea de 5 volumes) MEC, 2008. BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2009. BRASIL. Lei no. 8069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Artigos 1º ao 59º. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394**. Brasília, DF, 1996. BRASIL. **Educação Integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC. SECAD, 2009. BRASIL. **Rede de saberes mais educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral. Brasília, Ministério da Educação, 2009. BRASIL. Lei no. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 09 de janeiro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm> BRASIL, MEC-CONAE/2010. **Construindo o sistema nacional articulado de educação – O Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação (Documento Final)**, Brasília, DF, 2010 (Disponível em: <http://conae.mec.gov.br>) BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial no. 555, de junho de 2007, prorrogada pela Portaria no. 948, de 09 de outubro de 2007. CARNOY, Martin. **A vantagem acadêmica de Cuba** – Por que seus alunos vão melhor na escola. São Paulo: Ediouro, 2009. COSTA, Marisa V. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. DAYRELL, Juarez. **A Escola “Faz” as juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil, 2006. Disponível em : <<http://www.fae.ufmg.br/objuventude/textos/A%20Escola%20Juventudes%20Reflex%F5es%20em%20torno%20torno%20da%20socializa%E7%E30%20Juvenil.pdf>>. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996. HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista**. Educação e Realidade: Porto Alegre, 1991. MANTOAN, Maria Teresa Egler (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008. PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. SPÓSITO, M. A Instituição Escolar e a Violência. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 104, 1998. 18 TEDESCO, Juan Carlos. **O novo pacto educativo** – Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 2007.

Programa de Provas por Cargo – Conhecimentos Específicos

Administrador

Conhecimentos Específicos:

Funções administrativas: planejamento, organização, liderança, execução e controle. Teorias da Administração. Visão das principais áreas funcionais de uma organização: marketing, finanças, recursos humanos e produção. Processo decisório. Estrutura e processos organizacionais. Planejamento Estratégico. Gestão de Pessoas: estratégias e desafios de RH, recrutamento e seleção, gerenciamento de desempenho, clima organizacional, treinamento e desenvolvimento, administração da força de trabalho, planejamento de RH. Administração de recursos materiais e patrimoniais: padronização, normalização, classificação e inspeção de materiais. Compras, especificações, seleção de fornecedores e análise de valor. Gestão de estoques. Logística de suprimentos. Administração de sistemas de informação: tipos e usos de informação, tratamento das informações, conceitos e propriedades dos sistemas de informação, tipos de sistemas de informação, custos e benefícios de um sistema de informações. Administração Pública: princípios da Administração Pública, administração indireta, concessão e permissão de serviços públicos. Lei de Responsabilidade Fiscal. Licitações e Contratos administrativos. Orçamento Público. Contabilidade geral: sistema contábil; demonstrações contábeis; patrimônio; conceitos de ativo, passivo, receita, despesa e resultado; custo; técnicas de orçamento e controle voltados a administração pública.

Sugestões Bibliográficas:

MASIERO, Gilmar. **Administração de Empresas**. São Paulo: Saraiva, 2007. MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2007. CURY, A. **Organização e métodos: uma visão holística**. São Paulo: Atlas, 2006. MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes**. São Paulo: Atlas, 2003. BRETAS, Maria J. Iara de & FONSECA, João G. Marques. **Aspectos Conceituais da Decisão. Faces da Decisão**. São Paulo: Makron Books, 2007. GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2007. SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2008. FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para administradores**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2006. REZENDE, Denis Alcides. **Sistemas de Informações Organizacionais: guia prático para cursos de administração, contabilidade e informática**. São Paulo: Atlas, 2005. GRANJEIRO, J. Wilson. **Administração Pública**. Brasília: VESTCON, 2003. LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A Excelência em Gestão Pública: A trajetória e a Estratégia do GESPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007. MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007. LACOMBE, FRANCISCO. **Recursos Humanos: Princípios e Tendências**. São Paulo: Saraiva, 2008. COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 2008. CARVALHO, P. de B. **Curso de direito tributário**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2005. GIAMBIAGI, Fábio & ALÉM, Ana Cláudia de. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. Rio: Campus, 2000. RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: Uma abordagem introdutória**. São Paulo, Atlas, 2002. SILVA, Fernando Resende da. **Finanças públicas**: São Paulo: Atlas, 2001. PHILIPPE, Pierre Dornier et al. **Logística e Operações Globais**. . São Paulo: Atlas, 2000.

Advogado

Conhecimentos Específicos:

Direito Constitucional: Poderes e funções do Estado, Organização constitucional do Poder Judiciário, Controle de constitucionalidade: Controle difuso – recurso extraordinário e repercussão geral. Controle concentrado – Adi, Adc e Adpf .Efeito 24 Vinculante. Súmula Vinculante. Reclamação Constitucional. Interpretação constitucional. Coisa julgada inconstitucional. Gerações de Direitos Humanos. Implementação de políticas públicas. Direitos e Garantias. Direito de petição. Remédios

Constitucionais. *Habeas corpus*. *Habeas data*. Mandado de segurança. Mandado de Injunção. Ação popular. Ação civil pública. Ministério Público: organização constitucional e poder de investigação. Poder Constituinte. Repartição constitucional de competências. Poder Legislativo: organização e tarefas. Processo legislativo. Emendas à Constituição. Lei ordinária e lei complementar. Decreto legislativo. Resolução Lei delegada. Medidas provisórias. Incorporação de tratados, convenções e acordos internacionais. Leis orçamentárias e orçamento participativo. Fiscalização orçamentária e financeira: o Tribunal de Contas. Estatuto dos parlamentares. Comissões Parlamentares. *Impeachment*. Estruturação do Poder Executivo. Aspectos constitucionais do Direito Eleitoral. Estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal. **Direito Civil**: 1. Fontes formais do direito positivo. 2. Vigência e eficácia. 3. Conflitos de leis no tempo e no espaço. 4. Hermenêutica e aplicação da lei. 5. Pessoa natural - começo e fim da personalidade, capacidade de fato e de direito, pessoa absoluta e relativamente incapaz. 6. Pessoa jurídica - classificação. 7. Pessoa jurídica de direito público e privado - personalidade jurídica, representação e responsabilidade. 8. Registro civil. 9. Domicílio da pessoa natural e jurídica, pluralidade e mudança de domicílio. Bens - classificação, bens fora do comércio. 10. Atos e fatos jurídicos - conceito e classificação, interpretação dos atos jurídicos, defeitos dos atos jurídicos, erro, dolo, coação, simulação e fraude. 11. Modalidades - condição suspensiva, condição resolutiva e termo, forma, nulidade absoluta e relativa, ratificação. 12. Atos ilícitos - conceito e espécies, prescrição - causas suspensivas e interruptivas. 13. Direito das coisas - posse e propriedade. 14. Direitos reais sobre coisas alheias - enfiteuse e servidões. 15. Direitos reais de garantia - penhor, anticrese e hipoteca. 16. Direito das obrigações - modalidades, cláusula penal, efeito das obrigações, pagamento por consignação, com sub-rogação, imputação, novação, transação, compromissos, confusão e remissão. 17. Perdas e danos. 18. Juros de mora. 19. Cessão de crédito. 20. Contratos - espécies, obrigação por declaração unilateral de vontade, obrigações por atos ilícitos. 21. Responsabilidade Civil. 22. Teoria da culpa e do risco. 23. Dano moral. 24. Liquidação das obrigações. 25. Concurso de credores. 26. Correção Monetária. **Direito Processual Civil**: 1 Da jurisdição: conceito, modalidades, poderes, princípios, órgãos, formas e limites da jurisdição civil. 1.1 Da ação: conceito, natureza jurídica, condições, classificação. 2 Competência: conceito; competência funcional e territorial; competência internacional. 2.1 Modificações da competência e conflito; conexão e continência. 2.2 Processo e procedimento: natureza e princípios, formação, suspensão e extinção. 2.3 Pressupostos processuais; tipos de procedimentos. 2.4 Prazos: conceito, classificação, princípios, contagem. **Direito Administrativo**: 1 Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Princípios da legalidade e da finalidade. Princípio da impessoalidade. Princípio da moralidade e da probidade administrativa. Princípio da publicidade. Princípio da eficiência. Princípio da licitação pública. Princípio da prescritibilidade dos ilícitos administrativos. Princípio da responsabilidade civil da Administração. Princípio da participação. Princípio da autonomia gerencial. 2 Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo. Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais; tratados internacionais; costume. 3 Descentralização e Desconcentração da Atividade Administrativa. Relação jurídico-administrativa. Personalidade de direito público. Conceito de pessoa administrativa. Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do direito administrativo. 4 Classificação dos órgãos e funções da administração pública. 5 Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. 6 Ausência de competência: agente de fato. 7 Hierarquia. Poder hierárquico e suas manifestações. 8 Autarquias. Agências reguladoras e executivas. 9 Fundações públicas. 10 Empresa pública. 11 Sociedade de economia mista. 12 Entidades paraestatais, em geral. 13 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. 14 Validade, eficácia e auto-executoriedade do ato administrativo. 15 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 16 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 17 Atos administrativos gerais e individuais. 18 Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 19 Controle do ato administrativo. 20 Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Teoria das nulidades no direito administrativo. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. 21 Contrato administrativo: discussão sobre sua existência como categoria específica; conceito e caracteres jurídicos. 22 Formação do contrato administrativo: elementos. Licitação: conceito, modalidades e procedimentos; dispensa e inexigibilidade de licitação. 23 Execução do contrato administrativo: princípios; teorias do fato do príncipe e da imprevisão. 24 Extinção do contrato administrativo: força maior e outras causas. 25 Espécies de contratos administrativos. Convênios administrativos. 26 Poder de polícia: conceito; polícia judiciária e polícia administrativa; liberdades públicas e poder de polícia. 27 Principais setores de atuação da polícia administrativa. 28 Serviço público: conceito; caracteres jurídicos; classificação e garantias. Usuário do serviço público. 29 Concessão de serviço público: natureza jurídica e conceito; regime jurídico financeiro. 30 Extinção da concessão de serviço público; reversão dos bens. 31 Permissão e autorização. 32 Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. 33 Domínio público hídrico: composição; regime jurídico das águas públicas. 34 Domínio público aéreo. 35 Domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas no Brasil: terras urbanas e rurais; terras devolutas. Vias públicas; cemitérios públicos; portos. 36 Recursos minerais e potenciais de energia hidráulica: regime jurídico. 37 Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; ocupação; aforamento; concessão de domínio pleno. 38 Limitações administrativas: conceito. Zoneamento. Polícia edilícia. Zonas fortificadas e de fronteira. Florestas. Tombamento. 39 Servidões administrativas. 40 Requisição da propriedade privada. Ocupação temporária. 41 Desapropriação por utilidade pública: conceito e fundamento jurídico; procedimentos administrativo e judicial; indenização. 42 Desapropriação por zona. Direito de extensão. Retrocessão. —Desapropriação indireta. 43 Desapropriação por interesse social: conceito, fundamento jurídico e espécies; função social do imóvel rural. Evolução do regime jurídico no Brasil. 44 Controle interno e externo da administração pública. 45 Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição *una*. 46 Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro. 47 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos. Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. 48 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro. 49 Agentes públicos: servidor público e funcionário público; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais. 50 Servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. 51 Improbidade administrativa. 52 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 53 Procedimento administrativo. Instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. 54 Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa. 55 Advocacia-Geral da União. 56 Procuradoria-Geral Federal. 57 Setor energético e suas relações com a economia, o desenvolvimento social, a tecnologia e o meio ambiente. 58 Lei Geral das Agências Reguladoras. **Direito Tributário**: Direito tributário e o conceito de tributo. Código Tributário Nacional. Espécies tributárias. Fontes do direito tributário. Interpretação, validade, vigência, eficácia das normas tributárias. Segurança jurídica e processo: recursos, ação

rescisória, coisa julgada e ADIN . Regra-matriz de incidência - hipótese tributária. Isenções tributárias e a regra-matriz de incidência tributária Crédito tributário, lançamento e espécies de lançamento tributário. Controle da dívida ativa: ação anulatória, embargos à execução e exceção de pré-executividade. Extinção da obrigação tributária, compensação e repetição do indébito. Imposto sobre a renda - pessoa física. ISS. Procedimento administrativo fiscal. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário, MS e liminares. Decadência e prescrição em matéria tributária. Realização da dívida ativa: execução fiscal e medida cautelar fiscal. IPTU. ITR. Processo administrativo tributário: conceito, princípios norteadores, finalidades, limites e direitos e garantias individuais assegurados. Processo administrativo tributário: lei 10.941/01 e decreto-lei 70.235/72. Processo judicial tributário – Teoria Geral do Processo. Conceitos fundamentais: jurisdição, ação, processo e procedimento. Controle de constitucionalidade e tutelas coletivas em matéria tributária.

Sugestões Bibliográficas:

BALERA, Wagner; MUSSI, Cristiane Miziara. Direito previdenciário. São Paulo: Método, 2008. BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. CARDOZO, José Eduardo Martins e Coordenadores. Direito Administrativo e Econômico. Atlas. CARRAZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. Malheiros Editores, 2011. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo, Atlas, 2006. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. São Paulo: Saraiva. . Curso de direito civil brasileiro: obrigações. São Paulo: Saraiva. . Curso de direito civil brasileiro: teoria geral dos contratos. São Paulo: Saraiva. . Curso de direito civil brasileiro: direitos reais. São Paulo: Saraiva. . Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva. . Lei de introdução ao código civil Brasil interpretada: com referência ao novo código civil. São Paulo: Saraiva. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo, Saraiva, 2006 GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. Del Rey, 2008. GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil. Saraiva. 3ª edição – 2006 JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de direito financeiro e tributário. Saraiva. 7ª edição – 2005 GASPARI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo, Saraiva, 2006. MARTINS, Ives Gandra da Silva. Curso de direito . Saraiva. 9ª edição – 2006 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo, Malheiros, 2005. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 23ª ed., São Paulo: Atlas. . Direitos humanos fundamentais. Rio de Janeiro: Atlas, 2002. . Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais. São Paulo: Atlas, 2003. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo, Malheiros, 2010. MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de processo civil interpretado . SAO PAULO, SARAIVA, 2006. MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas Licitações e Contratos. Editora Del Rey, 2011. MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento. Rio de Janeiro, Forense. SANTOS, Ernane Fidélis dos. As reformas de 2005 e 2006 do Código de Processo Civil. . 2ª edição Saraiva, 2006. SIMÃO, Calil. Improbidade Administrativa. Mizuno, 2011. SILVA, Edson Jacinto. O vereador no Direito Municipal. Mizuno. W AMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2005

Agente de Comunicação Social

Conhecimentos Específicos:

1. Fundamentos da comunicação. 2 Teorias da comunicação. 3 Sociologia da comunicação. 4 Comunicação pública: conceito de comunicação pública, conceito de opinião pública, instrumentos de comunicação pública. 5 Comunicação empresarial. 5.1 Identidade, imagem e reputação corporativas. 5.2 Comunicação integrada. 5.3 Gestão de marcas. 5.4 Comunicação organizacional. 5.5 Comunicação integrada. 5.6 Responsabilidade social corporativa. 5.7 Comunicação de Crise 6 Interpretação e análise crítica de textos. 6.1 Reconhecimento dos elementos estruturais do texto. 6.1.1 Frase, oração e período; coordenação e subordinação. 6.1.2 Parágrafo padrão e tópico frasal. 6.1.3 Coesão textual: anafóricos e articuladores. 6.1.4 Coerência textual: metarregras da repetição, progressão, não contradição e relação. 6.2 Reconhecimento dos aspectos intrínsecos (conteúdo e essência) e extrínsecos (forma e estilo) do texto. 6.2.1 Qualidades de harmonia, coesão, coerência, concisão, objetividade e clareza, correção gramatical e domínio do tema. 6.2.2 Vícios de prolixidade, linguagem rebuscada, pensamento superficial. 6.2.3 Argumentação frágil. 6.3 Texto e contexto sociopolítico e cultural. 7 Retórica e teoria da argumentação. 7.1 Fundamentos de retórica. 7.2 Teoria da argumentação: formas de raciocínio, raciocínio e argumento, dedução e indução, raciocínio categórico-dedutivo. 7.3 Vícios de raciocínio. 8 Temas emergentes da comunicação. 8.1 Novas tecnologias de comunicação. 8.2 Mídias web e digitais. 8.3 Mídias sociais (redes sociais, blogs, podcasts, wikis etc.). 8.4 Comunicação online. II Jornalismo. 1 Jornalismo e meios de comunicação de massa. 1.1 História e conceitos. 1.2 Veículos de comunicação de massa no Brasil: história, estrutura e funcionamento. 1.3 Características, linguagens e técnicas de produção, apuração, entrevista, redação e edição para jornal, revista, rádio, internet, TV e vídeo. 1.4 As condições de produção da notícia. 1.5 Princípios e orientações gerais para redigir um texto jornalístico. 2 Jornalismo institucional. 2.1 História, atribuições, organização, estrutura e funcionamento. 2.2 Notícia institucional. 2.3 Estrutura e processo de construção da notícia. 2.4 Notícia na mídia impressa. 2.5 Notícia na mídia eletrônica. 2.6 Notícia na mídia digital. 2.7 A produção da notícia e as rotinas da assessoria de imprensa. 2.8 O papel do assessor. 2.9 Atendimento à imprensa. 2.10 Sugestões de pauta, releases e artigos. 2.11 Organização de entrevistas. 2.12 Produtos de uma assessoria de imprensa. 2.13 Mecanismos de controle da informação. 2.14 Pauta institucional. 2.15 Canais e estratégias de comunicação interna. 2.16 Publicações jornalísticas empresariais: história, planejamento, conceitos e técnicas. 2.17 Métodos e técnicas de pesquisa. 3 Imprensa escrita. 3.1 Gêneros de redação: definição e elaboração de notícia, reportagem, entrevista, editorial, crônica, coluna, pauta, informativo, comunicado, carta, release, relatório, anúncio e briefing em texto e em imagem. 3.2 Técnicas de redação jornalística: lead, sub-lead, pirâmide invertida. 3.3 Critérios de seleção, redação e edição. 3.4 Processo gráfico: conceito de editoração e preparação de originais. 3.5 Projeto gráfico. 3.5.1 Tipologia: caracteres e medidas, justificação, mancha gráfica e margens. 3.5.2 Diagramação e retrancagem: composição, impressão. 3.5.3 Planejamento editorial: ilustrações, cores, técnicas de impressão, redação do texto, visual da publicação. 4 Webjornalismo.

Sugestões Bibliográficas:

ANDRADE, Cândido Teobaldo. Psicossociologia das Relações Públicas. São Paulo: Loyola, 1989. BARROS FILHO, C. de. (Org.). Ética e comunicação organizacional. São Paulo: Paulus, 2007. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. V- I: A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. V - II: A era da informação: economia, sociedade e cultura. Fim de milênio. V - III: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CONFERP - Conselho Federal de Relações Públicas. Resolução Normativa nº 43, de 24 de agosto de 2002. DANCE, Frank E. X. (Org.) Teoria da comunicação humana. São Paulo: Cultrix, 1973. DUARTE, Jorge (Org.). Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em

comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. FARIAS, Luiz Alberto de. (Org.). Relações públicas estratégicas. Técnicas, conceitos e instrumentos. São Paulo: Summus, 2011. FENAJ. Manual nacional de assessoria de imprensa. Rio de Janeiro: CONJAI, 1994. GKUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. (Orgs.). Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. Edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Summus, 2003. KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org.). Comunicação Organizacional. v. 2. Linguagem, gestão e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2009. LAGE, Nilson. Teoria e técnica do texto jornalístico. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2005. LITTLEJOHN, Stephen W. Fundamentos teóricos da comunicação humana. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. MORAES, Dênis de. (Org.) Sociedade midiática. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. NEVES, Roberto de Castro. Comunicação empresarial integrada. Como gerenciar: imagem, questões públicas, comunicação simbólica, crises empresariais. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. SAAD, Beth. Estratégias para a mídia digital. Internet, informação e comunicação. São Paulo: Senac, 2003. SIMÕES, Roberto Porto. Relações públicas: função política. 3. ed. São Paulo: Summus, 1995. SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. WOLF, Mauro. Teorias da comunicação de massa. Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Analista da Educação Básica/Bibliotecário

Conhecimentos Específicos:

Representação descritiva e temática de documentos; linguagens de indexação verbais; cabeçalhos de assunto; thesaurus. Linguagens de indexação notacionais: classificação decimal de Dewey; classificação decimal universal; controle bibliográfico. ISBN; ISSN; catalogação na publicação; normalização de documentos da ABNT. Planejamento de bibliotecas e serviços. Avaliação de Bibliotecas: acervos e serviços. Marketing em bibliotecas; Gestão de Documentos; Desenvolvimento de coleções: seleção e aquisição. Serviços de informação: atividades direta e indiretamente relacionadas com o público; serviços de referência; instrução ao usuário; disseminação da informação; circulação de documentos; comutação bibliográfica e suas atualizações. Obras de referência incluindo as fontes bibliográficas em qualquer suporte físico. Automação e serviços de informação: bancos e bases de dados, formato MARC 21, Norma ISO 2709, padrão de intercâmbio Z.39.50, bibliotecas digitais; preservação de documentos em meio físico e digital. A biblioteca no contexto da qualificação profissional; acompanhamento pedagógico. A biblioteca como espaço de lazer e desenvolvimento cognitivo; salas de leitura. Conceitos fundamentais de arquivologia: teorias e princípios. Gerenciamento da informação e gestão de documentos aplicada aos arquivos governamentais: diagnósticos, protocolo, arquivos correntes e intermediários, avaliação de documentos. Tipologias documentais e suportes físicos. Arranjo em arquivos permanentes: Princípios; Quadros; Propostas de trabalhos. Programa descritivo – Instrumentos de pesquisa em arquivos permanentes e intermediários. Fundamentos teóricos: Guias; Inventários; Repertório. Políticas públicas dos arquivos permanentes: ações culturais e educativas. Legislação arquivística brasileira: leis e fundamentos. Microfilmagem aplicadas aos arquivos: políticas; planejamento e técnicas. Automação aplicada aos arquivos: políticas, planejamento e técnicas. Preservação, conservação e restauração de documentos arquivísticos: política, planejamento e técnicas.

Sugestões Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (Todas as normas recomendadas para Documentação); CAMPELLO, Bernadete. Introdução ao controle bibliográfico. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006; CAMPOS, L.F.B. WEB 2.0, BIBLIOTECA 2.0 E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (I): Um protótipo para disseminação seletiva de informação na Web utilizando mashups e feeds Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, n. 18, 2 sem. 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/155>; GROGAN, Dennis. A prática do serviço de referência. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2001; Ciência da LANCASTER, F.W. Indexação e resumos. 2.ed.rev.ampl.atual. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004; ROWLEY, Jennifer. A biblioteca eletrônica. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2002; VIDOTTI, S.A.B.G. Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Pólis, 2004. <http://prossiga.ibict.br/bibliotecas> <http://www.abnt.org.br> FEITOSA, Ailton. Organização da informação na web: das tags à web semântica. Brasília: Thesaurus, 2006. GROGAN, Denis. A prática do serviço de referência. Brasília: Briquet de Lemos, 2001. LANCASTER, F. Indexação e Resumos: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. LANCASTER, F. Avaliação de serviços de bibliotecas. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. LE COADIC, Yves-François. A Ciência da Informação. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. Leis, Decretos, Resoluções do CONARQ, Portaria 05 de 19 de dezembro de 2002 e Portaria nº 03 de 16 de maio de 2003 e da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Analista Da Educação Básica /Contador – Constituição, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a educação básica; Lei de Responsabilidade Fiscal; instrumentos de planejamento: PPA, LDO, LOA; execução orçamentária, financeira e fiscal; receitas públicas; despesas públicas; vinculações constitucionais: gastos com educação, saúde, pessoal e legislativo; procedimentos contábeis para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e dos recursos do FUNDEB; gestão dos recursos dos programas do FNDE; registros e demonstrações contábeis; aplicação dos percentuais constitucionais; prestação de contas; modelos constitucionais de controle.

Sugestões Bibliográficas

BRASIL. Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II). Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei 4.320/64 e atualizações posteriores. E.C. 53/2006, Lei 11.494/2007 e Decreto 6.253/2007. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC – SP. CASTRO, Domingos Poupel. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 3ª ed. São Paulo. Atlas. GIACOMONI, James. Orçamento Público. Ed. São Paulo: Atlas. JUND, Sérgio. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Elsevier. KOHAMA, Hélio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 11. Ed. São Paulo: Atlas. 2010. QUNTANA, Alexandre C. (et.al.) Contabilidade Pública – De acordo com as novas NBCASP e a LRF. São Paulo. Atlas. Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional Resoluções do FNDE

Analista da Educação Básica/Fonoaudiólogo

Conhecimentos Específicos:

As diferentes patologias Fonoaudiológicas. A importância da Fonoaudiologia na reabilitação de pessoas portadoras de distúrbio da comunicação, escrita e/ou auditiva. A importância do Fonoaudiólogo na Equipe Multidisciplinar. Métodos de Reeducação, aplicados aos distúrbios da comunicação oral e/ou escrita: elementos fundamentais da linguagem; som; ritmo; fonema; grafema. Diferenças entre voz, fala e linguagem: voz, fala, linguagem, dicção. Patologias da Voz: disfonia; dislalia; dislalia audiógena. Patologias da Fala: afasia; disartria. Patologias da Escrita: dislexia; disgrafia; disortografia. A Fonoaudiologia e suas atuações nas áreas afetiva, social, intelectual e motora. Aplicação de protocolos específicos avaliativos

Sugestões Bibliográficas:

ANDRADE, C. R. F. (org). Fonoaudiologia preventiva. São Paulo: Lovise. AZEVEDO, Marisa Frasson de; VIEIRA Raymundo Manno. VILANOVA, Luiz Celso Perreira. Desenvolvimento Auditivo de Crianças Normais e de Alto Risco. São Paulo. Editora Plexus. BEHLAU, M. Fonoaudiologia hoje. São Paulo: Ed. Lovise. BEHLAU, M.; PONTES, P. Higiene vocal cuidando da voz. Rio de Janeiro: Revinter. CAPOVILLA, A.G.S.; CAPOVILLA, A.F. Problemas de Leitura e Escrita. Memnon edições científicas. São Paulo. CHAPMAN, R. Processos e Distúrbios na Aquisição da Linguagem. Artes Médicas. Porto Alegre. VK; GARCIA, J. Nº Manual de Dificuldades de Aprendizagem. Artes Médicas, Porto Alegre. GERBER, Adele. Problemas de Aprendizagem Relacionados à Linguagem: sua natureza e tratamento. Porto Alegre, Artes Médicas. GIOTO, Claudia Regina Mosca. Perspectivas atuais da Fonoaudiologia na escola. Ed. Plexus. São Paulo. MOTA, H. B. Terapia Fonoaudiológica para os Desvios Fonológicos. Revinter, Rio de Janeiro; SACALOSKI, Marisa. Fonoaudiologia na Escola. Ed. Lovise. São Paulo; SOUZA, Susana Bueno de. A Fonoaudiologia no Âmbito Escolar. Ed. Livros São Paulo. SACALOSKI, M.; ALAVARSI, G. & GUERRA, G. R. Fonoaudiólogo e Professor: Uma Parceria Fundamental. In: SACALOSKI, M. ALAVARSI, G. & GUERRA, G. R. Fonoaudiologia na Escola. São Paulo: Lovise, KIRILLOS, L. MARTINS, K. & FERREIRA, P. Fonoaudiologia e Escola: A Aprendizagem de uma Visão Preventiva. In: LAGROTTA, M. G. M. & CÉSAR, C. P. H. R. A Fonoaudiologia nas Instituições. São Paulo: Lovise. BRITO, T.A. Livro de Fonoaudiologia. São José dos Campos: pulso. MURDOCH, B.E. Desenvolvimento da Fala e distúrbios da Linguagem: Revinter; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Declaração de Salamanca – junho de 1994 – Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96 – Cap. 5º. Outras publicações que abrangem o programa proposto.

Analista da Educação Básica/Nutricionista

Conhecimentos Específicos:

Trabalho em equipe multiprofissional. Código de ética do nutricionista. Atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar. Fisiologia e fisiopatologia aplicadas à nutrição. Nutrição normal: recomendações nutricionais, cálculo energético, dietas equilibradas. Nutrição nos ciclos vitais; crescimento e desenvolvimento; alimentação na infância e na adolescência. Doenças nutricionais: desnutrição calórica-protéica, carências nutricionais. Dietoterapia: conceitos e objetivos. Avaliação do estado nutricional: métodos e critérios de avaliação. Indicadores de triagem nutricional. Nutrição e Saúde Pública: noções de epidemiologia das doenças nutricionais e desnutrição protéico-calórica; diagnóstico do estado nutricional dos escolares; vigilância nutricional. Inclusão da educação alimentar e nutricional no currículo pedagógico. Valorização dos produtos da agricultura familiar no preparo da alimentação escolar. Técnica Dietética: composição e classificação dos alimentos; seleção, conservação e armazenamento; técnicas de pré-preparo, preparo e cocção; higiene na manipulação de alimentos; planejamento de cardápios: fatores relacionados. Administração de serviços de alimentação e lactários: área física e equipamentos; planejamento e organização; supervisão e controles; cardápios para coletividades sadias; Microbiologia de alimentos: toxinfecções alimentares; controle sanitário de alimentos; APPCC; controles de temperatura no fluxo dos alimentos.

Sugestões Bibliográficas:

Resoluções Nº 38 e 39 do MEC/FNDE. Lei Federal nº 11.947/1996. Resolução CFN 465/2010. ABERC Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas. Manual Aberc de Práticas de Elaboração e serviço de Refeições para Coletividades, 2009. CUPPARI. Nutrição Clínica no Adulto. São Paulo: Manole, 2ª Edição 2005; Nutrição e Metabolismo: CAMINHOS DA NUTRICAÇÃO E TERAPIA NUTRICIONAL. Da Concepção à adolescência. Editora Guanabara Koogan Jacqueline Pontes Monteiro e José Simon Camelo Júnior. Nutrição da gestação ao envelhecimento. Editora Rúbio. Márcia Regina Vitolo. Epidemiologia nutricional. Editora Atheneu. Gilberto Kac. Página 113. Nutrição clínica. Estudos de casos comentados. Sônia Tucunduva Philippi. Editora Manole. Nutrição humana. Editora Guanabara Koogan. Jim Mann e A. Stewart Truswell.

Analista da Educação Básica/Psicólogo

Conhecimentos Específicos:

Psicologia da Educação e Psicologia Escolar; Políticas Educativas e Sistema Educativo; Educação Especial: TDA/H, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, síndromes diversas, vulnerabilidade pessoal e social, quadros psiquiátricos e neurológicos. Escola como espaço sócio-cultural; Pesquisa, avaliação psicodiagnóstica, diagnóstico e intervenção psicológica em grupo ou individual; Aplicação e correção de protocolos psicométricos. As abordagens teóricas e as estratégias de intervenção grupal; Práticas clínicas e institucionais com grupos; Psicologia Social; Família e escola; Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento e os processos de aprendizagem; Fracasso Escolar: transtornos e dificuldades no processo ensino-aprendizagem, hiperatividade, indisciplina, drogas, sexualidade e violência; Intervenção em situações de transtorno e fracasso escolar; orientação profissional. Aconselhamento, treinamento de educadores da rede de ensino.

Sugestões Bibliográficas:

AFONSO, Maria Lúcia M. (org). Oficinas em Dinâmica de Grupo: Um método de intervenção psicossocial. Campo Social, 2001. AQUINO, Julio Groppa (org). Erro e Fracasso na Escola. Alternativas Teóricas e Práticas. São Paulo: Summus, 1997. AQUINO, Julio Groppa (org). Indisciplina na Escola. Alternativas Teóricas e Práticas. São Paulo: Summus, 1996. COHEN, Ruth Helena Pinto (org.) Psicanalistas e educadores: tecendo laços. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009. CORDIÉ, Anny. Os atrasados não existem: Psicanálise de Crianças com Fracasso Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. DAYRELL, Juarez (org). Múltiplos Olhares sobre educação e cultura. Editora UFMG, 1996. KUPFER, Maria Cristina. Freud e a educação. O mestre do Impossível. São Paulo: Scipione, 1988. KUPFER, Maria Cristina (org.) Tratamento e escolarização de crianças com distúrbios globais de desenvolvimento. Salvador: Álgama, 2000. MACHADO, Adriana Marcondes et al. Educação inclusiva. Direitos Humanos na Escola.

São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. MACHADO, Adriana Marcondes e SOUZA, Marilene Proença Rebello de (orgs). *Psicologia Escolar: Em busca de novos Rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. MACHADO, Marília da Mata. *Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo*. Edições do Campo Social, 2004. OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1997. PATTO, Maria Helena S. *A produção do fracasso escolar. Quatro histórias de (re)provação escolar*. T.A Queiroz, 1981. PATTO, Maria Helena Souza. *Uma Introdução a Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, última edição, 2002. PATTO, Maria Helena Souza. *Exercícios de Indignação*. Escritos de Educação e Psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. PULASKI, Mary Ann Spencer. *Compreendendo Piaget. Uma Introdução ao Desenvolvimento cognitivo da criança*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1986. SANTIAGO, Ana Lydia. *A inibição intelectual na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. SOARES- LUCCHIARI Dulce Helena Penna (org.). *O jovem e a Escolha Profissional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente Declaração de Salamanca – junho de 1994 – Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96 Cap. 5º

Analista da Educação Básica/Terapeuta Ocupacional

Conhecimentos Específicos:

Estatuto da Criança e do Adolescente. Programa de Saúde de Família. Trabalho em equipe multiprofissional. Código de Ética do Terapeuta Ocupacional. Conceitos básicos da terapia ocupacional socioterápica. Políticas de Saúde Mental e referentes à saúde das pessoas com deficiência. Noções básicas de psicopatologias. Psicodinâmica nas fármaco-dependências. Psicoses. Histórico da Terapia Ocupacional. Situação de violência (identificação e procedimentos). Terapia Ocupacional no tratamento das fármaco-dependências. A utilização de grupos de atividades. Terapia Ocupacional e reabilitação psicossocial. Terapia Ocupacional e saúde da criança e do adolescente. Diagnóstico e avaliação terapêutica ocupacional. Plano de atendimento e análise das atividades de AVD/AVP. Adaptação e dispositivos de auxílio em intervenção sobre o ambiente. Metodologias e materiais específicos para o ensino especializado. Inserção de novas tecnologias de informação e comunicação na educação especial/TCC/TA. Oficinas laborativas. Terapia Ocupacional no transplante de medula óssea.

Sugestões Bibliográficas:

Artigos 196 a 200 da Constituição Federal. Lei Federal nº 8080/90. Lei federal nº 8142/90. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Declaração de Salamanca – junho de 1994 – Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96– Cap. 5º CAVALCANTI, A. Galvão C (org). *Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática* – RJ. Editora Guanabara – KOOGAN – 2009 FONSECA, L F; LIMA, C L A. *Paralisia Cerebral: Neurologia, Ortopedia e Reabilitação*, 1ª Edição. RJ. Editora Guanabara, 2004. CURY, V C R; BRANDÃO, M B. *Reabilitação em Paralisia Cerebral*. Editora Medbook, 2010. GALLETTI, M C . *Oficina em Saúde Mental, instrumento terapêutico ou intercessor clínico*. Goiânia, Editora VCG, 2004.

Analista da Educação Básica/Assistente Social

Conhecimentos Específicos:

Concepção de Seguridade Social no Brasil: formulação, administração, gestão, financiamento e execução das políticas públicas; A Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente – direitos e deveres: Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, direitos sociais, direito a convivência familiar e comunitária (PNCFC), medidas de proteção e sócioeducativas (ECA), adolescente em conflito com a lei (SINASE), políticas de enfrentamento ao abuso e exploração sexual; violência sexual contra crianças e adolescentes, políticas para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas, violências sobre a criança e o adolescente, trabalho em rede; Desafios ético-político e demandas à profissão: orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias; mobilização social e práticas educativas; supervisão de estagiários de serviço social; Instruções sociais de processos, sentenças, decisões e pareceres; Planejamento e trabalho profissional, com ênfase no trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social: objetivos, intervenção, investigação, sistematização, avaliação e elaboração de projetos de pesquisa; Serviço social e o projeto ético-político: Código de Ética Profissional do assistente social e regulamentação profissional; Família e Serviço Social; Serviço Social na Educação; Conselho Tutelar – competência, atribuições, do processo seletivo, impedimentos, medidas pertinentes aos pais ou responsável; Programa de Transferência de renda – Bolsa Família; Benefícios Eventuais na Política de Assistência Social.

Sugestões Bibliográficas:

BOVOLENTA, Gisele Aparecida “Os benefícios eventuais previstos na LOAS: o que são e como estão”. *In: Revista Serviço Social e Sociedade* (106). São Paulo: Cortez, 2011. BRASIL *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988 (alterada e atualizada). _____ *Lei nº lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência Social e dá outras providências* (alterada e atualizada). _____ *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências* (alterada e atualizada): _____ *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências* (alterada e atualizada). BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social sob a forma de Resolução nº 145, de 15/10/2004 e publicada no DOU de 28/10/2004. Brasília: MDS, 2004. _____ *Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências* (alterado e atualizado). CFESS *Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social*. Brasília: CFESS, 2011. _____ *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais (1). Brasília: CFESS, 2009. _____ *O trabalho do/a assistente social no Suas: seminário nacional*. Brasília: CFESS, 2011. Revista _____ e ABEPSS (Organizadoras) *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009. DUARTE, M. J. de O. e ALENCAR, M. M. T. de *Família e Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. MIOTO, Regina Célia Tamasso “Família e Políticas Sociais”. *In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; RODRIGUES, Marlene Teixeira “Equidade de gênero e transferência de renda”*. *In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. (Organizadoras) Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria

Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di *Política Social Brasileira no Século XXI. A prevalência dos programas de transferência de renda*. Cortez. São Paulo, 2004. CFESS- "Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação", elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) sobre o tema com contribuições dos CRESS e com a assessoria do professor Ney Luiz Teixeira. O intuito do documento é o de contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional que, por sua vez, oriente o debate das particularidades do trabalho do/a assistente social na política de Educação. - Cartilha "Serviço Social na Educação", de 2001. - Lei 16.683/07 – Acompanhamento Social na Educação. _____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família. - FOGUEL, M.; AZEVEDO, J. P. Uma decomposição da desigualdade de rendimentos no Brasil: 1984-2005. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. - *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2006.2 v. - HERRÁN, C. A. *Reduzindo a pobreza e a desigualdade no Brasil*. Brasília: BID, 2005. - HOFFMANN, R. As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jun. 2005. - MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. *Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate*. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1.283) - NASSER, I. R.; CAMPOS, S. M. A. Os percalços dos benefícios eventuais regidos pela Loas. *Cadernos do Ceam*. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Política Social, Brasília, ano III, n.11, p.113-135,2002b. - **Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007**- Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Analista da Educação Básica/Inspetor Escolar

Conhecimentos Específicos:

Ação Pedagógica do Inspetor Escolar; Fundamentos da Educação; Gestão Administrativa Escolar; Princípios e Métodos da Inspeção Escolar; Organização, Estrutura e Funcionamento da Educação no Brasil; Gestão de Pessoas: Relações Interpessoais no Âmbito Escolar; Princípios e Métodos da Gestão Escolar; Gestão Financeira e Econômica da Escola; A Construção do Projeto Político Pedagógico; Organização Curricular: Currículos e Programas; Educação Inclusiva e Diversidade; Ética e Exercício Profissional; Conselho Escolar como uma estratégia para Gestão Democrática; avaliação institucional; avaliação da aprendizagem; Programa Dinheiro Direto na Escola do FNDE.

Sugestões Bibliográficas:

AGUIAR, José Márcio (Org.). **Coletânea MAI de Legislação Federal do Ensino (1931-1983)**. Lancer – Comércio e Representações Ltda., 1984. AGUIAR, José Márcio. **Manual do Diretor Escolar – Legislações de 1952 a 2009 no Estado de Minas Gerais**. Editora Lancer, 2010. AGUIAR, José Márcio. **Resoluções do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais**. Ensino Fundamental, Médio e Superior. Lancer Ltda., 1991. BARBOSA, Maria Rita L. da Silveira. **Inspeção Escolar: um olhar crítico**. Uberlândia, Gráfica Composer Editora Ltda., 2008. LACERDA, Beatriz Pires de. **Administração escolar**. 2ª edição. São Paulo, Editora Pioneira, 1977. LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. 5ª edição. Goiânia, Editora Alternativa, 2004. MENESES, João Gualberto de Carvalho. **Princípios e métodos da inspeção escolar**. São Paulo, Saraiva, 1977. MINAS GERAIS (Estado). LEI Nº 15.293, de 5 de Agosto de 2004. Disponível na internet na URL <http://www.almg.gov.br>. MINAS GERAIS (Estado). RESOLUÇÃO Nº 457, de 30 de Setembro de 2009. Disponível na internet na URL <http://www.almg.gov.br>.

Arquiteto Urbanista

Conhecimentos Específicos:

Projeto de arquitetura; Métodos e técnicas de desenho e projeto; Programação de necessidades físicas das atividades; Estudos de viabilidade técnico-financeira; Informática aplicada á arquitetura; Controle ambiental das edificações (térmico, acústico e luminoso); Projetos complementares: especificações de materiais e serviços e dimensionamento básico; Estrutura; Fundações; Instalação elétrica e hidro - sanitária; Elevadores; Ventilação/exaustão; Ar condicionado; Telefonia; Prevenção contra incêndio; Programação, controle e fiscalização de obras; Orçamento e composição de custos, levantamento de quantitativos, planejamento e controle físico - financeiro; Acompanhamento e aplicação de recursos (medições, emissão de faturas e controle de materiais); Acompanhamento de obras; Construção e organização de canteiro de obras; Execução de fundações, estruturas em concreto, madeira, alvenaria e aço; Noções de cálculo; Coberturas e impermeabilização; Esquadrias; Pisos e revestimentos; Legislação e perícia; Licitação e contratos; Análise de contratos para execução de obras; Vistoria e elaborações de laudos e pareceres; Normas técnicas, legislação profissionais; Legislação ambiental e urbanista; Projeto e urbanismo; Métodos e técnicas de desenho e projeto urbano; Noções de sistema cartográfico e de geoprocessamento; Topografia geral; Dimensionamento e programação dos equipamentos públicos e comunitários; Sistema viários (hierarquização, dimensionamento e geometria); Sistema de infra-estrutura de parcelamentos urbanos: energia, pavimentação e saneamento ambiental (drenagem, abastecimento, coleta e tratamento de esgotos, coleta e destinação de resíduos sólidos); Planejamento urbano; Uso do solo; Gestão urbana e instrumentos de gestão (planos diretores, análise de impactos ambientais urbanos, licenciamento ambiental, instrumentos econômicos e administrativos); Aspectos sociais e econômicos do planejamento urbano; Sustentabilidade urbana (Agenda Habitat e Agenda 21); Noções de avaliação de imóveis urbanos. Estatística. Noções de representação gráfica digital, através do Auto-cad. Plano Diretor do Município de Sabará.

Sugestões Bibliográficas:

ABCI – Associação Brasileira da Construção Industrializada. *Manual Técnico de Alvenaria*. São Paulo : Projeto Editores Associados Ltda., 1990. ABNT. *Elaboração de projetos de edificações – arquitetura*. NBR 13531/1995. ABNT. *Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos*. NBR 9050/1994. AsBEA. *Manual de Contratação de Serviços de Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo : Editora Pni Ltda., 2000. ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995. BENÉVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. São Paulo : Perspectiva, 1984. BENÉVOLO, Leonardo. *Historia da cidade*. 3. ed. São Paulo : Perspectiva, 2001. BENÉVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. 3. ed. São Paulo : Perspectiva, 1998. BRANDI, Cesari. *Teoria del restauro*. Torino : Giulio Einaudi Editore, 1977. CARDÃO, Celso. *Técnica da construção*. Vol. I e II. Edições Engenharia e Arquitetura, 1983. CESH, Carlo. *Teoria e storia del restauro*. Mario Bulzoni Editore, 1970. CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 5. ed., 2000. CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Ed. UNESP, 2001. CREDER, Hélio. *Instalações Elétricas*. Rio de Janeiro e São Paulo : Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 2000. DEL RIO, Vicente. *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento*. São Paulo : Editora Pini Ltda. 1999. FREY, David. *AutoCAD 2002: a bíblia do iniciante*. São Paulo : Ciência

Moderna, 2003. GONZALES, Gerard Mayor. *Teoria e Problemas de Materiais de Construção*. São Paulo : Editora McGraw Hill, 1978. GUEDES, Milber F. *Caderno de Encargos*. São Paulo : Editora Pini Ltda., 1994. GOMBRICHT, E. H. *A História da Arte*. Editora LTC Livros Técnicos Científicos Ed. Sa, 1995. LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F.O.R. *Eficiência Energética na Arquitetura*. São Paulo : PW, 1997. 192p. MACINTYRE, Archibald J. *Instalações Hidráulicas*. Rio de Janeiro : Editora Guanabara S/A, 2. ed. MASCARÓ, Juan. *Desenho Urbano e Custos de Urbanização*. Brasília : MHU, 1987. MASCARÓ, Lúcia R. de. *Luz, Clima e Arquitetura*. São Paulo : Projeto, 1985. NEUFERT, Ernest. *Arte de projetar em Arquitetura*. 12. ed. São Paulo : Editora Gustavo Gili do Brasil, 1997. PEIXOTO, Gustavo Rocha. *Reflexos das Luzes na Terra do Sol*. Rio de Janeiro : Editora Pro Editores, 2000. PÉSSOA, José (org.). *Lúcio Costa: Documentos de Trabalho*. Rio de Janeiro : IPHAN, 1999. SILVA, Elvan. *Uma introdução ao projeto arquitetônico*. 2. ed. Porto Alegre : Ed. da UFRS, 1998. RABELLO DE CASTRO, Sônia. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro : Renovar, 1991. REIS Filho, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo : Editora Perspectiva, 7. ed. 1995. ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. 3 ed. São Paulo : Martins Fontes, 1992. E outras Publicações e livros da área específica. Plano Diretor do Município de Sabará.

Assistente de Educação Básica – AEB

Conhecimentos Específicos:

História da criança e os vários conceitos sobre infância. Etapas do desenvolvimento infantil. Planejamento curricular centrado na criança. A criança e o número. Jogos e brincadeiras. Processos de aprendizagem da leitura e da escrita. Proposta pedagógica. Função sócio-política e pedagógica. Eixos norteadores e prática pedagógica na Educação Infantil. Espaço e tempo. Meio ambiente. Convivência e interação social. O professor como mediador. Novas Tecnologias. Avaliação da aprendizagem. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (Resolução nº 5 de 17/12/09); Educação inclusiva: fundamentos de uma escola inclusiva. Estratégias do trabalho coletivo para inclusão. Convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência.

Sugestões bibliográficas:

Antunes, Celso. *Trabalhando Habilidades, Construindo Idéias*. Editora Scipione. Assman, Hugo. *Redes Digitais e Metamorfose do aprender*. Editora Vozes. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 Ferreiro, Emília. *Com todas as Letras*. Editora Cortez. Freire. Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Editora Paz e Terra. Hoffmann, Jussara. *Avaliação Mediadora*. Editora Mediação. Kamil, Constance. *A criança e o Número*. Editora Papirus. Oliveira, Zilma de Moraes. *Educação Infantil: Fundamentos e Métodos*. Editora Cortez. Souza, Regina Célia de & Borges, Maria Fernandes S. *Tognozzi. A Praxis na Formação de Educadores Infantis*. Editora DP&A. Weil, Pierre. *A criança, o lar e a escola*. Editora Vozes. Weisz, Telma. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. Editora Ática. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96.

Assistente Social

Conhecimento específicos:

Política Nacional de Assistência Social e o processo descentralizado e participativo. Sistema Nacional de Assistência Social e a inclusão social. Norma operacional básica da Assistência Social e o processo de monitoramento do financiamento e repasse fundo a fundo. Lei Orgânica da Assistência Social e a política pública. Constituição Federal de 1988 e o processo democrático e participativo. Conselho municipal de Assistência Social e o controle social. Estatuto da criança e do adolescente e a definição de políticas e prioridades de planos, programas e projetos.

Sugestões Bibliográficas:

Lei nº. 12.435, de 6 de julho de 2011, altera a Lei n.º 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Lei nº. 12.010 de 03 de agosto de 2009. - Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. 8.842 de 4 de janeiro de 1994 dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Estatuto do Idoso. Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Decreto Lei nº. 3298 de 20 de dezembro de 1999 - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Lei 13.340 de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília, 2004. Norma Operacional Básica NOB/Suas - 2005. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/Suas - 2006. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. Centros de Referência de Assistência Social - CRAS - Orientações Técnicas. ano/2009. Orientações sobre a Gestão do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - 1ª Versão. Ano/2011. BARROSO, M.L. O novo código da ética profissional da assistência social. In: Serviço Social e Sociedade (41). S.Paulo. Cortez.1993. BONETHI, D. etalli. Serviço Social e ética: Convite à uma nova práxis. São Paulo.Cortez.1996. - BRASIL, M.L.Lei Orgânica da Assistência Social No. 8742 de 7-12 1993. Brasília. Senado Federal.1993. - CARVALHO, Maria do C.B.(org).3.ed.S.Paulo.Cortez.2000. Código de Ética da Assistente Social.3.ed. Brasília.CFESS.1997. - IAMAMOTO, M.O. O serviço social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. S.Paulo.Cortez.1998. - VIEIRA.Evaldo. As Políticas Sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. In: Serviço Social & Sociedade. S.Paulo. Cortez. editora.XVIII. No.53. 1997.

Assistente Técnico de Educação Básica – ATB

Conhecimento específicos:

Legislação educacional vigente pertinente ao trabalho em instituições públicas de ensino (nacional, estadual e municipal); Escrita escolar: preenchimento de histórico escolar, Técnica de arquivo: arquivo ativo e inativo, Organização de matrícula, transferência, classificação, reclassificação, quadro curricular, preenchimento de livros de matrícula, transferências, termo de visita do inspetor, ponto diário, atas; preenchimento de diários de classe. - Regimento escolar; - Proposta pedagógica, - plano curricular, - Ensino fundamental de 9 anos. Redação técnica. - Noções Gerais de Informática. - Ética na administração pública. -Educação inclusiva (afrodescendentes, pessoas portadoras de deficiência, indígenas). - Analfabetismo e escolarização. -Arquivo, fichário, cadastro.

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Cap. III, Seção I - Artigos 205 a 214. MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais BRASIL. Lei Federal nº 9.394/96 BRASIL. Decreto Lei Federal nº 1.044/69
BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 15/98 e Resolução CNE/CEB nº 03/98 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 04/98 e Resolução CNE/CEB nº 02/98 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental) MINAS GERAIS. Parecer CEE/MG nº 1132/97 e 1158/98. BRASIL. Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 03/2005 (Define normas para a ampliação do Ensino Fundamental de 9 anos de duração). BRASIL. Resolução nº 01/2006 (Altera alínea —bll do inciso IV do art. 3º da Resolução CNE/CEB nº 02/98. BRASIL. Lei Federal nº 6.202 de 17/04/1975. BRASIL. Lei Federal 11.274/06 – Ensino Fundamental de 9 anos Manual de Redação Técnica da Presidência da República

Atendente de Consultório Dentário

Conhecimentos Específicos:

Conhecimentos e noções dos instrumentos para o atendimento dos pacientes. Noções de esterilização dos instrumentos do consultório. Dosagem e manipulação de materiais. Promoção de saúde. Saúde Coletiva; Epidemiologia dos problemas bucais; Flúor: uso; intoxicação crônica e aguda; Educação em saúde bucal; Estratégia de Saúde da Família; Saúde Bucal na Estratégia de Saúde da Família. Anatomia e Morfologia dentária: Função Dentária; Componentes da coroa e raiz; Complexo dentina polpa; Nomenclatura das dentições; Nomenclatura das cavidades; Tipos de dentições e características. Cariologia: Tipos de cárie; controle da doença; Placa bacteriana, tártaro; Medidas de prevenção da cárie dental; Mecanismo de ação do flúor. Equipamentos, Materiais e aparelhos Odontológicos, com a correta utilização, manutenção e conservação; Instrumentais; Materiais Dentários; Materiais Diversos de uso em odontologia; Equipamentos Odontológicos. Controle de Infecção em Odontologia: Aspectos de interesse em odontologia. Deontologia e Ética odontológica. Ergonomia Aplicada. Doenças Infectocontagiosas.

Sugestões Bibliográficas:

BARROS. O. B. – Ergonomia 3 – Auxiliares em Odontologia. Pancast Editora 1995. 226 pgs. JR.J. G. - Biossegurança e Controle da Infecção Cruzada. Editora Santos 536 pgs. - 1a.edição/2001. - GUANDALINI, S.L. – Biossegurança em Odontologia, Dental Books, 1998. 150p. RIO, L. M. S. P. ; - RIO, R. P. Manual de Ergonomia Odontológica. 1ª ed. CROMG. - SAMARANAYAKE, L. P., et al. - Controle da infecção para a equipe odontológica. 2.ed. São Paulo: Santos Editora, 1995. 146p. - JÚNIOR, J.G. – Materiais Dentários, o essencial para o estudante e o clínico geral. - LOBAS, C. F. S. et. al. - THD e ACD Técnico em Higiene Dental e Auxiliar de Consultório Dentário. 1a. edição, Editora Santos, 2004. - SANTOS, W.N. – ACD-Auxiliar de Consultório Dentário. Livraria e Editora Rubio, 2004. - CARVALHO, C. L. Trabalho e profissionalização das categorias auxiliares em Odontologia. Ação Coletiva, Brasília, v.2, n.1, 1999. - COELHO, E. B. C. O trabalho com pessoal auxiliar no atendimento individual do paciente odontológico. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Guia curricular para formação do atendente de consultório dentário atuar na rede básica do SUS. Brasília, 1998. - FEJERSKOV O., KIDD E. – Cárie Dentária: Editora Santos, 2005. - ALVARES & TAVANO – Curso de Radiologia em Odontologia, 4ªed Livraria Santos, 2002. 248p.

Auditor

Conhecimentos Específicos:

Aspectos Gerais. Normas de Auditoria. Responsabilidade Legal, Objetivo, Controle de Qualidade. Auditoria Interna Versus Auditoria Externa. Conceito, Objetivos, Responsabilidades, Funções, Atribuições. Desenvolvimento do Plano de Auditoria. Estratégia de Auditoria, Sistema de Informações, Controle Interno, Risco de Auditoria. Testes de Auditoria: Substantivos, de Observância, Revisão Analítica. Procedimentos de Auditoria: Inspeção, Observação, Investigação, Confirmação, Cálculo, Procedimentos Analíticos. Tipos de Teste em Áreas Específicas das Demonstrações Contábeis: Caixa e Bancos. Amostragem Estatística: Tipos de Amostragem, Tamanho da Amostra, Risco de Amostragem, Seleção da Amostra, Avaliação do Resultado do Teste. Carta de Responsabilidade da Administração: objetivo, conteúdo. Uso do Trabalho de Outros Profissionais: outro Auditor Independente, Auditor Interno, Especialista de Outra Área. Eventos Subsequentes. Parecer de Auditoria. Tipos de Parecer, Estrutura, Elementos. Organização do Estado e da Administração Pública. Modelos teóricos de Administração Pública: patrimonialista, burocrático e gerencial. Experiências de reformas administrativas. O processo de modernização da Administração Pública. Evolução dos modelos/paradigmas de gestão: a nova gestão pública. Governabilidade, governança e *accountability*. Governo eletrônico e transparência. Qualidade na Administração Pública. Novas tecnologias gerenciais e organizacionais e sua aplicação na Administração Pública. Gestão Pública empreendedora. Controle da Administração Pública. Ética no exercício da função pública. Licitações e Contratos Administrativos. **Contabilidade Governamental:** Contabilidade Pública: conceito, campo de aplicação, regimes contábeis. 2. Orçamento Público: conceito, princípios, tipos, estrutura, classificações orçamentárias, execução orçamentária e financeira. 3. Sistemas de Escrituração: orçamentário, financeiro, patrimonial e contas de compensação. 4. Balanços e Demonstração das Variações Patrimoniais: conceituação, composição e conteúdo. 5. Tópicos Especiais de Contabilização: restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, dívida pública, regime especial de adiantamento, créditos orçamentários disponíveis e adicionais, movimentações patrimoniais, estágios de escrituração da receita e da despesa. 6. Plano de Contas: conceitos, estrutura, desdobramento no nível de classe, grupo e subgrupo. 7. Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT 16.1 a 16.10). 8. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP (Parte IV do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN); 9. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN). **Administração Financeira e Orçamentária:** Orçamento Público: conceitos e princípios orçamentários. 2. Orçamento segundo a Constituição de 1988: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Financeiras - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. 3. Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. 4. Classificação Econômica da Receita e da Despesa Pública. 5. Conceito e estágios da Receita e da Despesa Pública. 7. Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações. **Auditoria e Controle Interno:** Controle Interno: tipos; objetivos; princípios; testes substantivos e de aderência. 2. Órgãos normalizadores de controle interno. 3. O controle na administração pública: competências constitucionais; instituições públicas de controle; a importância do controle em uma gestão pública voltada para resultados. 4. O controle interno no setor público 5. Auditoria: normas relativas à pessoa do auditor, à execução do trabalho e à opinião do auditor. 6. Fundamentos de Auditoria: conceitos; finalidade; modalidades; tipos; formas. 7. Auditoria Governamental: conceitos; finalidade; tipos. 8. O processo de auditoria: conceito; pré-auditoria; plano de trabalho de auditoria; execução de auditoria: avaliação dos controles internos, programa

de auditoria, técnicas de auditoria, achados de auditoria, evidência em auditoria, riscos de auditoria, amostragem em auditoria, papéis de trabalho. 9. Relatório de Auditoria: conceitos, atributos, tipos e estrutura.

Sugestões Bibliográficas:

Análise das Demonstrações Contábeis – Ricardo Ferreira – Ed. Ferreira Auditoria – Ricardo Ferreira – Ed. Ferreira OU Auditoria – João Imbassahy – Ed. Ferreira Contabilidade de Custos – Silvério das Neves e Paulo Viceconti – Ed. Frase Contabilidade de Custos – Ricardo Ferreira – Ed. Ferreira. Demais livros e legislação que abrangem o programa proposto. Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei 4.320/64 e atualizações posteriores. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC – SP. CASTRO, Domingos Poupel. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 3ª ed. São Paulo. Atlas. GIACOMONI, James. Orçamento Público. Ed. São Paulo: Atlas. JUND, Sérgio. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Elsevier. KOHAMA, Hélio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 11. Ed. São Paulo: Atlas. 2010. QUNTANA, Alexandre C. (et.al.) Contabilidade Pública – De acordo com as novas NBCASP e a LRF. São Paulo. Atlas. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Bibliotecário

Conhecimentos Específicos:

Representação descritiva e temática de documentos; linguagens de indexação verbais; cabeçalhos de assunto; tesaurus. Linguagens de indexação notacionais: classificação decimal de Dewey; classificação decimal universal; controle bibliográfico. ISBN; ISSN; catalogação na publicação; normalização de documentos da ABNT. Planejamento de bibliotecas e serviços. Avaliação de Bibliotecas: acervos e serviços. Marketing em bibliotecas; Gestão de Documentos; Desenvolvimento de coleções: seleção e aquisição. Serviços de informação: atividades direta e indiretamente relacionadas com o público; serviços de referência; instrução ao usuário; disseminação da informação; circulação de documentos; comutação bibliográfica e suas atualizações. Obras de referência incluindo as fontes bibliográficas em qualquer suporte físico. Automação e serviços de informação: bancos e bases de dados, formato MARC 21, Norma ISO 2709, padrão de intercâmbio Z.39.50, bibliotecas digitais; preservação de documentos em meio físico e digital. A biblioteca no contexto da qualificação profissional; acompanhamento pedagógico. A biblioteca como espaço de lazer e desenvolvimento cognitivo; salas de leitura. Conceitos fundamentais de arquivologia: teorias e princípios. Gerenciamento da informação e gestão de documentos aplicada aos arquivos governamentais: diagnósticos, protocolo, arquivos correntes e intermediários, avaliação de documentos. Tipologias documentais e suportes físicos. Arranjo em arquivos permanentes: Princípios; Quadros; Propostas de trabalhos. Programa descritivo – Instrumentos de pesquisa em arquivos permanentes e intermediários. Fundamentos teóricos: Guias; Inventários; Repertório. Políticas públicas dos arquivos permanentes: ações culturais e educativas. Legislação arquivística brasileira: leis e fundamentos. Microfilmagem aplicadas aos arquivos: políticas; planejamento e técnicas. Automação aplicada aos arquivos: políticas, planejamento e técnicas. Preservação, conservação e restauração de documentos arquivísticos: política, planejamento e técnicas.

Sugestões Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (Todas as normas recomendadas para Documentação); CAMPELLO, Bernadete. Introdução ao controle bibliográfico. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006; CAMPOS, L.F.B. WEB 2.0, BIBLIOTECA 2.0 É CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (I): Um protótipo para disseminação seletiva de informação na Web utilizando mashups e feeds Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, n. 18, 2 sem. 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/155>; GROGAN, Dennis. A prática do serviço de referência. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2001; Ciência da LANCASTER, F.W. Indexação e resumos. 2.ed.rev.ampl.atual. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004; ROWLEY, Jennifer. A biblioteca eletrônica. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2002; VIDOTTI, S.A.B.G. Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Pólis, 2004. <http://prossiga.ibict.br/bibliotecas> <http://www.abnt.org.br> FEITOSA, Ailton. Organização da informação na web: das tags à web semântica. Brasília: Thesaurus, 2006. GROGAN, Denis. A prática do serviço de referência. Brasília: Briquet de Lemos, 2001. LANCASTER, F. Indexação e Resumos: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. LANCASTER, F. Avaliação de serviços de bibliotecas. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. LE COADIC, Yves-François. A Ciência da Informação. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. Leis, Decretos, Resoluções do CONARQ, Portaria 05 de 19 de dezembro de 2002 e Portaria nº 03 de 16 de maio de 2003 e da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Biólogo

Conhecimentos Específicos:

Classificação: reinos da natureza. Biologia celular; célula e sua constituição molecular. Célula Procarionte x Célula Eucarionte. Constituintes moleculares da célula. Água e íons. Polímeros biológicos. Carboidratos. Lipídeos. Esteróides. Proteínas. Ácidos nucleicos. Síntese protéica. Estrutura dos ácidos nucleicos e replicação. Estrutura primária do DNA. Desnaturação e renaturação. Tipos de DNA. Topoisomerases. Estrutura do RNA. Replicação do DNA. Mecanismos básicos. Enzimas. Poluição e contaminação do ar, da água e do solo: principais formas e efeitos sobre a saúde e o meio ambiente. Sistemas de armazenamento e abastecimento de água. Tratamento e purificação de água para consumo humano. Relações entre o desenvolvimento econômico social e o meio ambiente. Genética de melhoramentos; transgênicos; clonagem; genoma humano; geneterapia humana. Evolução; fatores evolutivos. Saúde pública: endemias importantes do Brasil; principais verminoses; protozooses e bacterioses brasileiras. Mortalidade infantil e suas causas. DSTs: doenças sexualmente transmissíveis. Lixo em unidades de saúde. Experiências laboratoriais com o emprego de técnicas diversas. Cultivo de plantas e animais em laboratório com fins experimentais. Soros, vacinas. Perícias, laudos técnicos e pareceres.

Sugestões Bibliográficas:

ALBERTS e cols. Fundamentos da Biologia Celular. 2 ed., Ed. Artmed, 2006. ABNT NBR 1568/2005. ANVISA. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde. 2006. CHAMP e cols. Bioquímica ilustrada. Ed. Artmed, 4 ed., 2009. DE ROBERTIS, E. M. F. & Hib, J. Bases da Biologia Celular e Molecular. Ed. Guanabara Koogan, 4 ed., 2006. FALAICE, R. Hemograma: manual de interpretação. Ed. Artmed, 4 ed., 2003. HARVEY e cols. Microbiologia ilustrada. Ed. Artmed, 2 ed., 2008. HOFFBRAND e cols. Fundamentos em Hematologia. Ed. Artmed, 5 ed., 2008. JANEWAY e cols. Imunobiologia: o sistema imune na saúde e na doença. Ed. Artmed, 6 ed., 2007. KINDT e cols. Imunologia de Kuby. Ed. Artmed, 6 ed., 2008. LENVINSON, W. & Jawetz, E. Microbiologia Médica e

Imunologia. Ed. Artmed, 7 ed., 2005. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Biossegurança em laboratórios biomédicos e de microbiologia. 2006. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Classificação de risco dos agentes biológicos. Brasília - DF, 2010. MURRAY e cols. Microbiologia Médica. Ed. Guanabara Koogan, 4 ed., 2004. OLIVEIRA e cols. Métodos de laboratório aplicados a clínica - técnica e interpretação. Editora Guanabara Koogan, 8 ed., 2001. REY, L. Parasitologia. Ed. Guanabara Koogan, 4 ed., 2008. TEIXEIRA, P. & Valle, S. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Ed. FIOCRUZ, 2010. Livros e apostilas inerentes a área. Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde a alterações.

Desenhista

Conhecimentos Específicos:

Tela principal, uso de comandos e arquivos, visualização dos desenhos, sistema de coordenadas, configuração de novos desenhos, criação de objetos, ferramentas de edição, dimensionamentos e escalas, operação com arquivos, propriedades dos projetos - modificações, cópia de desenho arquitetônico básico (Planta, Corte e Fachada). Conceituação, perspectiva cônica, método do ponto central, desenho de perspectiva isométrica, dimensionamento dos objetos pertinentes à arquitetura. História da topografia, tipos de medições com exemplos, convenções gráficas, planimetria / altimetria, curvas de nível. Representação de superfície topográfica, perfis 20 topográficos e cortes. Cálculo de volume de terra para terraplanagem. Locação de obras conforme topografia. Conceituação de formas tridimensionais, esculturais e modelagem. Técnicas para a construção de maquetes. Materiais: pesquisa, aquisição, coleta e preparo. Instrumentos: tipos e utilização. Escolha da escala. Escolha dos materiais: papelão / madeira / materiais alternativos. Etapas de preparação. Desenho / corte / colagem / encaixes e revestimentos. Barreiras arquitetônicas na terceira idade. Áreas sociais destinadas a idosos, segundo a legislação. Os anões e a exclusão social. Ergonomia. NBR 9050- Rampas, escadas, elevadores. Detalhes importantes ao construir. Código de Posturas. Acessibilidade e acessórios disponíveis para pessoas com problemas de locomoção. Necessidades específicas para cada tipo de deficiência. Evolução histórica do sistema estrutural, comportamento estrutural, desenho de projeto de fundações, desenho de projeto de estruturas básicas, formas de vigas, pilares e lajes, armações de vigas, pilares e lajes. Importância sanitária, tratamento de esgoto, instalações de água fria, esgoto, plano de distribuição de água e esgoto numa edificação. Concepção e dimensionamento de instalações de água pluvial. Dimensionamento de calhas para água pluvial. Dimensionamento de caixa de água predial. Lista de material para projeto hidrossanitário. Normas e Simbologias hidrossanitárias.

Sugestões Bibliográficas:

ABNT, NBR 8403, Aplicação de linhas em desenhos – Tipos de linhas – Larguras das linhas. Rio de Janeiro, 1984.
ABNT, NBR 8196, Desenho técnico – Emprego de escalas. Rio de Janeiro, 1999. BACHMANN, A., Desenho técnico, Porto Alegre ed. Globo. 1970. BANDEIRA, J. S., Desenho técnico. São Paulo, Ed do Brasil, 1947. FRENCH T. E., VIERCK, C. J., Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica. 8ª edição, Editora Globo, 1985. OBERG, L., Desenho arquitetônico. 22 ed. Rio de Janeiro, Livro Ed., Rio de Janeiro, ed. Francisco Alves, 1981. Livros e apostilas que abrangem o tema proposto.

Enfermeiro

Conhecimentos Específicos:

A assistência integral à saúde mental; Administração do processo de cuidar em Enfermagem; Aspectos metodológicos da assistência de enfermagem e Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) Assistência de Enfermagem na prevenção e controle de doenças infectocontagiosas, sexualmente transmissíveis e de doenças crônicas e degenerativas;

Assistência de Enfermagem nas alterações clínicas em situações de urgência e emergência, com portadores de doenças agudas e crônicas, infecciosas; Assistência Integral à Saúde do Trabalhador; Atenção Primária em Saúde: conceitos e dimensões; Biossegurança. Prevenção e controle da população microbiana; Conhecimento de planejamento e programação local; Controle Social do SUS; Cuidados de Enfermagem em curativos e coberturas especiais; Diagnóstico, planejamento e prescrição das ações de enfermagem; Epidemiologia, vigilância epidemiológica e vigilância em saúde; Ética e Legislação Profissional; Imunização, rede de frio, cuidados e atuação da Equipe de Enfermagem; Modelo Assistencial e Financiamento; Organização do SUS: Base legal (Lei 8080 e 8142/90, NOAS 1/2002); Organização e assistência de enfermagem à mulher, a criança, adolescente, ao adulto e ao idoso na perspectiva da integralidade da assistência e abordagem de fenômenos/eventos individuais e coletivos nos ciclos vitais; Política Nacional de Saúde: Evolução Histórica; Princípios da administração de medicamentos e cuidados de enfermagem, relacionados à terapêutica medicamentosa; Processo de trabalho em saúde; o trabalho em equipe; atribuições do enfermeiro do Programa Saúde da Família e Atenção Básica; Programa de Gerenciamento de Resíduos de saúde (PGRSS) Saúde da Família e estratégia de organização da Atenção Básica; Conhecimento do Sistema Único de Saúde (SUS); Semiologia e semiotécnica aplicada à Enfermagem; Sistema de informação em saúde; Testes imunodiagnósticos e auxiliares de diagnósticos.

Sugestões Bibliográficas:

ABOU-YD, Míriam, LOBOSQUE, A. M. A Cidade e a Loucura: Entrelaces. In: DOS REIS, A.T. et al. (Orgs). Xamã Editora, São Paulo, 1998. ALFARO-LEFEVRE, Rosalinda. Aplicação do Processo de Enfermagem - Uma ferramenta para o pensamento crítico. 7ª edição, Editora Artmed, 2010. ALMEIDA, M. C. P. & WITT, R. R. O modelo de competências e as mudanças no mundo do trabalho: implicações para a enfermagem na atenção básica no referencial das funções essenciais de saúde pública. In: Revista Texto & Contexto Enfermagem. Out/Dez 2003. 12 (4):559-68. ALVES, Claudia R; VIANA, Maria Regina A. Saúde da Família: Cuidando de Crianças e Adolescentes. 1ª edição, Editora Coopmed, 2006. BARROS, Alba L. B. et al. Anamnese e exame físico - Avaliação Diagnóstica de Enfermagem no Adulto. 1ª edição, Editora Artmed, 2010. BORGES, E. L.; et al. Feridas: Editora Coopmed, 2007. BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. - FUNASA. Manual de Rede de Frio. Elaboração de ROCHA, Cristina Maria V. et al. 3ª edição, Ministério da Saúde. III. Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Brasília/DF: 2001. 80p. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manu_rede_frio.pdf>, acesso em 03/08/11. BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de Procedimentos para Vacinação. Elaboração de ARANDA, Clelia M. S. S. et al. 4ª edição, Brasília: Ministério da Saúde/ Fundação Nacional de Saúde, 2001. 316 p. il. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/manu_proced_vac.pdf>, acesso em 03/08/11. BRASIL. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil. Relatório final. Abril, 2008. Disponível em: <www.cndss.fiocruz.br/pdf/home/relatorio.pdf>, acesso em 03/08/11. BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem.

Resolução COFEN-358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a Implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: <www.portalcofen.gov.br/sitenovo/node/4384>, acesso em 03/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde / OPAS. Dez passos para uma alimentação saudável - Guia para Crianças Menores de 2 anos. Álbum Seriado. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília/DF: Editora do Editor do Ministério da Saúde (Fiocruz). 2002. Disponível em: <www.fiocruz.br/redeblh/media/10passosfinal.pdf>, acesso em 03/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Normas de Vacinação. 3ª edição, Brasília/DF: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 2001. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manu_normas_vac.pdf>, acesso em 25/07/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Portaria conjunta SUS/MS nº 125, de 26 de Março de 2009. Aprova as Diretrizes para Vigilância e define Ações de Controle da hanseníase. Brasília/DF: 2009. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_n_3125_hanseniose_2010.pdf>, acesso em 02/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1602 de 17 de julho de 2006 - Institui em todo o território nacional, os calendários de Vacinação da Criança, do Adolescente, do Adulto e do Idoso. Brasília/DF: 2006. Disponível em: <www.saude.mt.gov.br/upload/legislacao/1602-%5B2822-120110-SES-MT%5D.pdf>, acesso em 01/07/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Notificação de Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes pelos Profissionais de Saúde: Um Passo a Mais na Cidadania em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, Série A. N. 167. 2002. 48 p.: il. - Série Normas e Manuais Técnicos; n. 167. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Brasília/DF: Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/notificacao_maustratos_crianças_adolescentes.pdf>, acesso em 01/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Área Técnica Saúde do Idoso. Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 12. Brasília/DF: 2010. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/volume12.pdf>>, acesso em 01/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. 2ª edição, Revisada, Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 197 p.: il., Série A. Normas e Manuais Técnicos, Cadernos de Atenção Básica, nº 21. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/abcdad21.pdf>>, acesso em 24/07/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB - Indicadores 2005. Série G. Estatística e Informação em Saúde. Editora MS. Brasília/DF: 2006. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/siab/siab2005.pdf>>, acesso em 03/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil. Série A. Normas e Manuais Técnicos. 1ª edição, Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05_0080_M.pdf>, acesso em 01/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão Arterial Sistêmica. Cadernos de Atenção Básica - n.º 15. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/caderno_atencao_basica15.pdf>, acesso em 03/09/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. Saúde do Trabalhador. Caderno de Atenção Básica Nº 5. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/cd03_12.pdf>, acesso em 03/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. Programa Nacional de DST e AIDS. Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST. Manual de Bolso. 2ª edição, Ministério da Saúde. Brasília/DF: 2006. 140p. Série: Manuais, nº 68. Disponível em: <www.sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=system/files/dst.pdf>, acesso em 24/07/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças Infecciosas e Parasitárias. Guia de bolso. Série B. Textos Básicos de Saúde. 7ª edição, Revista. Brasília/DF: 2008. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/guia_bolso_7_edicao_web.pdf>, acesso em 02/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 6ª edição ampliada, Série A. Normas e Manuais Técnicos, Editora MS. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF: 2005. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/Guia_Vig_Epid_novo2.pdf>, acesso em 02/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Portaria conjunta SUS/MS nº 125, de 26 de Março de 2009. Aprova as Diretrizes para Vigilância e define Ações de Controle da hanseníase. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF: 2009. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_n_3125_hanseniose_2010.pdf>, acesso em 02/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Sistemas de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Nascidos Vivos (SINASC) para os profissionais do Programa Saúde da Família. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. 2ª Edição revista e atualizada, Brasília: 2004. Editora do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/importancia_sim_sinasc.pdf>, acesso em 24/07/11. Brasil. Ministério da Saúde. Vacinação na Adolescência. In: Portaria GM nº 3.318, de 28 de outubro de 2010. Institui os Calendários Básicos de Vacinação para Criança, Adolescente, adulto e idoso. Brasília/DF: 2010. Disponível em: <<http://brasilisus.com.br/legislacoes/gm/106024-3318.html>>, acesso em 03/08/11. BRUNNER, Lilian; SUDDARTH, Doris S. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 11ª edição, Editora Guanabara Koogan, 2009, 4 vols., 5.573p. CULLUM, Nicky; CILISKA, Donna; HAYNES, Brian; MARKS, Susan. Enfermagem Baseada em Evidências. 1ª edição, Editora Artmed, 2009. 382p. GARCIA, Telma R; EGRY, Emiko Y. Integralidade da Atenção no SUS e a Sistematização da Assistência de Enfermagem. 1ª edição, Editora Artmed, 2010, 336P. GIOVANELLA, L. et al. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 1ª edição (reimpressão), Editora Fiocruz. 2009. GONÇALVES, A. M; SENA, R. R. A Reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. Revista Latino-americana de Enfermagem. Março / 2001 9(2): 48-55. LANA, Adolfo P. B.; LAMOUNIER, J. A. Centro de Saúde Amigo da Criança. Saúde da Família. LEÃO, Enio; et al. Pediatria ambulatorial. MINAS GERAIS. Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais. Deliberação Coren - MG: nº. 172/06. Dispõe sobre as competências do profissional Enfermeiro na elaboração e gerenciamento do PGRSS e dá outras providências. Disponível em: <www.corenmg.gov.br/sistemas/app/web200812/interna.php?menu=0&subMenu=2&prefixos=172>, acesso em 03/08/11. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Coordenadoria Estadual de DST/Aids. Gerência de Atenção a Saúde. Superintendência de Atenção à Saúde. Atenção às vítimas de violência sexual no Estado de Minas Gerais. Março de 2008. Disponível em: <www.saude.mg.gov.br/politicas_de_saude/dst-aids/protocolos/Protocolo%20de%20Violencia%20-%20202008.pdf>,

acesso em 24/07/11. PINHEIRO, R.; BARROS, M. E. B.; MATTOS, R. A. Trabalho em Equipe sob o Eixo da Integralidade: Valores, Saberes e Práticas. 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora ABRASCO, 2007. SANTOS, Álvaro S.; MIRANDA, Sônia M. R. C. A Enfermagem na Gestão em Atenção Primária à Saúde. 1ª edição, Editora Manole. 2006. SARACENO, Benedetto; ASIOLI, Fabrizio; TOGNONI, Gianni. Manual de Saúde Mental: Guia Básico para Atenção Primária. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. Disponível em: http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exPrSearch=160749&indexSea_rch=ID, acesso em 03/08/11. SILVESTRE, J.A.; COSTA NETO, M.M. Abordagem do Idoso em Programas de Saúde da Família. In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3); 839 - 847. Mai/Jun, 2003. Revista Saúde Digital. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csp/v19n3/15887.pdf>. Acesso em 01/08/11. STARFIELD, Bárbara. Atenção Primária: Equilíbrio entre Necessidade de Saúde, Serviços e Tecnologia. Brasília: Governo Federal / Ministério da Saúde /UNESCO Brasil, 2004. 726p. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_primaria_p1.pdf>, acesso em 24/07/11. TANNURE, Meire C.; PINHEIRO, Ana Maria. SAE - Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia prático. 2ª edição, Editora Guanabara Koogan, 2010. VIANNA, Paula C. M; BARROS, Sônia. O Processo Saúde-Doença Mental: A Exclusão Social. REME - Revista Mineira de Enfermagem - Volume 6, nº 1 / 2. JAN./Dez. 2002.

Enfermeiro Plantonista

Conhecimentos Específicos:

Política de saúde mental; A prática dos serviços substitutivos; Assistência a paciente em situação de crise; Assistência ao adulto e ao idoso nas doenças crônicas degenerativas, cardiovasculares, respiratórias, neurológicas, endócrinas, gastrointestinais e urinárias; Assistência ao paciente e família em situação de emergência; Assistência ao paciente politraumatizado; Assistência de enfermagem à criança e adolescente em situações de urgência; Assistência de enfermagem a pacientes com Insuficiência Renal Crônica (diálise e hemodiálise); Assistência de enfermagem ao paciente cirúrgico, no pré e pós-operatório e com necessidade de cuidados intensivos; Assistência de enfermagem nas principais emergências clínicas: Parada cardiorrespiratória, Edema agudo de pulmão, Intoxicação Exógena e Envenenamentos, AVC, Diabetes, Hipertensão, Convulsão, Choque, Arritmias Cardíacas, Hemorragia Digestivas, Infarto Agudo do Miocárdio, Angina, Dor Abdominal, Lesões Vasculares e Arteriais, Insuficiência Cardíaca, Insuficiência Respiratória, Pneumopatias, Feridas, Reação Anafiláticas e doenças degenerativas no idoso; Assistência no Transporte do paciente crítico; Atendimento de acordo com Suporte Básico e Avançado de Vida em situações de urgência e emergência; Atribuições do enfermeiro nas diversas instâncias da clínica de urgência. Atuação do enfermeiro no processamento de materiais; Característica do Serviço de Urgência Pré-Hospitalar Fixo e Móvel e Hospitalar; Código de Ética profissional (Princípios éticos (direitos do paciente, da equipe e dos profissionais); Complicações Obstétricas: Abortamento, Hemorragias e Doença Hipertensiva na Gravidez; Cuidado ao paciente idoso em ambiente domiciliar. Educação continuada; Gestaçao, Parto e Puerpério; Integração da equipe multiprofissional na resolução dos problemas do paciente e/ou família. Intercorrências patológicas mais frequentes na criança e adolescente; Legislação de enfermagem; Legislação específica no processamento de materiais; Manuseio, Uso e funcionamento de equipamentos em terapia intensiva. Noções básicas de eletrocardiografia: fazer leitura básica de eletrocardiograma; Organização e Composição dos Serviços de Saúde; Organização, direção do serviço de enfermagem; Planejamento e assistência de enfermagem com a participação do paciente e/ou família e/ou equipe de saúde (Elaboração e execução do Plano de Cuidados de Enfermagem); Políticas e Portarias Públicas de Urgência do Ministério da Saúde; Preparo e manuseio de materiais (infecção); Programa Humanizatus; Registro de informações e ocorrências relacionadas ao paciente (terminologia específica); Relacionamento social, afetivo e profissional adequado com pacientes, família, profissionais da área, professores e demais equipes; Relações Humanas no Trabalho e implicações éticas; Sinais e Sintomas dos pacientes em situações de urgência; Supervisão e liderança em enfermagem; trabalho da enfermagem no contexto da reforma psiquiátrica; Trabalho gerencial em Enfermagem: planejamento e tomada de decisão como instrumento no processo gerencial do enfermeiro, funções administrativas e o trabalho de enfermagem; Transporte do paciente crítico e Neonatal; Urgência obstétrica e neonatal; Urgências Traumáticas: TCE, Trauma Raquimedular, Trauma torácico, Trauma Abdominal fraturas, Choques, Afogamento, Causas Externas, Queimaduras, Abusos.

Sugestões Bibliográficas:

ABOU-YD, Míriam, LOBOSQUE, A. M. A Cidade e a Loucura: Entrelaces. In: DOS REIS, A.T. et al. (Orgs). Reescrevendo o Público. Xamã Editora, São Paulo, 1998. AEHLERT, Barbara. ACLS. Advanced Cardiac Life Support: emergências em cardiologia - Um guia para Estudo. 3ª edição, Editora Elsevier, 2007. 608p. ANDRADE Filho, Aderbal et al. Toxicologia na prática clínica. Editora Folium, 2001. 386 p. ANGELO, M.; BOUSSO, R. S. Fundamentos da assistência à família em saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de enfermagem. São Paulo: Ministério da Saúde, 2001. Pgs. 43-46. Disponível em: <www.ee.usp.br/doc/manual_de_enfermagem.pdf>, acesso em 03/08/11. Secretaria Municipal de Saúde. Coordenação de Saúde Mental. Atenção à Saúde Mental da Criança e do Adolescente: Trajetória de Construção de Uma Política. In: Sirimim. Ano IV nº 1, janeiro/abril 2005. Disponível em: <www.pbh.gov.br/smsa/biblioteca/concurso/at_saude_mental_crianca_adolescente.pdf>, acesso em 04/08/11. BERGERON, David. et al. Primeiros socorros. 2ª edição, São Paulo: Editora Atheneu, 2007. BERTUSSI, D. C.; OLIVEIRA, M. S. M.; LIMA, J. V. C. A Unidade Básica no contexto do Sistema de Saúde. In: ANDRADE, Selma M.; SOARES, Darli A; CORDONI JR, Luiz. (Orgs.). Bases da Saúde Coletiva. Londrina: 1ª edição, Editora Eduep, Jan/2001, cap. 7, p.133 a 143. BRASIL - Ministério da Saúde. Portaria n.º 2048/GM Em 5 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-2048.htm>>, acesso em 25/07/11. BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem - COFEN. Resolução COFEN-311/2007. Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <www.portalcofen.gov.br/sitenovo/node/4158> e/ou <<http://site.portalcofen.gov.br/node/4280>>, acesso em 25/07/11. BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN-358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: <www.portalcofen.gov.br/sitenovo/node/4384>, acesso em 25/07/11. BRASIL. Diário Oficial da União. Decreto Lei 94.406/87, de 08 de Junho de 1987. Regulamenta a Lei 7.498, de 25 de Junho de 1986, Dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências. BRASIL. Diário Oficial da União. Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília/DF: Site www.inverso.org.br. Link: legislação brasileira/leis federais. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm>, acesso em 24/07/11. BRASIL. Diário Oficial da União Poder Executivo. Resolução nº 1.672, de 29 de julho de 2003. Dispõe sobre transporte inter-hospitalar de pacientes e dá outras providências. Brasília/DF: n. 144, 29 jul. 2003. Seção 1, p. 78. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=36598&janela=1, acesso em 03/08/11. SMELTZER, Suzane & BARE, Brenda G. BRUNNER e SUDDARTH - Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. Editora Guanabara Koogan. 11ª edição, 2009, 4 vols. 15) COHN, Amélia; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon (orgs.). Saúde no Brasil: políticas e organização dos serviços. 4ª edição, São Paulo: Editora Cortez/Cedec, 6ª edição, 2005. CUNHA, J. P. P.; CUNHA, R. E. Sistema Único de Saúde: princípios. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Geral da Política de Recursos Humanos. Gestão Municipal de Saúde: textos básicos. Brasília/DF: 2001. Cap.12, p. 285 - 304. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gestao_municipal_de_saude.pdf>, acesso em 25/07/11. FREIRE, Evandro. Trauma - A doença do Século. 1ª edição, São Paulo: Editora Atheneu, 2001, Vol. 1 2e 2. HARKNESS, Judith R. D. G. Fundamento e Prática da Enfermagem: Atendimento Completo ao Paciente. 8ª edição, Porto Alegre: Editora Artmed - Artes médicas, 2007. HUDAK, Bárbara G.; Hudak, Carolyn M. Cuidados Intensivos de Enfermagem: Uma Abordagem Holística. 6ª edição, Editora Guanabara Koogan, 1997. KIRSCHBAUM, Dir. O trabalho de enfermagem e o cuidado em saúde mental: novos rumos? In: Cadernos IPUB. Compreensão e Crítica para uma Clínica de Enfermagem Psiquiátrica. Rio de Janeiro: UFRJ/IPUB; 2000. P. 15-36. KURGANT, Paulina. Administração de Enfermagem - 1ª edição, Editora EPU, 1991. LOBOSQUE, Ana Maria. Clínica em Movimento: o cotidiano de um serviço substitutivo em Saúde Mental. In: Clínica em Movimento: por uma sociedade sem manicômios. 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora Garamond; 2005. MARTINS, Silvío; SOUTO, Maria Isabel D. Manual de Emergências Médicas, Diagnóstico e Tratamento. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2003. MCSWAIN, Norman E; FRAME, Scott; SALOMON, Jeffrey P. Atendimento Pré-hospitalar ao Traumatizado - PHTLS. Básico e Avançado. 6ª edição, Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2007. OLIVEIRA Adriana C. Infecções Hospitalares - Epidemiologia, Prevenção e Controle. 1ª edição, Editora Guanabara Koogan, 2005. OLIVEIRA, A.B.; ALESSI, N. P. O trabalho de enfermagem em saúde mental: contradições e potencialidades atuais. Revista Latino-Americana Enfermagem (periódico on-line) maio/junho 2003; 11 (3): 333-40. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rlae/v11n3/16543.pdf>, acesso em 25/07/11. RALSTON, Mark, M. D. et al. Pediatric Advanced Life Support Course Guide and PALS Provider Manual. Edição Inglesa 2002, Publisher: American Heart Association and American Academy of Paediatrics. Copyright, Edição em Português, 2003. ROTHROCK, Jane C. Alexander - Cuidados de Enfermagem ao Paciente Cirúrgico. 13ª edição, Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2007. Santos, Elaine F. et al. Legislação em Enfermagem - Atos Normativos do Exercício e do Ensino de Enfermagem. 1ª edição, SARACENO, B. Libertando Identidades: da Reabilitação Psicossocial à Cidadania Possível. 2ª edição, Rio de Janeiro (RJ): Editora IFB/Te Cora, 1999. SWEARINGEN, Pamela L; HOWARD, Cheri A. Atlas Fotográfico de Procedimentos de Enfermagem. 3ª edição, Porto Alegre: Editora ARTMED, 2000.

Engenheiro Civil

Conhecimentos Específicos:

Resistência dos materiais: tensão e deformação; solicitação axial (tração e compressão); solicitação por corte (cisalhamento); torção; flexão; flambagem; energia de deformação. Conceitos básicos de análise estrutural; estruturas de concreto, aço e madeira - cálculo e dimensionamento. Materiais de construção. Aglomerantes: cal, gesso e cimento: características e propriedades. Agregados: classificação. Concretos: propriedades nos estados fresco e endurecido, fator água/cimento, resistência mecânica e durabilidade. Argamassas: classificação, propriedades essenciais. Revestimentos cerâmicos: tipos, classificação, assentamento convencional e com argamassa colante, juntas de dilatação. Aços para concreto armado. Mecânica dos solos e fundações: fundamentos de geologia aplicada; caracterização e classificação dos solos; prospecção geotécnica do subsolo; riscos geológicos; compactação; análise da estabilidade de taludes; movimento de terra: aterro e desaterro; microdrenagem; proteção de encostas. Processos construtivos: formas de madeira e metálicas para estruturas de concreto armado, produção e lançamento do concreto, cura, adensamento e desforma. Planejamento e orçamento de obras: estudo de viabilidade técnico-econômica; dimensionamento e gerenciamento de equipes e de equipamentos; redes PERT; levantamento de materiais e mão de obra; planilhas de quantitativos e de composições de custos; listas de insumos; valores por itens; cronogramas físico-financeiros; softwares comerciais para orçamentos. Hidráulica: mecânica dos fluidos; drenagem pluvial e drenos superficiais e profundos. Instalações prediais: noções de instalações de água fria, de água quente, de prevenção de incêndios, de águas pluviais, de esgotos sanitários e de disposição de resíduos sólidos; instalações elétricas domiciliares; materiais; elementos e sistemas construtivos; patologia e manutenção. Ambiente de trabalho na construção civil. NR8 - Edificações; NR10 -Segurança em instalações e serviços de eletricidade; NR11 -Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais; NR17 - Ergonomia; NR18 -Condições e meio-ambiente de trabalho na indústria da construção; NR23 -Proteção contra incêndio; EPIs e EPCs utilizados em obras e serviços; critérios básicos para a promoção de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Saneamento ambiental: saneamento básico como instrumental no controle de endemias; resíduos sólidos (características, disposição no solo, reaproveitamento de resíduos da construção civil)..

Sugestões Bibliográficas:

ABNT. Instalação predial de água fria (NBR 5626). Rio de Janeiro: ABNT, 1998. ABNT. Instalações elétricas de baixa tensão (NBR 5410). Rio de Janeiro: ABNT, 2004. ABNT. Instalações prediais de águas pluviais (NBR 10844). Rio de Janeiro: ABNT, 1989. ABNT. Manutenção de edificações: Procedimento (NBR 5674). Rio de Janeiro: ABNT, 1999. ABNT. Sistemas prediais de esgoto sanitário: Projeto e execução (NBR 9649). Rio de Janeiro: ABNT, 1999. ABNT. Projeto de estruturas de concreto - procedimento (NBR 6118). Rio de Janeiro: ABNT, 2003. ABNT. Projeto e execução de fundações (NBR 6122). Rio de Janeiro: ABNT, 1996. ABNT. Projeto e execução de estruturas de aço de edifícios (NBR 8800). Rio de Janeiro: ABNT, 1986. Alonso, Urbano Rodrigues. Dimensionamento de fundações profundas. São Paulo: Edgard Blucher, 2009. Azeredo, Hélio Alves. O Edifício até a cobertura. São Paulo: Edgard Blucher, 2009. AZEVEDO NETTO, J. M. et al. Manual de hidráulica. 8 ed. atualizada. São Paulo: Blücher, 1998. Baião Filho, Oswaldo Teixeira; SILVA, Antônio Carlos Viana. Ligações metálicas para estruturas de aço: guia prático para estruturas com perfis laminados. 2.ed. São Paulo: GERDAU/AÇOMINAS, 2008 <http://www.skylightestruturas.com.br/manuais.asp>. Baptista, M. B.; Coelho, M. M. L. P. Cirilo, J. A. Hidráulica aplicada. São Paulo: ABRH. BAPTISTA, Márcio Benedito; COELHO, Márcia Maria Lara Pinto. Topografia aplicada a engenharia Civil. São Paulo: Edgard Blucher, 2010. 2.v. BOTELHO, Manoel Henrique Campos ; MARCHETTI, Osvaldemar. Concreto armado eu te amo. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2009. v.2. Botelho, Manoel Henrique Campos. Concreto amado: eu te amo. São Paulo:

Edgard Blucher, 2010.v.1. BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento nacional DE ESTRADAS E RODAGEM (DNER). Diretoria de desenvolvimento tecnológico. Divisão de capacitação tecnológica. Diretrizes básicas para elaboração de estudos e projetos rodoviário: escopos básicos -instruções de serviço. Rio de Janeiro: DNER, 1999. IPR -707 <http://www1.dnit.gov.br/download/DiretrizesBasicas.pdf> BRASIL. Saneamento básico: abastecimento de água, limpeza urbana e normas sanitárias. Brasília: Senado Federal, 2009. 88p. BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE. . Programação e projeto físico de unidade móvel para o controle da qualidade da água. Brasília: Funasa, 2009. 39p. BRASIL. Ministério da saúde. Fundação nacional da saúde. (FUNASA). Manual de saneamento. 3.ed. rev. Brasília: FUNASA, 2004. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/PDF> BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT). Diretoria de planejamento e pesquisa. Coordenação geral de estudos e pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Manual de drenagem de rodovias. 2.ed. Rio de Janeiro: DNIT, 2006. IPR-724 <http://ipr.dnit.gov.br/normasmanuaisoutros/manuais.html> BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento nacional de infraestrutura de transportes (DNIT). Diretoria de planejamento e pesquisa. Coordenação geral de estudos e pesquisa. Instituto de pesquisas rodoviárias. Manual de Pavimentação. 3. ed. Rio de Janeiro: DNIT, 2006. IPR-719 <http://ipr.dnit.gov.br/normasmanuaisoutros/manuais.html> BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento nacional de infraestrutura de transportes (DNIT). Diretoria de planejamento e pesquisa. Instituto de pesquisas rodoviárias. Pavimentos flexíveis: concreto asfáltico, especificação de serviço. Brasília: DNIT. 2006. 031/2006-ES <http://www1.dnit.gov.br/ipr.../especificacaooservico.htm> http://www1.dnit.gov.br/ipr_new/normas/especificacaooservico.htm Caixeta Filho, José Vicente; Martins, Ricardo Silveira. Gestão logística do transporte de cargas. São Paulo: Atlas, 2010. CRAIG, R. F. Mecânica dos solos. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. CREDER H. Instalações elétricas. 14. ed. Rio de Janeiro: LTC. 2002. DAS, Braja.M. Fundamentos de engenharia geotécnica. São Paulo: Thompson, 2011. FIORITO, A. J. S. I. Manual de argamassas e revestimentos: estudos e procedimentos de execução. São Paulo: Pini. 1994. Goldman, Pedrinho. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira. São Paulo: PINI, 2004. GERE, J. Mecânica dos materiais. São Paulo: Thomson Pioneira. 2003. GOLDMAN P. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira. 3. ed. São Paulo: Pini, 2000. GOMIDE, T., PUJADAS, F., FAGUNDES NETO, J. Técnicas de inspeção e manutenção predial. São Paulo: Pini, 2006. HACHICH n. et al. Fundações: teoria e prática. São Paulo: PINI. 1998. Hibbeler, R.C. Resistência dos materiais. São Paulo: Prentice Hall, 2006. JOPERT JUNIOR, Ivan. Fundações e contenções em edifícios: qualidade total na gestão de projeto e execução. São Paulo: Pini, 2007. 220p. 1 Exemplar(es) LEET h. M. et al. Fundamentos da análise estrutural. São Paulo: McGraw-Hill. 2009. LIMMER, C. V. Planejamento, orçamentação e controle de projetos. Rio de Janeiro: LTC. 1997. MANUAL de saneamento e proteção ambiental para os municípios: saneamento. 2007, v.2. MATTOS A. Como preparar orçamentos de obras. São Paulo: Pini, 2007. METHA, P. h.; MONTEIRO, P. J. M. Concreto, estrutura, propriedades. São Paulo: Pini, 1994. Mota, Suetônio. Introdução a engenharia ambiental. Rio de Janeiro: ABES, 2006 Pfeil, W.; PFEIL, M. Estruturas de aço: dimensionamento prático. São Paulo: LTC, 2010. PINTO, Tarcísio de Paula ; GONZALES, Juan Luis Rodrigo. Manejo e gestão de resíduos da construção civil; manual de orientação: como implantar um sistema de manejo e gestão nos municípios, V.1. Brasília: CAIXA, 2005. RECICLAGEM de resíduos para a construção civil. FUMEC, 2007. RIBEIRO, Carmen Couto ; PINTO, Joana Darc da Silva; STARLING, Tadeu Materiais de construção civil. 3. ed. UFMG, 2011. 112p. Riley, W.F.; Sturges, L.D.; Morris, D.H. Mecânica dos materiais. Rio de Janeiro: LTC, 2003. SOUZA V. C. M., RIPPER, T. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: PINI, 1998. Tucci, Carlos E. M. Hidrologia: ciência e aplicação. São Paulo: USP, 2001. Vargas, M. Introdução à mecânica dos solos. São Paulo: McGraw Hill, 1977 VIANNA, M. R. Instalações hidráulicas prediais; Imprimatur, 2004. IASIGI, n. A técnica de edificar. 5. ed. São Paulo: Pini, 2003. Plano Diretor do Município de Sabará.

Especialista em Educação Básica – EEB

Conhecimentos Específicos

Educação, sociedade e prática escolar. Princípios norteadores da Educação para formação humana. Processo de integração escola /comunidade - função Social da Escola. Teorias Pedagógicas e suas contribuições para o desenvolvimento educacional. As tendências pedagógicas na prática escolar - Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa. A didática na formação do professor – Processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos, técnicas e recursos didáticos. A importância da tecnologia no processo de ensino aprendizagem. Temas Contemporâneos: bullying, meio ambiente, inclusão, família, escolhas sexuais, diversidade étnico racial, o papel da escola, educação integral, a escolha da profissão. Orientações metodológicas na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais; As concepções de aprendizagem, de currículo e de avaliação. Abordagens sobre desenvolvimento e aprendizagem – aprendizagem significativa. Formação continuada do Professor. - Compromisso social e ético do professor. Organização curricular na Educação Básica. A criança de seis anos no Ensino Fundamental de nove anos. A relação educação e trabalho como fundamento para educação de jovens e adultos. A Educação Básica na legislação de ensino: dos níveis de ensino à organização escolar e curricular. Organização geral do trabalho escolar – gestão participativa, conselhos escolares: democratização da escola e construção de cidadania. Programa de Desenvolvimento Escolar: PDE. Projeto Político Pedagógico. Autonomia da Escola. Identidade profissional do especialista em educação: o pedagogo numa perspectiva de trabalho coletivo na organização escolar – seu papel, suas funções. A ação do especialista em educação e o projeto político pedagógico da escola. O planejamento escolar e o projeto pedagógico curricular: dos objetivos à avaliação mediadora – plano de ensino, plano de aula, gestão da aprendizagem. Acesso, permanência e sucesso do aluno na escola. Evasão escolar: causas e consequências. Educação especial e inclusão – cuidados necessários. A ética na educação.

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL. Constituição Federal de 1988. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações posteriores. Referencial curricular para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental. Gadotti, M. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo; Cortez, 2004. LIBÂNEO, José Carlos: **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2004. _____, **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5ª edição. **Revista ampliada**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004. MARTINS, L.M. Da formação humana com Marx à crítica da pedagogia das competências . In: DUARTE, N. (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. São Paulo; Autores associados, 2004. PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da escola pública**. 3ª edição. Campinas: Papirus, 1994. SAVIANI, Dermeval, Sentido da pedagogia e o papel do pedagogo. In: **Revista ANDE** , São Paulo, nº 9, 1985. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995. BOMTEMPO, Luzia. **“O Pedagogo na escola”**, Belo Horizonte (MG). BRASIL, Secretaria de Educação

Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. 1ª a 4ª séries. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL, Ensino Fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2007. BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC, 2004. Disponível em < www.mec.gov.br/seb/conselhoescolar >. BRASIL, Ministério da Educação. Indagações sobre o currículo. Brasília (Coletânea de 5 volumes) MEC, 2008. BRASIL, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2009. BRASIL, Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral. Brasília, Ministério da Educação, 2009. PADILHA, R.P. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. BRASIL, Educação integral: texto referência para debate nacional. Brasília: Mec. SECAD, 2009. BRASIL, MEC-CPMAE/2010. Construindo o sistema nacional articulado de educação – O Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação (Documento Final) Brasília, DF, 2010 (Disponível em: <http://conae.mec.gov.br>). BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de junho 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo, Paz e Terra, 1996. HOFFMANN, Jussara M. L. Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista. Educação e realidade: Porto Alegre, 1991. MONTOAN, Maria Teresa Égler (org.). O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis: Vozes, 2008.

Farmacêutico/Bioquímico

Conhecimentos Específicos:

Aplicação clínica dos marcadores tumorais; Aplicação dos diagnósticos por biologia molecular e citometria de fluxo; Bioquímica clínica: Correlação clínica e marcadores de doenças coronarianas e Diabetes Mellitus; Determinação de lipídios, bilirrubinas, proteínas, metabolismos; Citologia e bioquímica de líquidos biológicos; Exames de hemocultura; Imunologia clínica: Marcadores sorológicos de doenças infecciosas, determinação de citocinas e proteínas de fase aguda e tipagem de HLA; Microbiologia clínica: Correlação clínica e exames microbiológicos de urina, fezes, secreções purulentas, trato genital, escarro e líquido céfalo-raquidiano; Microbiologia da infecção hospitalar; Parasitologia clínica: Diagnóstico e epidemiologia dos parasitas intestinais.

Sugestões Bibliográficas:

ABBAS, Abul K; LICHTMAN, Andrew H; SHIV, Pillici. Imunologia Celular e Molecular. 6ª edição, Editora: Elsevier, 2005. BAYNES, John W; DOMINCZAK, Marke H. Bioquímica Médica. 3ª edição, Editora Elsevier, 2011. BROOKS, Geo F.; et al. Microbiologia Médica: Jawetz, Melnick e Adelberg. 24ª edição, Editora MCGraw Brasil, 2009. FERREIRA, A. Walter.; ÁVILA, Sandra L. M. Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infecciosas e Autoimunes. 2ª edição, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. GREER, John P; FOERSTER, John; LUKENS, John N. Wintrobe's Clinical Hematology. 12ª edição, Editora Lippincott Williams & Wilkins, 2003. HENRY, J. Bernard. Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais. 20ª edição, São Paulo: Editora Manole, 2008. LIMA, A. Oliveira; SOARES, J. Benjamim, GRECO, J. B. Métodos de Laboratório Aplicados a Clínica: Técnica e Interpretação. 8ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001. MASTROENI, Marco F. Biossegurança Aplicada a Laboratórios e Serviços de Saúde. 2ª edição, São Paulo: Editora Atheneu, 2005. MCPHERSON, Richard A. Henry's Clinical Diagnosis and Management by Laboratory Methods. 20ª edição, Philadelphia: W. B. Sanders Co, Editora Elsevier Science / Health Science, 2001. MOURA, Roberto A. Colheita de Material para Exames de Laboratório. 1ª edição, São Paulo: Editora Atheneu, 1998. NEVES, David P; MELO, Alan L; LINARDI, Pedro M. Parasitologia Humana. 11ª edição, São Paulo: Editora Atheneu, 2005. STRASINGER, Susan K. Uroanálise e Fluidos Biológicos. 3ª edição, São Paulo: Editora Premier Máxima, 2000. ABULSI, Luiz R.; ALTERTHUM, Flavio. Microbiologia. 5ª edição, São Paulo: Editora Atheneu, 2008. LICHTMAN, Marshall A.; et al. MANUAL DE HEMATOLOGIA DE WILLIAMS. 6ª edição, Editora Artmed, 2005; ZAGO, M. A. et al. Hematologia: Fundamentos e Prática. 1ª edição, São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

Fiscal Municipal

Conhecimentos Específicos

Noções de ética e cidadania; Ética Profissional; Redação Oficial e Expediente Administrativos: Ofícios, Comunicações Internas, Cartas, Requerimentos; Expedição e distribuição de correspondência; Noções básicas de relações humanas; Noções básicas de atendimento ao público; Funções do fiscal; Autos de infração, notificações; Multas; Diligências; Contribuintes; Dívida ativa; Normas Gerais do Direito Tributário; Impostos municipais; Competência tributária; Sistema Tributário Nacional; dos impostos da União; impostos dos Estados; repartição das receitas tributárias; Tributos; Categorias especiais da técnica de tributação; incidência; não-incidência; isenção; imunidade; Crédito tributário; Tributação – Simples Nacional (regras gerais): a cobrança do ISS de empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL; Código Tributário Municipal de Sabará – Lei Complementar n.º 001, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar n.º 007, de 28 de dezembro de 2005; Código de Postura do Município de Sabará - Lei Municipal n.º. 738, de 18 de dezembro de 1997, e alterações posteriores. Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006

Sugestões Bibliográficas:

KASPARY, Adalberto J. Redação Oficial. Normas e Modelos. 12a ed. Porto Alegre, PRODIL, 1995. BRETANHA, João. ISSQN: doutrina e prática no sistema financeiro nacional. Corag. Porto Alegre, 2006. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília, 2002. <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/manual/ManualRedPR2aEd.PDF>. OLIVEIRA, Celso Marcelo de. Manual do Imposto sobre Serviços. LZN Editora, 2004. JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de direito financeiro e tributário. Saraiva. 7ª edição – 2005. CARRAZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. Malheiros Editores, 2011. Código Tributário Municipal de Sabará – Lei Complementar n.º 001, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar n.º 007, de 28 de dezembro de 2005; Código de Postura do Município de Sabará: Lei Municipal n.º. 738, de 18 de dezembro de 1997, e alterações posteriores. Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em www.sabara.mg.gov.br. Constituição da República Federativa do Brasil. Código Tributário Nacional. Livros e apostilas inerentes a área.

Fiscal Sanitário

Conhecimento Específicos:

Noções de Saúde Pública: Organização dos Serviços de Saúde do Brasil; Modelo Assistencial e Financeiro; Política Nacional de Humanização; Constituição da Vigilância Sanitária no Brasil; Epidemiologia – Controle de Zoonoses (Leptospirose, Leishmaniose visceral canina e humana, Dengue, Esquistossomose). Vigilância Sanitária: Noções de Vigilância Sanitária; Boas Práticas de Fabricação para Serviços de Alimentação; Processo Administrativo Municipal; Competências do Fiscal Sanitário ou Autoridade Sanitária.

Sugestões Bibliográficas:

Constituição Federal de 1988 – Título III, Capítulo II Seção II, Artigo 196 a 200; Lei 8.080 de 19/09/90 – SUS; Lei 8.142 de 28/12/90 - Participação da Comunidade na Gestão do SUS; Política Nacional de Humanização do SUS; Fundamentos da Vigilância Sanitária – ROZEFELD, Suely, CDD 20ª Edição (página 15 a 40); Guia de Vigilância Epidemiológica, Brasília, 6ª Edição, 2005; Lei 13.317, 24 de setembro de 1999 – Código Estadual de Saúde RDC 216. 15 de setembro de 2004 - Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação; Lei 1.169, 24 de março de 2004 – Código Sanitário Municipal.

Fisioterapeuta

Conhecimentos Específicos:

Análise cinesiológica dos movimentos; Apoio matricial e processo de educação permanente em saúde; Atenção ao "Pé Diabético"; Atenção ao Idoso; Atuação do Fisioterapeuta na Atenção Primária; Avaliação de postura e marcha; Avaliação e prescrição de tratamento fisioterapêutico em patologias reumatológicas, dermatológicas, ortopédicas, neurológicas, cardiovasculares, respiratórias; Cinesioterapia; Desenvolvimento neuropsicomotor da criança; Fisioterapia Preventiva; Órteses e Próteses; Prevenção de incapacidade em hanseníase; Provas de função muscular;

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Cadernos de Atenção Básica; nº 24. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/cadernos_ab/abca24.pdf, acesso em 03/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia para o Controle da Hanseníase. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Versão preliminar - Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Cadernos de Atenção Básica, nº 10, Série A. Normas e Manuais Técnicos; nº 111 Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/guia_de_hanseniose.pdf, acesso em 02/08/11. CARVALHO, José A. Amputação de Membros inferiores: em busca da plena reabilitação. 2ª edição, São Paulo: Editora Manole, 2003. ELLIS, Elizabeth M; ALISON, Jennifer. Fisioterapia cardiorrespiratória prática. 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora Revinter, 1997. FARIAS, Norma; BUCHALLA, Cássia Maria. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial de Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas. Revista Brasileira de Epidemiologia. São Paulo, V8, N2, Junho 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2005000200011, acesso em 03/08/11. FLEHMIG, Inge. Texto e atlas do desenvolvimento normal e seus desvios no lactente: diagnóstico e tratamento precoce do nascimento até o 18º mês. 1ª edição, São Paulo: Editora Atheneu, 2002. FREITAS, Elizabete V.; et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2006. GOULD, James A. Fisioterapia na Ortopedia e na Medicina do Esporte. 2ª edição, São Paulo: Editora Manole, 1993. HALL, Susan. Biomecânica Básica. 4ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2005. HAMILL, Joseph; KNUTZEN, Kathleen M. Bases Biomecânicas do Movimento Humano. 2ª edição, São Paulo: Editora Manole, 2007. HOPPENFELD, Stanley; HUTTON, Richard. Propedêutica Ortopédica: Coluna e Extremidades. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 1999. 12) KENDALL, Florence P.; et al. Músculos: Provas e Funções. Com Postura e Dor. 5ª edição, São Paulo: Editora Manole, 2007. KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn A. Exercícios Terapêuticos: Fundamentos e Técnicas. 4ª edição, Barueri: Editora Manole, 2005. KOZAK, George P.; CAMPBELL, David R.; FRYBERG, Robert G.; HABERSHAW, Geoffrey M. Tratamento do Pé Diabético. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Interlivros, 1996. MAGEE, David J. Avaliação Musculoesquelética. 5ª edição, São Paulo: Editora Manole, 2010. FARIAS, Norma. BUCHALLA, Cássia Maria. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial de Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas. Revista Brasileira de Epidemiologia. São Paulo, V8, N2, Junho 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2005000200011, acesso em 25/07/11. PICKLES, Barrie. et al. Fisioterapia na Terceira Idade. 2ª Edição São Paulo: Editora Santos, 2000. SAHRMANN, Shirley. Diagnóstico e Tratamento das Síndromes de Disfunções dos Movimentos. 1ª edição, Editora Santos, 2005. SALTER, Robert B. Distúrbios e Lesões do Sistema Musculoesquelético. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Medsi, 2001. SOUZA, Elza L. B. L. Fisioterapia Aplicada à Obstetria: Aspectos de Ginecologia e Neonatologia. 3ª edição, São Paulo: Editora Medsi, 2002. UMPHRED, Darcy A. Fisioterapia neurológica. 4ª edição, Barueri: Editora Manole, 2004.

Fonoaudiólogo

Conhecimentos Específicos:

Sistema do Aparelho Auditivo: bases anatômicas e funcionais. Audiologia Clínica. Procedimentos subjetivos de testagem audiológica – indicação, seleção e adaptação do aparelho de ampliação sonora individual. Audiologia do Trabalho: ruído, vibração e meio-ambiente. Audiologia Educacional. Neurofisiologia do Sistema Motor da Fala. Funções Neurolingüística. Sistema Sensorio-motor-oral – etapas evolutivas. Desenvolvimento da linguagem. Deformidade crânio-faciais. Características fonoaudiológicas. Avaliação mio-funcional. Tratamento fonoaudiológico. Distúrbio da voz. Disfonias. Aspectos preventivos. Avaliação e fonoterapia. Distúrbio de Linguagem da Fala e da Voz decorrentes de fatores neurológicos congênitos, psiquiátricos, psicológicos e sócio-ambientais. Desvios fonológicos. Fisiologia de deglutição. Desequilíbrio da musculação oro-facial e desvios da deglutição. Prevenção, avaliação e terapia mio-funcional. Disfonias: teorias, avaliação e tratamento fonoaudiológico. Distúrbio da Aprendizagem da linguagem escrita: prevenção, diagnóstico e intervenção fonoaudiológica. Aleitamento materno: vantagens – fisiologia da lactação. Assistência Fonoaudiológica Domiciliar (Reabilitação Baseada na Comunidade – RBC) Ética e legislação profissional.

Sugestões Bibliográficas:

BEHLAU, Mara & PONTES, Paulo. Princípios de reabilitação vocal nas disfonias. São Paulo: EPPM, 1990. BEHLAU, Mara & PONTES, Paulo. Higiene Vocal - Informações básicas. São Paulo: Lovise, 1993. BEHLAU, Mara. Avaliação e tratamento das

disfonias. São Paulo: Lovise, 1995. BOONE, Daniel R & McFARLANE, Stephen C. A Voz e a Terapia Vocal. Porto Alegre: Artmed, 1994. COLTON, Raymond H. & CASPER, Janina, K. Compreendendo os problemas de voz. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. PINHO, Sílvia M. Rebelo. Fundamentos em Fonoaudiologia-Tratando os Distúrbios da Voz. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. ZORZI, Jaime Luiz. Aquisição da Linguagem Infantil (Desenvolvimento – Alterações – Terapia). São Paulo. Editora Pancast. 1993. OLIVIER, Lou de. Distúrbios de Aprendizagem e de Comportamento. Rio de Janeiro. Wak ed. 2008. AJURIAGUERRA, J. Manual de Psiquiatria Infantil. Rio de Janeiro. Ed. Atheneu. 1980. AZEVEDO, MF. Avaliação Audiológica no Primeiro Ano de Vida. In:Lopes Filho .O Tratado de Fonoaudiologia.São Paulo. Roca. 1997. Avaliação e Conduta Fonoaudiológica com o Recém-Nato de Risco.Rio de Janeiro. Revinter.2005

Historiador

Conhecimentos Específicos:

Cultura e sociedade brasileira: música, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, revistas e televisão. Elementos da política brasileira. Panorama da economia internacional e da economia brasileira. Descobertas e inovações científicas atuais e seus impactos na sociedade. Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos globais e locais. Aspectos culturais, sociais e econômicos do Estado de Minas Gerais. História e Historiografia e Fontes Documentais. História e Memória Social. Identidade Social e Patrimônio Cultural. Espaços e Lugares de Memória. Documentação, memória e patrimônio cultural: aspectos conceituais e metodológicos. Políticas e Legislação de acesso e preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico, urbano, móvel, ambiental e imaterial no Brasil e em Minas Gerais.História de Sabará.

Sugestões Bibliográficas:

ALMEIDA, Lúcia Machado de. Passeio a Sabará. Editora UFMG (Reeditado), 2010. BARROS, Jose Márcio. Mediações da Cultura: Arte, Processo e Cidadania. Ed. PUC Minas, 2009 BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e Instrumentos. São Paulo. Annablume; IEDS, 2009. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio; tradução de Luciano Vieira Machado, 3 ed. – São Paulo:Estação Liberdade: UNESP, 2006. COELHO, Maria Francisca Pinheiro. POBREZA E DESIGUALDADE EM ÁREAS METROPOLITANAS: DIMENSÕES E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL: Pobreza e desigualdade: avanços e desafios. *Francisco Meneze, pág: 155*; Capital Social como uma alavanca para acelerar o crescimento econômico durante o colapso econômico. *Harjit Singh, pág:2 17*; As políticas de desenvolvimento social no Brasil. *Arlete Sampaio, pág: 257*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2012. COSTA, Emilia Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999. FERREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. As Políticas Públicas para a Preservação do Patrimônio: estudos de caso comparados em cidades históricas de Minas Gerais. IN. V Curso de Gestão Urbana e de Cidades. Fundação João Pinheiro – Escola do Governo, 2005. FAUSTO, BORIS. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1994. MARTINS, Lêda Maria. Afrografias da Memória, o reinado do rosário no jatobá. São Paulo: Ed. Perspectiva, Mazza Edições, 1997. VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.Política e Legislação do Patrimônio Cultural Nacional: Site do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. www.ipha.gov.br, Brasília.Política e Legislação do Patrimônio Cultural Estadual: Site do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. www.iepha.mg.gov.br, Minas Gerais. Demais livros que abrangem o tema proposto.

Médico

Conhecimentos Específicos:

Saúde da mulher. Saúde da criança. Saúde do adulto. Saúde do idoso. Doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. O Programa de Saúde da Família. Vigilância à saúde: perfil epidemiológico, vacina, endemias e epidemias. Legislação da Saúde: Constituição Federal de 1988 (Título VIII – Capítulo II – Seção II); Lei nº 11 8.142/1990 e Lei nº 8.080/1990; Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB-SUS/1996; Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS – SUS/2001; Lei nº 10.507 de 10/07/2002; Lei 11.350 de 05/10/2006 . Doenças diarreicas, doenças respiratórias da infância. Hipertensão arterial.

Sugestões Bibliográficas:

ATUALIZAÇÃO TERAPÊUTICA 2005 . Prado., F.C.; Ramos J.; Valle J.R., 22ª Edição. Artes Médicas. - HARRISON: MEDICINA INTERNA. Fauci A.S.; Kasper D.L. Et al.; 16ª Edição, 2006. McGraw-Hill. - CECIL: TRATADO DE MEDICINA INTERNA. Goldman L.; Ausiello D.; 22ª Edição, 2005. Elsevier. - GUIA DE REUMATOLOGIA UNIFESP. Sato E., 1ª Edição, 2004. Manole. REUMATOLOGIA: PRINCÍPIOS E PRÁTICA. Skare T. L., 1ª Edição, 1999. Guanabara Koogan. - GUIA DE CARDIOLOGIA UNIFESP. Stefanini E.; Kasinski N.; Carvalho A. C.; 1ª Edição, 2004. Manole - TRATADO DE CARDIOLOGIA SOCESP. Nobre F.; Serran o C.V.J.; 1ª Edição, 2005. Manole. - CARDIOLOGIA NA CLÍNICA GERAL. Goldman L.; Braunwald E.; 1ª Edição, 2000. Guanabara Koogan. - TRATADO DE ENDOCRINOLOGIA CLINICA. Wajchenberg B.; L.: 1ª Edição, 1992. Roca. - ENDOCRINOLOGIA CLÍNICA. Vilar L.; 3ª Edição, 2006. Medsi. - NEUROLOGIA. Cambier J.; Masson M.; Dehen H.; 11ª Edição, 2005. Guanabara Koogan. - HEMATOLOGIA CLÍNICA DE WINTROBE.; Lee G. R.; Foerster J.; C. Thomas.; Et al; 9ª Edição, 1998. Manole. - GUIA DE NEFROLOGIA UNIFESP. Ajzen H.; Schor N.; 2ª Edição, 2004. Manole. - PRINCÍPIOS DE NEFROLOGIA E DISTÚRBIOS HIDROELETROLÍTICOS. Riella M.C.; 3ª Edição, 1996. Guanabara Koogan. - GASTROENTEROLOGIA CLÍNICA. Castro L.P.; Dani R.; 3ª Edição, 1993. Guanabara Koogan. - GUIA DE GASTROENTEROLOGIA UNIFESP. Miszputen S. J.; 1ª Edição, 2002. Manole. - DINÂMICA DAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS. Coura J.R.; 1ª Edição, 2005. Guanabara Koogan. - GUIA DE INFECTOLOGIA UNIFESP. Schor N.; Salomão R.; Pignatari A.C.C.; 1ª Edição, 2004. Manole. - NELSON: TRATADO DE PEDIATRIA. Behrman R. E.; Kliegman R.; Jenson H.B.; 17ª Edição, 2005. Elsevier. - PEDIATRIA: DIAGNÓSTICO + TRATAMENTO. Murahovschi J.; 6ª Edição, 2003. Sarvier. - GUIA DE PEDIATRIA UNIFESP. Moraes M.B.; Campos S.O.; Silvestrini W.S. 1ª Edição, 2005. Manole. - PEDIATRIA BÁSICA: PEDIATRIA GERAL E NEONATAL. Marcondes E.; Costa F.A.; Vaz Et al.; 9ª Edição, 2002. Sarvier. - NOVAK'S GYNECOLOGY. Berek,j.;13ªEdição, 2002.Lippincott Williams&Wilkins - CURRENT OBSTETRIC AND GINECOLOGIC DIAGNOSIS AND TREATMENT. De Cherney,A. H. ;9ª Edição,2003. Mc Graw- Hill. - MANUAL DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA DO JOHN HOPKINS. Lambrou, N. C.; Morse, N.A.; Walach,E.E.;2ªEdição,2001.Artmed. - WILLIAMS OBSTETRICS. Cunningham, F.G.; et. Al.; 22ªEdição,2005.Apilleton&Lange. - ANTICONCEPÇÃO, MANUAL DE ORIENTAÇÃO.Febrasgo,2004. - ÉTICA EM

Médico Plantonista

Conhecimentos Específicos:

Assistência Médica em Saúde do Adulto – Hipertensão Arterial. Diabetes Mellitus. Doenças Cardiovasculares. Doenças Reumáticas. Assistência Médica em Ginecologia e Obstetrícia – Pré-natal de baixo risco. Doenças da Gestação. Câncer de Mama e Cérvico-uterino. Assistência Médica ao Idoso – Ministério da Saúde. Saúde Pública – O SUS (programas e diretrizes do ministério da Saúde). Assistência Médica em Pediatria – Puericultura, doenças diarreicas, doenças respiratórias da infância. Assistência Médica em Doenças Transmissíveis. Código de Ética da Medicina.

Sugestões Bibliográficas:

ATUALIZAÇÃO TERAPÊUTICA 2005 . Prado., F.C.; Ramos J.; Valle J.R., 22ª Edição. Artes Médicas. - HARRISON: MEDICINA INTERNA. Fauci A.S.; Kasper D.L. Et al.; 16ª Edição, 2006. McGraw-Hill. - CECIL: TRATADO DE MEDICINA INTERNA. Goldman L.; Ausiello D.; 22ª Edição, 2005. Elsevier. - GUIA DE REUMATOLOGIA UNIFESP. Sato E., 1ª Edição, 2004. Manole. - REUMATOLOGIA: PRINCÍPIOS E PRÁTICA. Skare T. L., 1ª Edição, 1999. Guanabara Koogan. - GUIA DE CARDIOLOGIA UNIFESP. Stefanini E.; Kasinski N.; Carvalho A. C.; 1ª Edição, 2004. Manole - TRATADO DE CARDIOLOGIA SOCESP. Nobre F.; Serrano C.V.J.; 1ª Edição, 2005. Manole. - CARDIOLOGIA NA CLÍNICA GERAL. Goldman L.; Braunwald E.; 1ª Edição, 2000. Guanabara Koogan. - TRATADO DE ENDOCRINOLOGIA CLÍNICA. Wajchenberg B.; L.: 1ª Edição, 1992. Roca. - ENDOCRINOLOGIA CLÍNICA. Vilar L.; 3ª Edição, 2006. Medsi. - NEUROLOGIA. Cambier J.; Masson M.; Dehen H.; 11ª Edição, 2005. Guanabara Koogan. - HEMATOLOGIA CLÍNICA DE WINTROBE.; Lee G. R.; Foerster J.; C. Thomas.; Et al; 9ª Edição, 1998. Manole. - GUIA DE NEFROLOGIA UNIFESP. Ajzen H.; Schor N.; 2ª Edição, 2004. Manole. - PRINCÍPIOS DE NEFROLOGIA E DISTÚRBIOS HIDROELETROLÍTICOS. Riella M.C.; 3ª Edição, 1996. Guanabara Koogan. - GASTROENTEROLOGIA CLÍNICA. Castro L.P.; Dani R.; 3ª Edição, 1993. Guanabara Koogan. - GUIA DE GASTROENTEROLOGIA UNIFESP. Miszputen S. J.; 1ª Edição, 2002. Manole. - DINÂMICA DAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS. Coura J.R.; 1ª Edição, 2005. Guanabara Koogan. - GUIA DE INFECTOLOGIA UNIFESP. Schor N.; Salomão R.; Pignatari A.C.C.; 1ª Edição, 2004. Manole. - NELSON: TRATADO DE PEDIATRIA. Behrman R. E.; Kliegman R.; Jenson H.B.; 17ª Edição, 2005. Elsevier. - PEDIATRIA: DIAGNÓSTICO + TRATAMENTO. Murahovschi J.; 6ª Edição, 2003. Sarvier. - GUIA DE PEDIATRIA UNIFESP. Moraes M.B.; Campos S.O.; Silvestrini W.S. 1ª Edição, 2005. Manole. - PEDIATRIA BÁSICA: PEDIATRIA GERAL E NEONATAL. Marcondes E.; Costa F.A.; Vaz Et al.; 9ª Edição, 2002. Sarvier. - NOVAK'S GYNECOLOGY. Berek,j.;13ª Edição, 2002.Lippincott Williams&Wilkins - CURRENT OBSTETRIC AND GINECOLOGIC DIAGNOSIS AND TREATMENT. De Cherney,A. H. ;9ª Edição,2003. Mc Graw- Hill. - MANUAL DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA DO JOHN HOPKINS. Lambrou, N. C.; Morse, N.A.; Walach,E.E.;2ª Edição,2001.Artmed. - WILLIAMS OBSTETRICS. Cunningham, F.G.; et. Al.; 22ª Edição,2005.Apllleton&Lange. - ANTICONCEPÇÃO, MANUAL DE ORIENTAÇÃO.Febrasgo,2004. - ÉTICA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA – CADERNOS CREMESP.3ª Edição,2004 - BRASIL.Ministério da Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS - EPIDEMIOLOGIA E SAÚDE. Rouquayrol M.Z.; Filho N.A.; 6ª Edição, 2003. Medsi. - SUS: O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE Sites de interesse: www.febrasgo.com.br/diretrizes.htm www.cdc.gov www.saude.gov.br - www.opas.org.br/publicmo.cfm?codigo=59. **Legislação:** SUS: Lei Nº 8.080 de 19 de 28 setembro de 1990; Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990; Norma Operacional da Assistência à Saúde – SUS-NOAS-01/02; Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB-SUS-1996; Emenda Constitucional Nº 29 de 13 de setembro de 2000. 25

Médico Veterinário

Conhecimentos Específicos:

1. Epidemiologia: Introdução; o método epidemiológico; Epidemiologia descritiva. Epidemiologia analítica; 2. Noções de demografia e estimativas de populações; Componentes ecológicos das doenças transmissíveis; Interrelações agente-hospedeiro-ambiente; Fontes de infecção; 3. Mecanismos de transmissão; 4. O processo epidêmico; Programa de combate às doenças; Modelos de estudos epidemiológicos das zoonoses; Epidemiologia das doenças transmitidas por veículo comum; 5. Doenças bacterianas: Introdução; Gênese e desenvolvimento das doenças infecciosas bacterianas: esptreptococcias, estafilococcias, mamicas, Bruceloses, corinebacterioses, tuberculoses, campilobacterioses, salmonelas, colibacilos, carbúnculo, sintomático, leptospirose, botulismo; 6. Doenças por vírus, clamídias e micoplasmas: Introdução; aspectos imunológicos e desenvolvimento das doenças: raiva, febre aftosa, varíola, leucose bovina, clamidioses, anaplasmoses, peste suína clássica; 7. Doenças parasitárias e Micóticas: Introdução; parasitoses do trato intestinal e outros órgãos abdominais; dictiocaulose e metastrongilose; babesioses; eimerioses; tricomonoses, tripanossomíases; leshmanioses; toxoplasmoses; ectoparasitoses; micoses; 8. Saneamento: A água e sua importância higiênica; aspectos qualitativos e quantitativos das fontes de abastecimento. Epidemiologia das doenças. de veiculação hídrica; 9. Aspectos sanitários da construção de poços rasos; 10. Exame bacteriológico da água; 11. Tratamento da água destinada aos animais domésticos; 12. Solo e sua significação higiênica; 13. Ar e sua significação higiênica; 14. Destino de resíduos orgânicos no meio rural; 15. Desinfetantes e métodos de desinfecção; 16. Controle de roedores; 17. Produção e controle de produtos biológicos: Introdução, vacinas e antígenos usados no Brasil; 18. Planificação em saúde animal: Legislação sanitária; 19. Planificação em saúde animal; 20. Tecnologia de leite e produtos derivados: Introdução; leite, conceito, classificação, composição e propriedades organolépticas; 21. Fatores de variação na composição do leite e derivados; 22. Valor nutritivo do leite; 23. Leites anormais; 24. Tipos de leite de consumo; 25. Produção higiênica do leite; 26. Métodos de conservação e tratamento do leite; 27. Limpeza e desinfecção na indústria de laticínios; 28. Princípios de tecnologia dos produtos derivados do leite; 29. Inspeção de leite e produtos derivados: Introdução: flora normal e contaminante; 30. Utilização de microorganismo na industrialização do leite; 31. Doenças transmissíveis ao homem pelo consumo do leite e derivados; 32. Famílias lactobacteriaceas e enterobacteriaceas: características e propriedades culturais; 33. Leveduras no leite e derivados; 34. Microbiologia e inspeção sanitária do leite de consumo – Leites A, B, C, Microbiologia e inspeção de creme e da manteiga. 35. Microbiologia e inspeção dos queijos; 36. Inspeção de carnes e produtos derivados: Introdução: animais de abate; 37. Objetivos e técnicas de inspeção; 38. Exigências regulamentares nas edificações e instalações de matadouros, frigorífico e outros; 39. Inspeção ante mortem, processos de matanças, exigências regulamentares; 40. Inspeção post mortem, linha de inspeção e cuidados higiênicos, parasitoses e infecção dos animais de abate, transmissíveis ao homem pela ingestão de carne; 41. Contaminação microbiana das carnes; 42

Identificação e inspeção das carnes anormais, de conservadores, de produtos gordurosos e conservas enlatadas embutidos; 43. Tecnologia de carnes e produtos derivados: Introdução; 44. Estabelecimentos industriais de carnes e produtos derivados; 45. Edificações instalações e regulamentação; 46. Abastecimento de água. Matadouro frigorífico: operações básicas; 47. Aproveitamento da carcaça; 48. Processamento da carcaça; 49. Inspeção sanitária de aves, ovos, pescado e mel; 50. Aves: alterações e regulamento da inspeção; 51. Ovos e mel: classificação e inspeção; 52. Pescado: características; 53. Regulamentação da inspeção; 54. Legislação: Defesa sanitária animal; 55. Fiscalização da indústria, do comércio, da utilização, e transporte de produto de uso veterinário.

Sugestões Bibliográficas:

Guerrin, Anita, *Experimenting with Humans and Animals– From Galen to Animal Rights*, The Johns Hopkins University Press, 2003. Hubscher, Ronald, *Les Maîtres des Bêtes– Les Vétérinaires dans la Société Française (XVIII-XX Siècle)*, Éditions Odile Jacob, 1999. Laszlo, Pierre, *Qu'est-ce l'alchimie?*, Hachette Livre, Paris, 1996 Lyons, A. S. e Petrucelli R. J; *Medicine– An Illustrated History*, Abroadale Press, 1987. Margotta, Roberto, *História Ilustrada da Medicina*, Livros e Livros, 1996. Ordem dos Médicos Veterinários, —*Estatuto da Ordem dos Médicos Veterinários*, 1991. Lei Federal 5.550: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=118549> e demais livros que abrangem o programa proposto.

Mestre de Obras

Conhecimentos específicos:

Estudo e Análise de Projetos. Ferramentas da Construção Civil. Trabalhos Preliminares. Fundações. Execução de alvenaria, reboco e emboço. Instalações hidro-sanitárias. Execução de instalações elétricas prediais. Execução de estruturas de concreto. Execução de lajes. Execução de coberturas. Execução de pisos. Execução de fachadas. Técnicas de pintura. Execução de escadas. Viabilização de projetos. Orçamentos na construção civil. Planejamento de Obras. Noções Básica de Segurança do Trabalho e equipamentos necessários para execução das tarefas correlatas ao cargo.

Sugestões Bibliográficas:

Livros e apostilas que abrangem o tema proposto.

Motorista CNH “D”

Conhecimentos Específicos:

Código de Trânsito Brasileiro: Regras Gerais de Circulação: Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regra de Preferência; Conversões; Dos Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias. Legislação de Trânsito: Dos Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos; Dos equipamentos obrigatórios; Da Condução de Escolares; Dos Documentos de Porte Obrigatório; Da Habilitação; Das Penalidades; Medidas e Processo Administrativo; Das Infrações. Sinalização de Trânsito: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros; Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de Advertência; Placas de Indicação. Direção Defensiva: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes; Leis da Física; Aquaplanagem; Tipos de Acidentes. Primeiros Socorros: Como socorrer; ABC da Reanimação; Hemorragias; Estado de Choque; Fraturas e Transporte de Acidentados. Noções de Mecânica: O Motor; Sistema de Transmissão e Suspensão; Sistema de Direção e Freios; Sistema Elétrico, Pneus e Chassi.

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL, Lei 9503 de 23 de setembro de 1997

Livros e apostilas referentes às Regras Gerais de Trânsito.

Nutricionista

Conhecimentos Específicos:

Alimentação equilibrada na promoção da saúde; Aspectos fisiológicos e nutricionais nos diferentes ciclos da vida: estação, aleitamento materno, lactação, infância, adolescência, fase adulta e terceira idade; Atenção ambulatorial e domiciliar; Avaliação bioquímica. Recomendações e necessidades de nutrientes; Avaliação nutricional em coletividades; Indicadores e diagnóstico do estado nutricional; Nutrição prevenção e qualidade de vida; Programa de dietoterapia em condições clínicas específicas; Proteínas e lipídios: classificação, funções, digestão absorção, metabolismo e necessidades nutricionais; Terapia nutricional enteral. Administração e planejamento de Unidades de Alimentação e Nutrição: conceitos de organização e empresa; funções administrativas; planejamento no serviço de alimentação: estrutura física, móveis e equipamentos, recursos humanos, dimensionamento e controle de estoques, controle da produção, rotinas, custo, produtividade; informatização. Planejamento de cardápios: hábitos alimentares no Brasil e a necessidade de mudanças; função dos alimentos e classificação em grupos; leis da nutrição: quantidade, qualidade, harmonia e adequação. Técnica Dietética: Composição química e preservação das propriedades nutritivas dos alimentos; técnicas de preparo dos alimentos; cálculo do valor nutritivo dos alimentos. Legislações: Boas Práticas na Manipulação de Alimentos; Procedimentos Operacionais Padronizados para a Produção de Refeições; Sistema de Gestão para Segurança de Alimentos: Aplicação, Termos e Definições, Requisito do Sistema de Gestão da Segurança de Alimentos, Responsabilidade da Direção, Gestão de Recursos, Planejamento e Realização de Produtos Seguros, Validação, Verificação, Melhoria do Sistema de Gestão da Segurança de Alimentos. Segurança Alimentar: conceito; objetivos; diretrizes; competências; estratégias.

Sugestões Bibliográficas:

ACCIOLY, Elizabeth. et al. Nutrição em Obstetrícia e Pediatria. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2009. BATISTA Fº, Malaquias. et al. Anemia e obesidade: um paradoxo da transição nutricional brasileira. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro: vol. 24 Sup 2:S247-S257, 2008 BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 380/2005. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência por área de atuação e dá outras providências. Disponível em: <www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res380.pdf>, acesso em 25/07/11. BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução n. 334, de 10 de maio de 2004. Dispõe sobre o Código de Ética do Nutricionista. Disponível em: <www.asbran.org.br/sitenovo/arquivos/resolucao334.pdf>, acesso em 25/07/11 e Resolução CFN nº 399/2007. Altera o parágrafo único do art. 16 do código de ética do nutricionista, aprovado pela resolução CFN nº 334, de 2004. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2007/res399.pdf>, acesso em 25/07/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2ª edição,

revisada, Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. 2003. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan.pdf>, acesso em 25/07/11. CUPPARI, Lilian. Nutrição: Nutrição Clínica no Adulto. 2ª edição, São Paulo: Editora Manole, 2005. GOUVEIA, Enilda L. C. Nutrição: Saúde e Comunidade. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Revinter, 1999. MAHAN, L. K; STUMP, S. E. Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 11ª edição, São Paulo: Editora Rocca, 2005. MONTEIRO Carlos A. et al. Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. Revista de Saúde Pública, v.43, n.1,p.35- 43, 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/498.pdf, acesso em 25/07/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição 2ª Edição revisada, Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan.pdf>. BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução n. 334, de 10 de maio de 2004. Dispõe sobre o Código de Ética do Nutricionista e dá outras providências. Disponível em: www.asbran.org.br/sitenovo/arquivos/resolucao334.pdf e Resolução CFN nº 399/2007. Altera o parágrafo único do art. 16 do código de ética do nutricionista, aprovado pela resolução CFN nº 334, de 2004. Disponível em: www.crn6.com.br/LEGISLACAO_EXERCICIO_%20PROFISSIONAL/resolucoes_cfn/Resolucao%20CFN%20399-ALTERA%20ART%2016%20CODIGO%20NUT.pdf. BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 380/2005. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência por área de atuação e dá outras providências. Disponível em: www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res380.pdf. BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Política Nacional de Assistência Social - PNAS - Disponível em: www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo. BRASIL. Diretrizes voluntárias em apoio à realização do direito à alimentação adequada no contexto da Segurança Alimentar Nacional. Brasília 2005. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/cgfome> BRASIL. Comitê Nacional para a Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada. Promovendo a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada: subsídios para debate. Brasília: COMIDHA; BRASIL. ABNT NBR ISO 22.000: 2005 - Sistemas de Gestão de Segurança de Alimentos. BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução RDC, Nº 275, de 21/10/2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores /Industrializadores de Alimentos e a lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores / Industrializadores e de Alimentos. BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução RDC, Nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 38, 16/7/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. MINAS GERAIS. 4ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais. Caderno de textos. Por um desenvolvimento com soberania alimentar e nutricional com sustentabilidade. Disponível em: www.consea.mg.gov.br MINAS GERAIS. CONSEA. Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais. 2008-2011. Disponível em: www.bvsde.opsoms.org/texcom. MEZOMO, I.B. Os serviços de alimentação: planejamento e administração. São Paulo. Manole, 2002. ORNELLAS, L.H Técnica dietética: seleção e preparo dos alimentos. 8ª edição, São Paulo: Atheneu, 2007. SILVA JÚNIOR, E. Manual de controle higiênico sanitário em alimentos. 6ª edição, São Paulo: Varela. TEIXEIRA, S.; MILET, Z; CARVALHO,J; BISCANTINI, TM. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. São Paulo; Atheneu, 2006.

Odontólogo

Conhecimentos Específicos:

Semiologia: Processos de diagnóstico. Radiologia - Física das radiações, filmes, processamento, anatomia radiográfica e aspectos radiográficos dos cistos e tumores, técnicas radiográficas, interpretação radiográfica. Patologia oral: aspectos gerais. Cirurgias orais menores: Exodontias, dentes inclusos, apicetomias e cirurgias pré-protéticas. Prótese total e parcial removível. Noções básicas. Periodontia: Anatomia e fisiologia do periodonto. Exame, diagnóstico e prognóstico. Princípios básicos de oclusão. Dentística: Restaurações metálicas; restaurações plásticas: diretas e indiretas (inlay e onlay com resinas compostas); restaurações cerâmicas e do tipo Inlay / Onlay. Plano de tratamento e condutas terapêuticas integradas. Limite cervical das restaurações. Noções de oclusão e ajuste oclusal em dentística. Materiais dentários em dentística. Endodontia: Topografia da câmara pulpar. Alterações da polpa dental e do periápice. Tempos operatórios do tratamento dos canais radiculares. Diagnóstico e prognóstico. Diagnóstico e tratamento das emergências em odontologia. Diagnóstico e pronto atendimento das emergências médicas em consultório odontológico (ABC da ressuscitação cardiorrespiratória). Biossegurança: Aspectos de interesse em odontologia. Anestesiologia: Técnicas, soluções anestésicas (farmacologia, indicações e contra-indicações), complicações. Terapêutica e Farmacologia: Analgésicos, antiinflamatórios não esteróides, antimicrobianos; uso profilático dos antibióticos; controle da ansiedade em odontologia (ansiolíticos). Saúde Coletiva: Promoção de saúde; Epidemiologia dos problemas bucais; Índices e indicadores; Prevenção, diagnóstico e tratamento das principais doenças bucais; Flúor: uso; metabolismo; mecanismo de ação; intoxicação crônica e aguda; Educação em saúde bucal; Política de saúde. Odontopediatria: Crescimento e Desenvolvimento. Noções de interesse Odontopediátrico; Diagnóstico e Plano de Tratamento em Clínica Odontopediátrica; Doença Periodontal na Criança; Cariologia; Prevenção das Doenças Cárie e Periodontal; Tratamento Restaurador das Lesões de Cárie; Terapia Endodôntica em Decíduos; Traumatismo; Cárie dentária na criança e no adolescente; Métodos mecânicos e quimioterápicos de higiene bucal. Deontologia e Ética Odontológica. Materiais Dentários: Estrutura Dental; Materiais Restauradores Plásticos Diretos; Adesivos Dentinários; Cimentos e Bases Protetoras; Materiais para Moldagem; Resinas Acrílicas; Materiais para higiene bucal e prevenção; Materiais Clareadores.

Sugestões Bibliográficas:

GUIMARÃES JR J. BIOSSEGURANÇA E CONTROLE DA INFECÇÃO CRUZADA em Consultórios Odontológicos Editora: Santos Edição: 1a. / 2001. MARZOLA C. Técnica Exodôntica. Editora: Pancast: 3a Edição/2000 - 326 páginas. LOBAS C. F. S. THD e ACD - Técnico em Higiene Dental e Auxiliar de Consultório. Dentário Editora: Santos Edição: 2a./2006 - 450 páginas. SILVA M. - COMPÊNDIO DE ODONTOLOGIA LEGAL. Editora: Medsi-Guanabara Edição: 1a. / 1997 - 508 páginas. 19 ELIAS C. N. - MATERIAIS DENTÁRIOS - Ensaios Mecânicos. Editora: Santos. Edição: 1ª/2007 - 266 páginas. FRENCKEN JO E. - Tratamento Restaurador Atraumático para a Cárie Dentária - A.R.T. Editora: Santos Edição: 1a./2001 - 106 páginas. ALVARES & TAVANO – Curso de Radiologia em Odontologia, Editora: Santos. Edição: 5ª/2009 - 274 páginas. ANDRADE ED, RANALI J. Emergências médicas em odontologia. 2ed. São Paulo: Artes Médicas; 2004. MALAMED SF. Manual de Anestesia Local. Rio de Janeiro:

Elsevier SA; 2005. OLIVEIRA MLL Responsabilidade civil odontológica Editora Del Rey, 1999. BRASIL Código de Defesa do Consumidor: Lei no 8078 de 11 de setembro de 1990. São Paulo: Saraiva, 1991. 50p. CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA Código de Ética Odontológica Resolução CFO-42 de 25 de maio de 2006. CFO, 2006. 20p. MEDRONHO, R. A. Epidemiologia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2002. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Levantamentos básicos em saúde bucal. Tradução de Ana Júlia Perrotti Garcia. 4ª edição. São Paulo: Santos, 1999. 66p. Título original: Oral health surveys - basic methods. ROUQUAYRIOL, M. Z. & ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde. 6ª edição. Rio de Janeiro: Medsi, 2003. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde Bucal. Projeto SB2000: condições de saúde bucal da população brasileira no ano 2000: Manual do Anotador / Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica, Área Técnica de Saúde Bucal. - Brasília: Ministério da Saúde, 2001. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde Bucal. Projeto SB2000: condições de saúde bucal da população brasileira no ano 2000: Manual do Coordenador / Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica, Área Técnica de Saúde Bucal. - Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Brasil 1990. Congresso Nacional. Lei 8.080, de 19/09/1990. Diário Oficial da União, Brasília; 19 de setembro de 1990. Brasil 1990. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. ABC do SUS: doutrinas e princípios. Brasília: MS; 1990. Narvai PC. Odontologia e saúde bucal coletiva. 2ed. São Paulo: Santos; 2002. TOLEDO O A. ODONTOLOGIA - Fundamentos para a Prática Clínica. Editora: Premier Edição: 3a./2005. SHILLINGBURG H T. Fundamentos de Prótese Fixa. Editora: Quintessence Edição: 4a./2007. RIBEIRO M S. MANUAL DE PRÓTESE TOTAL REMOVÍVEL. Editora: Santos Edição: 1ª / 2007. FIGUEIREDO I M B. As Bases Farmacológicas em Odontologia. Editora: Santos Edição: 1ª/2009. OLE FEJERSKOV. Cárie Dentária - A Doença e seu tratamento clínico. Editora: Santos Edição: 1a./2005. COHEN S. Caminhos da Polpa. Editora: Elsevier Edição: 9ª/2007. ROMANI N F. ATLAS DE TÉCNICA E CLÍNICA ENDODÔNTICA. Editora: Roca Edição: 2a./1990.

Professor da Educação Básica – PEB/Séries Iniciais (Normal Superior ou Pedagogia).

Conhecimentos específicos:

Orientações didáticas para o ensino da Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia. Princípios Metodológicos de Educação. Atendimento à diversidade no desenrolar do currículo voltado para a inclusão escolar. Parâmetros Curriculares Nacionais - Princípios e Fundamentos: Organização do conhecimento escolar; Áreas e Temas Transversais: Objetivos, conteúdos, métodos, seleção de material didático. Processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. Linguagem e alfabetização: a leitura e a escrita. O processo pedagógico: planejamento, desenvolvimento e avaliação.

Sugestões Bibliográficas:

BARCO, Frieda Liliana Morales. Era uma vez na escola: formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato, 2001 (Série Educador em Formação). BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. 1ª a 4ª séries. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Ensino Fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2007. BIZZO, Nélio. Ciências: fácil ou difícil? 2.ed. São Paulo: Ática, 2002. CAGLIARI, Luis Carlos. Alfabetizando sem o ba-be-bi-bu. São Paulo: Scipione, 1998. DEBORTOLI, José Alfredo O. Múltiplas Linguagens. In: CARVALHO, Alysson, SALLES, Fátima e GUIMÃRES, Marília (orgs.) Desenvolvimento e Aprendizagem. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 73-88. Disponível em <<http://books.google.com.br/booksacesso>> Acesso em: 06 mai.2010. D'AMBROSIO Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. DIONÍSIO, Ângela P., MACHADO, Ana Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. FREITAS, José Luiz M. e BITTAR, Marilena. Fundamentos e Metodologias de Matemática para os ciclos iniciais do ensino fundamental. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. GARCIA, Regina Leite (org.) Novos olhares sobre a alfabetização. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008. MAUÉS, Ely; LIMA, Maria Helena Caixeta de Castro. Atividades investigativas nas séries iniciais. Presença Pedagógica. v. 12, n. 72, nov/dez/2006. PENTEADO, Heloísa Dupas. Metodologia do ensino de História e Geografia. São Paulo: Cortez, 1994. KAMII, Constance. A criança e o número. 31. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. SMOLKA, Ana Luiza Bustamente. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 2008. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

Professor da Educação Básica – PEB/Língua Portuguesa (para os candidatos inscritos na disciplina Português).

Conhecimentos específicos:

O professor de língua portuguesa deve considerar a língua como forma de interação verbal por meio de textos orais e escritos de diversos gêneros, enfatizando as práticas de produção de textos e leitura.

Sugestões Bibliográficas:

BORTONI-RICARDO, Stela Maris. **Educação em língua materna:** a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Língua Portuguesa. 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC/SEF, 1998. DIONÍSIO, Ângela Paiva. Gêneros multimodais e multiletramento. In: KARWOSKI, Acir Mário et al. (org.) **Gêneros Textuais – reflexões e ensino.** 2. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. DOLZ, Joaquim. **Produção escrita e dificuldades de aprendizagem.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. KOCH, Ingedore V.; Elias, Vanda. M. **Ler e compreender os sentidos do texto.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça, VERSIANI, Zélia (orgs.) **Literatura e letramento – espaços, suportes e interfaces – o jogo do livro.** Ceale/Autêntica, 2003. SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004. SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Autêntica, 1998.

Professor da Educação Básica – PEB - Letras/Espanhol (para os candidatos inscritos na disciplina Espanhol).

Conhecimentos Específicos:

Espera-se que o professor de língua estrangeira proporcione ao aluno interações verbais em língua estrangeira nas diversas situações comunicativas envolvendo leitura e escrita.

Sugestões Bibliográficas:

BOSQUE, I.; DEMONTE, V. Gramática descriptiva de la lengua española. Real Academia Española. Madrid: Espasa Calpe, 1999

CELADA, M. T.; GONZÁLEZ, N. M. Los estudios de lengua española en Brasil. Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos. Brasília-DF, v.X, Suplemento "El hispanismo en Brasil", p. 35-58, 2000. Disponível em: www.mec.es/sgci/br/es/publicaciones/anuario/abeh2000s.pdf

DAHER, D. C.. Enseñanzas del español y políticas lingüísticas en Brasil. Ensino do espanhol e políticas linguísticas no Brasil. Revista Hispanista, Niterói, n.27, 2006. Disponível em: www.hispanista.com.br/revista/artigo216.htm.

RICHARDS, J.C.; RODGERS, T. S. Enfoques y métodos en la enseñanza de idiomas. Madrid: Cambridge University Press, 2003. ISBN: 978-84-8323-017-6.

Professor da Educação Básica – PEB - Letras/Inglês (para os candidatos inscritos na disciplina Inglês).

Conhecimentos Específicos:

Espera-se que o professor de língua estrangeira proporcione ao aluno interações verbais em língua estrangeira nas diversas situações comunicativas envolvendo leitura e escrita.

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. COWIE, A.P. (Chief Editor). **Oxford Advanced Learner's Dictionary:** England Oxford University Press, 1989. MURPHY, Raymond. **English Grammar In Use – A Self-Study reference and practice book for intermediate students:** Great Britain: Cambridge University Press, 1981. PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Práticas de ensino e aprendizagem de inglês com foco na autonomia:** Brasil: Faculdade de Letras da UFMG, 2005. PORTELA, Keyla C.A. **Abordagem comunicativa na aquisição de língua estrangeira.** Artigo disponível via web: e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/viewPDF/Interstitial/84/294 RICHARDS, Jack C. & RENANDYA, Willy A. **Methodology in Language Teaching – An Anthology of Current Practice:** USA: Cambridge University Press, 2002.

Professor da Educação Básica – PEB/Ciências Biológicas (para os candidatos inscritos na disciplina Ciências Biológicas).

Conhecimentos Específicos:

Espera-se que o professor de Ciências Biológicas favoreça a compreensão da biodiversidade e dos fenômenos naturais, relacionando-os às interferências causadas pela ação humana, a partir de uma postura investigativa e crítica.

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências.** Brasília: MEC/SEF, 1998. GEWANDSZNAJDER, F. **Sexo e reprodução.** São Paulo: Ática, 2000. GEWANDSZNAJDER, F.; CAPOZOLI, U. **Origem e história da vida.** São Paulo: Ática, 1994. GRUPO APEC. - **Ação e Pesquisa em Ensino de Ciências. Por um novo currículo de ciências voltado para as necessidades de nosso tempo.** Presença Pedagógica. GRUPO APEC. **Construindo Consciências,** 5 vol. (Coleção de Ciências para o Ensino Fundamental e livro de Assessoria Pedagógica). São Paulo: Scipione, 2009. LIMA, Maria Emília C. C. e BRAGA, Selma A. M. AGUIAR Jr., Orlando. **Aprender Ciências: um mundo de materiais** - livro do aluno e livro do professor. Editora UFMG, 2004. MARTHO, G. **Pequenos seres vivos: viagem ao mundo dos microrganismos.** São Paulo: Ática, 2000. APEC – Ação e Pesquisa em Ensino de Ciências. Por um novo currículo de ciências voltado para as necessidades de nosso tempo. **Presença Pedagógica.** LOPES. Sônia. **Bio.** Saraiva, 2004.

Professor da Educação Básica – PEB/Matemática (para os candidatos inscritos na disciplina Matemática).

Conhecimentos Específicos:

O professor de matemática deve fomentar o uso da linguagem matemática como ferramenta para efetivar ou concretizar determinados raciocínios lógicos, tais como contar, comparar, medir, calcular, dentre outros, exigidos em uma dada situação problema.

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Matemática.** Brasília: MEC/SEF, 1998. CHEVALLARD, Yves; BOSCH, Marianna e GASCÓN, Josep. **Estudar matemática:** o elo perdido entre o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: ArtMed, 2001. D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Da realidade a ação - Reflexões sobre Educação e Matemática.** São Paulo: Editora Summus Editorial, 1986. FIORENTINI, Dário (org.). **Formação de Professores de Matemática - Explorando novos caminhos com outros olhares.** Campinas: Mercado das Letras, 2003. LORENZATO, Sergi. **Coleção: formação de professores** - Para aprender matemática. Editora Autores Associados. São Paulo, 2006. SMOLLE, Kátia Stocco. DINIZ, Maria Ignez. **Ler, escrever e resolver problemas.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

Professor da Educação Básica – PEB/História (para os candidatos inscritos na disciplina História).

Conhecimentos Específicos:

Espera-se que o professor de História conceba o conhecimento histórico como socialmente construído por meio da interrelação entre experiências individuais e coletivas, as quais devem ser percebidas como fruto de semelhanças e diferenças, mudanças e permanências nos diferentes tempos e espaços.

Sugestões Bibliográficas:

BITENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005. 408 p. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. História.** Brasília: MEC/SEF, 1998. DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais:** uma introdução à história da África Atlântica. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 187p. FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história.** São Paulo: Papirus, 2003. HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geyso Douglas. **O ensino de história e seu currículo;** teoria e método. Petrópolis: Vozes, 2006. 158 p. LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: UNICAMP, 2003. 544 pág. Cap. —Memoriall, —Documento/monumentoll, —Históriall, —Passado/presentell. SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Caderno Cedes,** Campinas, v. 25, n. 67, set/dez. 2005, p. 297-308.

Professor da Educação Básica – PEB/Geografia (para os candidatos inscritos na disciplina Geografia).

Conhecimentos Específicos:

O professor de Geografia deve proporcionar a compreensão de conceitos como espaço, lugar, território, representações cartográficas, a partir das interações entre sociedade e natureza, consideradas as dimensões de tempo e espaço.

Sugestões Bibliográficas:

AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2007. ALESSANDRI, Ana Fani (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa**: Iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2002. ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a África**. São Paulo: Contexto, BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento**: As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Hucitec. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Geografia**. Brasília, MEC/SEB, 1998. CASTELAR, Sonia. **Educação geográfica**: teorias e práticas. São Paulo: Contexto, 2005. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.) **Ensino de geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000. CASTROGIOVANNI, A. Carlos; CALLAI, Helena; SCHAFFER, Neiva O.; KAERCHER, Nestor A. **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões. Porto Alegre: UFRGS, 1999. SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Professor da Educação Básica – PEB/Educação Física (para os candidatos inscritos na disciplina Educação Física).

Conhecimentos Específicos:

Espera-se que o professor de Educação Física desenvolva procedimentos referentes aos jogos, à dança, aos exercícios físicos, as diversas práticas esportivas, associando-os às vivências corporais e culturais.

Sugestões Bibliográficas:

BRACHT, V. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARROZ, Francisco (Org.) **Educação Física escolar**: política, investigação e intervenção. Vitória: Proteroria, 2001, p.67-79. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRUNHS, Heloísa T. **O corpo parceiro e o corpo adversário**. Campinas: Papyrus, 1993. COLEÇÃO REGRAS OFICIAIS DE MODALIDADES ESPORTIVAS. Confederação de Esportes. Rio de Janeiro: Sprint, 2010. COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992. GONÇALVES, Maria Augusta S. **Sentir, pensar, agir**: corporeidade e educação. Campinas: Papyrus, 1994. KUNZ, Elenor (Org.). **Didática da educação física – 1**. Ijuí: Unijuí, 1998. MIRANDA, Edalton. **Bases de Anatomia e Cinesologia**. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

Professor da Educação Básica – PEB/Artes (para os candidatos inscritos na disciplina Artes)

Conhecimentos Específicos:

Espera-se que o professor de Arte seja capaz de promover o ensino da leitura de obras de arte e as compreenda como fatos históricos contextualizados; Proporcione a interação do aluno com os diversos materiais e procedimentos artísticos e suas múltiplas linguagens, inclusive levando em consideração as diversas manifestações culturais.

Sugestões Bibliográficas:

BARBOSA, Ana Mae (Org.) **Inquietações e mudanças no ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 2002. BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos Utópicos**. C/Arte, 1998. BARBOSA, A. M. (Org.). **Arte-Educação**: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 2001. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte – 3º e 4º ciclos**. Brasília, 1998. CONDURU, Roberto. **Arte afro-brasileira**. C/ARTE, 2007. LAGROU, Els. **Arte indígena brasileira**. C/ARTE, 2009. PIMENTEL, Lúcia Gouvêa (org.) **Som, gesto, forma e cor**: dimensões da Arte e seu ensino. C/ARTE, 1995.

Professor da Educação Básica – PEB/Educação Religiosa (para os candidatos inscritos na disciplina Educação Religiosa).

Conhecimentos Específicos:

Considerar os princípios da pluralidade cultural e religiosa, negando formas de proselitismo, buscando a abordagem do ponto de vista sociocultural e histórico.

Sugestões Bibliográficas:

ALVES, Rubens. **O que é Religião**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2006. BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar - ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2000. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Religioso**. Brasília: MEC/SEF, 1998. CARON, Lurdes (Org) e equipe do GREERE. **O Ensino Religioso na nova LDB**. Petrópolis: Vozes, 1997. FIGUEIREDO, Anísia de Paula. **Ensino Religioso**: perspectivas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 1995. FORUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Religioso**. 5. ed., São Paulo: Ave Maria, 2001. GONÇALVES FILHO, Tarcizo. **Ensino Religioso e formação do ser político**. Uma proposta para a consciência de cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

Programador de Sistema

Conhecimentos Específicos:

Desenvolvimento de Software: Programação Orientada a Objetos: conceitos e aplicação; Linguagens de Programação: Java, PHP, Python; Desenvolvimento Web: HTML, CSS e JavaScript; Padrões Web: e-PWG; Joomla, Django; Mapeamento Objeto Relacional; Banco de Dados: DER, Normalização, DML, DDL, Segurança, Controle de Concorrência e Transação; Principais SGBDs do mercado: Postgresql, MySQL e SQL Server; Gerenciamento de Projetos: SCRUM e XP; Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico: e-MAG; Eclipse, Ferramentas de Gerenciamento de Projetos, Sistema de Controle de Versão Subversion e GIT. Suporte em Manutenção de Computadores e Redes: Arquitetura e Organização de Computadores; Características do Principais Processadores do Mercado; Instalação de Sistemas básicos e aplicativos; Administração de Sistemas Operacionais Windows e Linux; Servidores Web e Aplicação: Apache e Apache Tomcat, configuração e características; Ferramentas para avaliação de desempenho de computadores; Segurança da Informação: conceitos, aplicativos, backup. Aplicativos de Escritório Planilha Eletrônica; Cabeamento Estruturado; Redes Sem Fio: Protocolos e tipos, segurança, projetos, administração centralizada; Redes

de Computadores: Modelos OSI e TCP/IP, conceitos e protocolos. Criptografia, Assinatura Digital, Certificados Digitais e VPN. Sistemas de Administração de Diretório/Domínio: LDAP e Active Directory; Sistemas de Help Desk. Inglês técnico.

Sugestões Bibliográficas:

Livros e apostilas que abrangem o tema proposto.

Psicólogo

Princípios e técnicas psicológicas no âmbito da saúde e da educação; Desenvolvimentos intelectuais, sociais e emocionais do indivíduo; Psicologia da personalidade; Reeducação escolar e familiar; Motivação da aprendizagem; Métodos de planejamento pedagógico, treinamento, ensino e avaliação; Características dos indivíduos portadores de necessidades especiais; Orientação profissional e educacional; Aspectos psicológicos das gestantes; Postulações clínico-psicoanalíticas da neurose; Características clínicas das psicoses e esquizofrenias; Psicologia fenomenológica; Técnicas psicoterápicas; Técnicas e sessão analítica; Instrumentos do psicodiagnóstico; Atendimento psicológico no trabalho e sua prática clínica; Psicanálise; Problemas de saúde ocupacional; Prevenção da saúde no trabalho. Legislação referente à profissão do Psicólogo; Código de Ética. Política Nacional de Assistência Social e o processo descentralizado e participativo. Sistema Nacional de Assistência Social e a inclusão social. Norma operacional básica da Assistência Social e o processo de monitoramento do financiamento e repasse fundo a fundo. Lei Orgânica da Assistência Social e a política pública. Constituição Federal de 1988 e o processo democrático e participativo. Conselhos municipais de Direitos: Assistência Social e o controle social; CMDCA; Idoso; Mulher; Pessoa com Deficiência e Juventude. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Sugestões Bibliográficas:

Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília, 2004. Norma Operacional Básica NOB/Suas - 2005. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/Suas - 2006. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. Centros de Referência de Assistência Social - CRAS - Orientações Técnicas. ano/2009. Orientações sobre a Gestão do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - 1ª Versão. Ano/2011. Estatuto do Idoso. Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Decreto Lei nº. 3298 de 20 de dezembro de 1999 - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no site: www.mds.gov.br: (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI). Cunha, Jurema Aleides Psicodiagnóstico -V 5 ed-revisada e ampliada-Porto Alegre:Artmed.2000. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamentos da CID- 10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas-Cood.Organiz.Mund.da Saúde;trad. Dorival Caetano.- Porto Alegre: Artes Médicas,1993. www.pol.org.br

Supervisor de Obras e Orçamento

Conhecimentos Específicos:

Estudos de projetos e obras de construção civil. Avaliação técnica de obras de construção civil. Especificações técnicas e de acabamentos de obras. Orçamento para obras civis. Legislação técnica e municipal para obras de construção civil.

Sugestões Bibliográficas:

BORGES, Alberto de Campos. *Topografia aplicada à engenharia civil*. São Paulo: Blücher, 1992. 2v. CHAVES, Roberto. *Manual do construtor*. para engenheiros, mestres de obras e profissionais de construção em geral. Rio de Janeiro: Ediouro-tecnoprint, 1979. CREDER, Hélio. *Instalações elétricas*. 15. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. CREDER, Hélio. *Instalações hidráulicas e sanitárias*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1972. FIKER, José. *Manual de avaliações e perícias em imóveis urbanos*. São Paulo: PINI, 2001. GOMIDE, Tito Lívio Ferreira; PUJADAS, Flávia Zoéga Andreatta; FAGUNDES NETO, Jerônimo Cabral Pereira. *Técnicas de inspeção e manutenção predial*. São Paulo: PINI, 2006. MOLITERNO, Antonio. *Caderno de estruturas em alvenaria e concreto simples*. São Paulo: Blucher, c1995. NEUFERT, Ernst. *Arte de projetar em arquitetura*: princípios, normas e prescrições sobre construção, instalações, distribuição e programa de necessidades, dimensões de edifícios, locais e utensílios. 11. ed. São Paulo: G. Gili, 1996. PINTO, Carlos de Sousa. *Curso básico de mecânica dos solos em 16 aulas*: com exercícios resolvidos. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. RICARDO, Helio de Souza; CATALANI, Guilherme. *Manual prático de escavação*: terraplanagem e escavação de rocha. 2. ed. rev., atual., ampl. São Paulo: Pini, 1990. SÃO PAULO. Instituto de Pesquisa Tecnológicas (SP). *Crítérios mínimos de desempenho para habitações térreas de interesse social*. São Paulo: Mandarin, [1996]. YAZIGI, Walid. *A técnica de edificar*. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Sinduscon / SP, PINI, 2009. NORMAS TÉCNICAS: NBR-6457; NBR-6459; NBR-7180; NBR-7181; NBR-7182; NBR-7185; NBR-9895; NBR 14545; NBR 13292; NBR-5738; NBR-5739; NBR-7223; NBR-7217; NBR-7219; NBR-7251;NBR-9776; NBR-6474; NBR-7215; NBR-11579; NBR-11580; NBR-11581; NBR-11582; NBR-13.133

Supervisor de Custos

Conhecimentos Específicos:

Conhecimentos na área de custos e contabilidade/administração pública. Noções de estoque de produtos, planilhas de controle. Faturamento. Análise de despesas e orçamento. Definição para preço de custo. Análise e controle dos custos diretos e indiretos, rateios de mão-de-obra, análise e divulgação dos relatórios de margem e rentabilidade, estudo de viabilidade dos projetos e investimentos municipais. Gasto ou Dispêndio, Investimento, Custo, Despesa, Perda, Ganho, Pagamento ou Desembolso e Receita. Analogia entre Custos e Despesas. Sistemas de Custos. Noções de planilhas em Excel – nível avançado.

Sugestões Bibliográficas:

CREPALDI, Silvio Aparecido, Curso básico de contabilidade de custos – 1. ed. –São Paulo, Atlas, 1999. Legislação, Livros e apostilas que abrangem o tema proposto.

Supervisor de Sistema

Conhecimentos Específicos:

Suporte em Manutenção de Computadores: Arquitetura e Organização de Computadores; Características dos Principais Processadores do Mercado; Instalação/Reparação de Sistemas básicos e aplicativos; Servidor de Imagens de Sistema Operacionais, instalação via Rede; Administração de Sistemas Operacionais Windows e Linux; Ferramentas para avaliação de desempenho de computadores; Segurança da Informação: conceitos, aplicativos, backup. Aplicativos de Escritório Planilha

Eletrônica. Redes: Cabeamento Estruturado; Rede Sem Fio: Protocolos e tipos, segurança, projetos, administração centralizada; Redes de Computadores: Modelos OSI e TCP/IP, conceitos e protocolos. Criptografia, Assinatura Digital, Certificados Digitais e VPPN. Redes Locais Virtuais: VLAN; Sistemas de Administração de Diretório/Domínio: LDDAP e Active Directory; Sistemas de Help Desk. Inglês técnico. Sistema de segurança.

Sugestões Bibliográficas:

BEZERRA, E. **Princípios de Análise e Projeto de Sistemas com UML**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. GANE, Chris; SARSON, Trish. **Análise Estruturada de Sistemas**. Rio de Janeiro: LTC, 1984. 267 p. Qualidade no Setor de Software Brasileiro. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia - Secretaria de Política de Informática e Automação, 1998. WAZLAWICK, Raul Sidnei. **Análise e Projeto de Sistemas de Informação Orient. a Objetos**, Ed. Campus, 2004. WEINBERG, Gerald M. Rethinking Systems Analysis and Design. [s.l.]: Dorset House, 1988. Demais livros que abrangem o tema proposto.

Técnico em Enfermagem

Conhecimentos Específicos:

SUS. Estratégia do PSF. Atribuição do Técnico de Enfermagem. Práticas de trabalho da equipe do PSF. Legislação e Portarias. Prevenção e Promoção a Saúde. Educação para o auto cuidado. Biossegurança nas Ações de Saúde. Conceitos e princípios de assepsia, anti-sepsia, desinfecção, descontaminação e esterilização. Métodos de esterilização utilizados em estabelecimento de saúde. Norma e rotinas de trabalho. Funcionamento e utilização dos equipamentos e materiais. Preparação, acompanhamento e participação de exames diagnósticos. Saúde da Criança: Ações de enfermagem na promoção da Saúde infantil. Parâmetros de crescimento e desenvolvimento infantil nas diferentes faixas etárias. SISVAN. RN de risco e de crianças de baixo peso. Condutas de enfermagem em pediatria. Aleitamento materno. Transtornos comuns da infância. Assistência de enfermagem à criança com diarreia aguda e desidratação. Transtornos mais comuns na infância. Saúde da Mulher: Sistematização da assistência de enfermagem no pré-natal. Distúrbios ginecológicos da puberdade até o climatério. Sexualidade da mulher e autocuidado. Saúde da Mulher no curso da vida. Temas relacionados à saúde do Adulto e do Idoso Educação para o autocuidado. Cuidados de Enfermagem no atendimento das necessidades básicas do cliente /paciente. Ações que visam à prevenção, tratamento e controle de doenças infecto contagiosas e/ou crônicas. Necessidades nutricionais nos diferentes períodos da vida. Tratamento de feridas. O processo de envelhecimento nos aspectos fisiológicos, sociais e patológicos. Temas relacionados à Vigilância epidemiológica: A prevenção e o controle das doenças transmissíveis no PSF. Atuação da equipe na Vigilância epidemiológica. Perfil epidemiológico da comunidade. Aspectos gerais das imunizações. Técnicas de aplicação e armazenamento de imunobiológicos. Temas relacionados à Saúde Mental: Saúde Mental no PSF. Reconhecer as categorias de transtornos mentais e de comportamento.

Sugestões Bibliográficas:

BELLUSI, Silva Meirelles. **Doenças Profissionais do Trabalho**. Editora Senac; v. 2; São Paulo, 1996. BRASIL, Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica; Guia Prática do Programa de Saúde da Família. Ministério da Saúde - Brasília, 2001. BRASIL, Ministério da Saúde Gestão Municipal de Saúde: Textos básicos, Rio de Janeiro. Brasil, 2001. BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 5. ed. Brasília, Fundação Nacional de Saúde, 2002(b), v. 1 - 2. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional da Saúde - FUNASA. Manual de Procedimentos para Vacinação. Elaboração de Clélia Maria Sarmento de Souza Aranda et al. 4. ed. Brasília, 2001. Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia para o controle da hanseníase, Secretaria de Políticas de Saúde. - 1ª. edição - Brasília: Ministério da Saúde, 2002. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual técnico para o controle da tuberculose. Cadernos de atenção básica, Secretaria de Políticas de Saúde Departamento de Atenção Básica.- 6. ed. rev. ampl. - Brasília, 2002. BRASIL, Instituto para o Desenvolvimento da Saúde. Universidade de São Paulo. Ministério da Saúde. Manual de Condutas Médicas/ Ministério da Saúde. Brasília, 2002. BRASIL, Instituto para o Desenvolvimento. Universidade de São Paulo. Ministério da Saúde. Manual de Enfermagem/Brasília, 2001. Ministério da Saúde: Secretaria de Políticas de Saúde; Revista Brasileira de Saúde da Família - Ministério da Saúde-Ano II nº 5 – Maio, 2002. Legislação e Portarias *Portaria 1886/GM 1997* Lei 8080 de 19/09/1990. www.saude.gov.br ,www.datasus.gov.br ,www.funasa.gov.br POTTER, Patrícia A. e cols. **Fundamentos de Enfermagem**. Guanabara Koogan, 2004.

Técnico de Obras e Serviços

Conhecimentos Específicos:

Fundações superficiais e profundas: tipos, sondagem, execução e controle; Concretos e argamassas: propriedades, materiais constituintes, ensaios de caracterização e controle tecnológico; Estruturas de concreto armado: formas, escoramento, armaduras, concretagem, cura; Materiais de construção: agregados, aglomerantes, materiais cerâmicos, madeira, aço, materiais betuminosos, vidros, tintas e vernizes; Técnica de edificações: alvenaria, revestimento, cobertura, pintura, impermeabilização, esquadrias; Interpretação de projetos: arquitetônico, estrutural, de instalações hidrosanitárias e elétricas, de proteção contra incêndio; Cronograma de obras; Orçamento de obras: Estimativo e Detalhado (levantamento de quantitativos, planilhas, composições de custos); Noções de desenho assistido por computador (AUTOCAD): menus, comandos, aplicações; Padronização do Desenho e Normas Técnicas Vigentes - Tipos, Formatos, Dimensões e Dobradura de Papel; Linhas Utilizadas no Desenho Técnico. Escalas. Projeto Arquitetônico - Convenções Gráficas (representação de materiais, elementos construtivos, equipamentos, mobiliário); normas técnicas vigentes; Desenho de: Planta de Situação, Planta Baixa, Cortes, Fachadas, Planta de Cobertura; Detalhes; Cotagem; Esquadrias (tipos e detalhamento); Escadas e Rampas (tipos, elementos, cálculo, desenho); Coberturas (tipos, elementos e detalhamento); Desenho de Projeto de Reforma - convenções. Execução de Estruturas - Desenho de estruturas em concreto armado, e metálicas (plantas de formas e armação). Vocabulário Técnico - Significado dos termos usados em arquitetura. Tecnologia das Construções. Materiais de Construção. Execução e Fiscalização de Obras. Noções de topografia e terraplenagem: execução e controle; Acessibilidade nas edificações.

Sugestões Bibliográficas:

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050. maio/2004. Acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR 9077. dezembro / 2001. Saídas de Emergência em Edifícios. NBR 6118/2003. Projeto e execução de obras de concreto armado. ARAÚJO, Regina Célia Lopes, RODRIGUES, Edmundo Henrique Ventura e FREITAS, Edna das Graças Assunção. **Materiais de Construção - Coleção Construções Rurais - 1**. Seropédica, RJ: Editora Universidade Rural, 2000. AZEREDO, Hélio Alves de, **O Edifício até a sua Cobertura**, Editora Edgard Blücher, São Paulo, 1977. **O Edifício e Seu Acabamento**, Editora Edgard Blücher, São Paulo, 1994. BAUD, G. **Manual de Pequenas Construções - Alvenaria e Concreto**.- São

Paulo: Hemus Editora Ltda., 1995. BORGES, Alberto de Campos. Prática das Pequenas Construções - Vol.1, 7ª Edição - Editora Edgard Blücher, São Paulo, 1981. BORGES, Ruth Silveira e BORGES, Wellington Luiz. Manual de Instalações Prediais, Hidráulicas, Sanitárias e de Gás. 3ª edição - Minas Gerais: Fumarc - Fundação Mariana Rezende Costa, 1999. CARDÃO, Celso. Técnica da Construção - volumes I e II - Edições Engenharia e Arquitetura, 1983. CREDER, Hélio - Instalações Elétricas - Livros Técnicos e Científicos. COELHO, Ronaldo Sérgio de Araújo. Instalações Hidráulicas Domiciliares. S.Paulo: Editora Bisord Ltda. FUSCO, Péricles Brasiliense. Técnicas de armar as Estruturas de Concreto.- São Paulo: PINI, 1995. GONÇALVES, Orestes Marraccini at all. Execução e Manutenção de Sistemas Hidráulicos Prediais.- São Paulo: PINI, 2000. MACINTYRE, A. J. - Instalações Hidráulicas - Editora Guanabara. MALHEIROS, Paulo, AutoCAD 14 Passo-A-Passo, Market Press Editora, 1998. Manual Técnico de Instalações Hidráulicas e Sanitárias. 2ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Editora PINI LTDA, 1987, Reimpressão, dezembro 1992. Manual Pirelli de Instalações Elétricas, 2ª edição - São Paulo-SP: Editora PINI LTDA, 1999. MONTENEGRO, Gildo A. Desenho Arquitetônico - Editora Edgard Blucher Ltda. RIPPER, Ernesto, Como evitar erros na construção civil, 3ª edição - São Paulo: PINI, 1996. SAMPAIO, José Carlos de Andrade. Manual de Aplicação da NR-18.- São Paulo: PINI: SindusCon-SP, 1998. SOUZA, Roberto de e MEKBEKIAN, Geraldo. Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras.- São Paulo: PINI, 1996. THOMAZ, Ercio. Tecnologia, Gerenciamento e Qualidade na Construção Civil. São Paulo: PINI, 2001. YAZIGI, Walid, A Técnica de Edificar, São Paulo: PINI: SindusCon - SP, 1998. E outros livros que abrangem o programa proposto.

Técnico de Orçamento e Contabilidade

Conhecimentos Específicos:

Contabilidade Pública: 1. Contabilidade pública: sistema orçamentário; sistema financeiro; sistema patrimonial; sistema de compensação e campo de atuação, noções gerais. 2. Orçamento público. 3. Receita pública: classificação legal da receita orçamentária; receita extra-orçamentária; receitas intra-orçamentárias; estágios da receita pública; dívida ativa; restituições de receitas. 4. Despesa pública: classificação legal da despesa orçamentária; despesa extra-orçamentária; estágios da despesa; restos a pagar; dívida pública; despesas de exercícios anteriores. 5. Regimes contábeis: regime de Caixa, regime de competência (princípio da competência) e escrituração na Contabilidade Pública. 6. Regime de adiantamento. 7. Patrimônio público. 8. Créditos adicionais. 9. Balanço orçamentário; balanço financeiro; balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais: noções gerais. 10. Controle prévio, concomitante e a posteriori: noções. 11. Lei 4.320/64.12. Prestação de Contas Municipais.

Sugestões Bibliográficas:

Curso Básico de Contabilidade Pública - Glauber Mota. Orçamento e Contabilidade Pública- Deusvaldo Carvalho. Demais livros e legislação que abrangem o tema proposto.

Técnico de Saúde – Análises Clínicas

Conhecimentos Específicos:

Boas Práticas de Fracionamento de Medicamentos em Farmácias; Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos para uso Humano em Farmácias. Conhecimento das diferentes formas farmacêuticas: comprimidos, drágeas, cápsulas, suspensões, soluções, pastas, cremes, emulsões e injetáveis. Farmacologia - Nomenclatura de fármacos: antibióticos, anti-hipertensivos, antidiabéticos, antiparasitários, antiinflamatórios, antiulcerosos, antianêmicos, anestésicos e antiretrovirais. Farmacotécnica - Preparo de soluções, técnicas de pesagem, cálculos e utilização de vidrarias. Medicamentos controlados e genéricos. Noções de Biossegurança - Esterilização, desinfecção e antisepsia, equipamentos de proteção. Noções de Farmácia Hospitalar - Estrutura física e organizacional, sistemas de dispensação de medicamentos, controle de estoque e armazenagem de medicamentos. Noções sobre Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Noções da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais.

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007. Aprova o Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinas para Uso Humano em farmácias e dá outras providências. Brasília: 2007. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/legis/resol/2007/rdc/67_081007rdc.htm>, acesso em 03/08/11. BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 80, de 11 de maio de 2006. Dispõe sobre a permissão de farmácias e drogarias para fracionar medicamentos a partir de embalagens especialmente desenvolvidas e dá outras providências. Brasília: 2006. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/hotsite/fraciona/rdc_80.htm>, acesso em 24/07/11. BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução - RDC/ANVISA nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília: 2004. Disponível em: <www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacao-sanitaria/estabelecimentos-de-saude/residuos/res_306.pdf>, acesso em 03/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM. Nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344j2_05j998jep.html>, acesso em 03/08/11. Brasil. Ministério da saúde. Portaria n.º 1587/GM Em 03 de setembro de 2002. Aprovar a revisão da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename e dá outras providências. Ministério da saúde. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-1587.htm>>, acesso em 03/08/11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Promoção e Assistência à Saúde. Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar. Guia Básico para Farmácia Hospitalar. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Brasília, 1994. Disponível em: Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Promoção e Assistência à Saúde. <http://hc.ufu.br/files/GUIA%20B%3C%81SICO%20PARA%20A%20FARM%3C%81CIA%20HOSPITALAR_0.pdf>, acesso em 03/08/11. BRASIL. Presidência da república. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19787.htm>, acesso em 03/08/11. CAMPBELL, Joe Bill; CAMPBELL, Jume M. Matemática de Laboratório - Aplicações Médicas e Biológicas. 3ª edição, São Paulo: Roca, 1995. OSORIO-DE-CASTRO, Cláudia G. S. et al. Projeto Diagnóstico da Farmácia Hospitalar no Brasil: uma proposta de hierarquização dos serviços. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csp/v23n4/10.pdf>, acesso em 24/07/11. PRISTA, Luis V. N. Técnica Farmacêutica e Farmácia Galênica. 3ª edição, Lisboa: Editora Calouste Gulbenkian, 3 Vols. 1990. VALLE, Silvio. et al.

Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

Técnico de Saúde – Radiologia

Conhecimentos Específicos:

Câmara escura; Controle de qualidade em mamografia; Diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico; Física das radiações; Fundamentos da anatomia radiológica; Mamografia; Noções de meios de contrastes radiológicos; Procedimentos, técnicas e posicionamentos radiológicos convencionais e contrastado, outros procedimentos; Princípios da formação de imagem, Processamentos radiográficos; Proteção radiológica; Técnicas e posicionamentos radiológicos: angiografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética.

Sugestões Bibliográficas:

BOISSON, Luiz F. Técnicas Radiológicas Médicas - Básica e Avançada - Anatomia Radiológica - 500 Considerações Técnicas. São Paulo: Editora Atheneu, 2007. BONTRAGER, Kenneth L. Tratado de Técnica de Radiológica e Base Anatômica. 5ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1999. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria/MS/SVS nº 453, de 01 de junho de 1998. Aprova o Regulamento Técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico, dispõe sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo território nacional e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil - D.O.U. 02./06/98, Brasília, DF, seção E, 2 de junho de 1998. DIMENSTEIN, Renato; HORNOS, Ivare M. M. Manual de Proteção Radiológica Aplicada ao Radiodiagnóstico. 2ª edição, São Paulo: Editora SENAC, 2004. Dimenstein, Renato; LEDERMAN. Henrique M; LOPES, Aimar A. Guia Prático de Posicionamento em Mamografia. 2ª Edição, São Paulo: Editora SENAC, 2005. DIMENSTEIN, Renato; NETTO, Thomaz G. Bases Físicas e Tecnológicas Aplicadas aos Raios X. 2ª edição, Editora SENAC, São Paulo: 2005. EASTMAN KODAK COMPANY. Elementos de Radiografia. 5ª edição, International Medical Section/Eastman Kodak Company. 1961

Técnico de Segurança do Trabalho

Conhecimentos Específicos:

Introdução à Engenharia de Segurança do Trabalho: Histórico; 2. Leitura e Interpretação de Projetos Diversos - Leitura e interpretação de projetos arquitetônicos, elétricos, telefônicos, de gás, hidráulicos, sanitários, mecânicos, especiais, e de prevenção e combate a incêndios. Símbolos e detalhes. Desenho Arquitetônico: planta de situação; planta baixa; especificações e símbolos; fachadas e detalhes. Escalas; 3. Segurança e Saúde no Trabalho nos Diplomas Legais Vigentes no País: Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988; Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria MTb 3.214, de 08 de junho de 1978, e suas alterações; Normas Regulamentadoras Rurais, aprovadas pela Portaria MTb 3.067, de 12 de abril de 1988, e suas alterações; Lei 7410, de 27 de novembro de 1985; Instrução Normativa, SSST/MTb No 1, de 11 de abril de 1994; Portaria N.º 4, de 6 de Fevereiro de 1992; Normas vigentes na ABNT referentes à Segurança e Saúde no Trabalho; Normas vigentes na FUNDACENTRO referentes à Segurança e Saúde no Trabalho; 4. Sistema Federal de Inspeção do Trabalho: Decreto 55.841, de 15 de março de 1965, e suas alterações; Lei 7855, de 24 de outubro de 1989, e suas alterações; Portaria MTb 3311, de 29 de novembro de 1989, e suas alterações; Portaria Interministerial MTb/SAF 6, de 28 de março de 1994, e suas alterações; Portaria MTb 549, de 14 de junho de 1995, e suas alterações; Instrução Normativa Intersecretarial 1, de 11 de março de 1994, e suas alterações; Instrução Normativa Intersecretarial 8, de 15 de maio de 1995, e suas alterações; Decreto 4552, de 27 de dezembro de 2002, e suas alterações; 5. Segurança e Saúde no Trabalho – Normas Internacionais - OIT - Convenção 81 - Inspeção do Trabalho (Decreto 95.461, de 11 de dezembro de 1987); Convenção 139 - Prevenção e Controle de Riscos Profissionais Causados pelas Substâncias ou Agentes Cancerígenos (Decreto 157, de 2 de julho de 1991); Convenção 148 - Proteção dos Trabalhadores contra os Riscos Profissionais devidos à Contaminação do Ar, ao Ruído, às Vibrações no Local de Trabalho (Decreto 93.413, de 15 de outubro de 1986); Convenção 155 - Segurança e Saúde dos Trabalhadores (Decreto 1.254, de 29 de setembro de 1994); 6. Segurança e Saúde no Trabalho – Legislação da Previdência Social - Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, e suas alterações; Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, e suas alterações; Decreto 2.172, de 5 de março de 1997, e suas alterações. Decreto 2.173, de 5 de março de 1997, e suas alterações; Decreto 3.048, de 06 de maio de 1999, e suas alterações; 7. Higiene e Medicina do Trabalho - Agentes ambientais físicos, químicos e biológicos. Antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais. Análise de elementos insalutíferos e perigosos. Fisiologia do trabalho. Toxicologia. Doenças do trabalho. Epidemiologia geral. Epidemiologia das doenças profissionais no Brasil. Aspectos toxicológicos e sua prevenção. Primeiros socorros. Recuperação de acidentados; 8. Segurança e Saúde no Trabalho - Conceito de acidente do trabalho. Causas de acidentes do trabalho. Custos do acidente. Registro, análise e prevenção de acidentes do trabalho. Equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI/EPC). Análise e comunicação de acidentes do trabalho. Avaliação e controle de riscos profissionais. Medidas técnicas e administrativas de prevenção de acidentes; 9. Psicologia e Segurança do Trabalho - Bases do comportamento humano. Ajustamento no trabalho. Planos promocionais. Motivação e treinamento de pessoal. Aspectos psicológicos do acidente do trabalho; 10. Segurança do Trabalho referente a: Ferramentas manuais portáteis. Máquinas e equipamentos. Motores e bombas. Equipamentos de pressão. Soldagem e corte. Caldeiras e vasos sob pressão. Instalações e serviços em eletricidade. Cores e sinalização. Ventilação industrial. Segurança na construção civil; 11. Ruídos - Fundamentos e controle. Ondas acústicas. Efeitos do ruído e vibrações no homem. Instrumentação para medições e análise de ruído. Isolamento de ruído. Acústica de ambientes fechados. Protetores auriculares. Unidades e grandezas; 12. Ergonomia - Histórico e definição. Aspectos sensoriais. Aspectos específicos de projetos e instrumentos. Aspectos motores e energéticos. A ergonomia e a prevenção de acidentes. Antropometria. Organização ergonômica do trabalho em ambientes de produção. Organização ergonômica do trabalho em ambientes de escritórios. L.E.R./D.O.R.T. Levantamento de peso; 13. Tecnologia e Prevenção no Combate a Sinistros - Segurança patrimonial. Legislação de segurança patrimonial. Prevenção e combate a incêndios. Sinistros; 14. Prevenção e Controle de Perdas – Fundamentos. Metodologia e controle de perdas. Controle de registros de acidentes. Análise de sistemas de perdas e desperdícios de materiais. Fatores econômicos do programa de prevenção de perdas. Acidentes fora do trabalho; 15. Segurança Industrial e Saúde - Prevenção e combate a incêndios. Explosão e explosivos. Calor e frio. Iluminação. Produtos químicos. Equipamentos de proteção individual (EPI's). Equipamentos de proteção coletiva (EPC's); 16. Proteção do Meio Ambiente. Poluição e poluentes. Fenômenos relativos a poluição atmosférica. Mudanças climáticas. Cenário ambiental nacional e internacional. Decreto 1413 de 14 de agosto de 1975; Decreto 76389 de 03 de outubro de 1975. Protocolo de Quioto.

Sugestões Bibliográficas:

ATLAS - Manuais de Legislação Atlas. Segurança e medicina do trabalho. 48.ed. São Paulo: Atlas, 2000. DELA COLETA, José Augusto. Acidentes de trabalho. São Paulo: Atlas, 1989. NORMAS REGULAMENTADORAS. Segurança e medicina do trabalho. 14.ed. São Paulo: Atlas, 1989. DE CICCO, F. M.; FANTAZZINI, M. L. Introdução à engenharia de segurança de sistemas. São Paulo: Fundacentro, 1988. HARRINGTON, H. James. Gerenciamento total da melhoria contínua. São Paulo: Makron Books, 1997. MINISTÉRIO DO TRABALHO. Curso para engenheiros de segurança do trabalho. São Paulo: FUNDACENTRO, 1981. GOELZER, B. Estratégias para avaliação de exposição no ambiente de trabalho a contaminantes atmosféricos. São Paulo: Revista Cipa, 1993. MACINTYRE, Archibald J. Ventilação industrial e controle da poluição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. VERDUM, R.; MEDEIROS, R. M. V. RIMA - Relatório de Impacto Ambiental. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1987. GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 1998. IIDA, I. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: Edgard Blücher, 1993. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas relativas à prevenção e combate a incêndios e explosões. Rio de Janeiro. CAMILO JÚNIOR, Abel Batista. Manual de prevenção e combate a incêndios. São Paulo: Ed. Senac, 1998. HANSEN, C. A. Proteção contra incêndios no projeto. Porto Alegre: UFRGS, 1992. Leis citadas e suas alterações.

Técnico em Higiene Dental

Conhecimentos Específicos:

Saúde Coletiva: Promoção de saúde; Epidemiologia dos problemas bucais; Flúor: uso; intoxicação crônica e aguda; Educação em saúde bucal; Políticas de saúde; SUS – Sistema Único de Saúde; Estratégia de Saúde da Família; Saúde Bucal na Estratégia de Saúde da Família. Anatomia e Morfologia dentária: Função Dentária; Componentes da coroa e raiz; Complexo dentina polpa; Nomenclatura das dentições; Nomenclatura das cavidades; Tipos de dentições e características. Cariologia : Tipos de cárie; controle da doença; Placa bacteriana, tártaro; Medidas de prevenção da cárie dental; Mecanismo de ação do flúor. Equipamentos, Materiais e Aparelhos Odontológicos utilização, manutenção e conservação; Instrumentais; Materiais Dentários; Materiais Diversos de uso em odontologia; Equipamentos Odontológicos. Controle de Infecção em Odontologia: Aspectos de interesse em odontologia. Deontologia e Ética odontológica. Ergonomia Aplicada. Doenças Infectocontagiosas.

Sugestões Bibliográficas:

BARROS. O. B. – Ergonomia 3 – Auxiliares em Odontologia. Pancast Editora 1995. 226 pgs. JR.J. G. - Biossegurança e Controle da Infecção Cruzada. Editora Santos 536 pgs. - 1a.edição/2001. GUANDALINI, S.L. – Biossegurança em Odontologia, Dental Books, 1998. 150p. RIO, L. M. S. P. ; RIO, R. P. Manual de Ergonomia Odontológica. 1ª ed. CROMG. SAMARANAYAKE, L. P., et al. - Controle da infecção para a equipe odontológica. 2.ed. São Paulo: Santos Editora, 1995. 146p. JÚNIOR, J.G. – Materiais Dentários, o essencial para o estudante e o clínico geral. LOBAS, C. F. S. et. al. - THD e ACD Técnico em Higiene Dental e Auxiliar de Consultório Dentário. 1a. edição, Editora Santos, 2004. SANTOS, W.N. – ACD-Auxiliar de Consultório Dentário. Livraria e Editora Rubio, 2004. CARVALHO, C. L. Trabalho e profissionalização das categorias auxiliares em Odontologia. Ação Coletiva, Brasília, v.2, n.1, 1999. COELHO, E. B. C. O trabalho com pessoal auxiliar no atendimento individual do paciente odontológico. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Guia curricular para formação do atendente de consultório dentário atuar na rede básica do SUS. Brasília, 1998. FEJERSKOV O., KIDD E. – Cárie Dentária: Editora Santos, 2005. ALVARES & TAVANO – Curso de Radiologia em Odontologia, 4ªed. Livraria Santos, 2002. 248p.

Terapeuta Ocupacional

Conhecimentos Específicos:

Código de Ética Profissional. Compreensão crítica da história da terapia ocupacional no Brasil. Ergoterapia e a assistência asilar. Conceitos básicos da terapia ocupacional socioterápica. Conceitos e idéias básicas dos modelos de terapia ocupacional que se fundamentam nas linhas psicológicas, terapia ocupacional psicodinâmica e junguiana. Conceitos e idéias que fundamentam a terapia ocupacional das críticas ao sistema segregativo e asilar, isto é, das práticas de transformação institucional. A idéia do trabalho como recurso de terapia ocupacional. Conceito de reabilitação e as propostas alternativas de atenção à saúde da população assistida em terapia ocupacional. A problemática da efetivação da cidadania da população assistida em terapia ocupacional: pessoas portadoras de com deficiências e doentes mentais. Políticas de Saúde Mental e referentes à saúde das pessoas portadoras de com deficiência. Os modelos de terapia ocupacional referentes ao atendimento às pessoas portadoras de com deficiência física e/ou sensorial (modelo neurológico e cinesiológico), bem como as abordagens corporais globalizantes (Gerda Alexander, Noshe Faldenkrais, Petho Sandor). O papel das unidades extra-hospitalares (U.B.S.), centro de convivência hospitais-dia e centros de referência diante da questão da não internação do paciente psiquiátrico e da não institucionalização da pessoa portadora de com deficiência física, sensorial e/ou mental. A ação do terapeuta ocupacional na emergência psiquiátrica, enfermarias psiquiátricas em hospitais gerais, assim como no tratamento hospitalar e ambulatorial de pessoas portadoras de com deficiência. A atuação do terapeuta ocupacional no atendimento a bebê de alto risco e a crianças que apresentam retardo no desenvolvimento neuropsicomotor. Análise crítica da reabilitação profissional no Brasil. Análise crítica da assistência e da atuação da terapia ocupacional no contexto da assistência às pessoas portadoras de com deficiência mental em nosso país. Análise das relações entre saúde e trabalho. Sistema Único de Saúde e Municipalização. Const. Federal: Título VIII - da Ordem Social, Cap. II - da Seguridade Social, Seção II - da Saúde; Lei 8080/90 e Lei 8142/90.

Sugestões Bibliográficas:

ATWAL, A. Terapia ocupacional e terceira idade. 1. ed. São Paulo: Editora Santos (Grupo GEN), 2007. BRASIL, Ministério da Saúde (BR). Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/saude/area>. CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. Terapia ocupacional: fundamentação & prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. DE CARLO, M.M.R.P.; LUZO, M.C.M. (Orgs.) Terapia ocupacional: reabilitação física e contextos hospitalares. São Paulo: Roca, 2004. DE CARLO, M.M.R.P.; QUEIROZ, M.E.G. Dor e cuidados paliativos: terapia ocupacional e interdisciplinaridade. São Paulo: Roca, 2007. DRUMMOND, A.F.; REZENDE, M.B. (Orgs.) Intervenções da terapia ocupacional. Editora UFMG, 2008. HAGEDORN, R. Ferramentas para a prática em terapia ocupacional: uma abordagem estruturada aos conhecimentos e processos centrais. São Paulo: Roca, 2007. MALFITANO, A.P.S. Atrás da porta que se abre: demandas sociais e o Programa de Saúde da Família (PSF). Holambra/São Paulo: Editora Setembro, 2007. MARTINEZ, C.M.S.; BARBA, P.C.D. (Cols.) Desenvolvimento de bebês: atividades cotidianas e a interação com o educador. São Carlos: EdUFSCar, 2005. MEDEIROS, M.H.R. Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social. 1. ed. São Carlos:

EdUFSCAR, 2003. PEDRETTI, L.W.; EARLY, M.B. Terapia ocupacional: capacidades práticas para disfunções físicas. São Paulo: Roca, 2005. TEIXEIRA, E.; SAURON, F.N. (Cols.) Terapia ocupacional na reabilitação física. São Paulo: Roca, 2004. UCHÔA-FIGUEIREDO, L.R.; NEGRINI, S.F.B.M. (Orgs.) Terapia ocupacional: diferentes práticas em hospital geral. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2009.

Topógrafo

Conhecimentos Específicos:

Topografia, Conceitos, Representação, Divisão, Modelo Real, Modelo Geoidal, Modelo Elipsoidal, Modelo Esférico, South American Datum, Coordenadas Geográficas, Coordenadas UTM, Erros em Topografia, Grandezas Medidas num Levantamento Topográfico, Grandezas Angulares, Grandezas Lineares, Unidades de Medida, Unidades de Medida Linear, Unidades de Medida Angular, Unidades de Medida de Superfície, Unidades de Medida de Volume, Conversão entre Unidades Lineares, Conversão entre Unidades de Superfície, Conversão entre Unidades Angulares, Conversão entre Unidades de Volume, Desenho Topográfico e Escala, Critérios para a Escolha da Escala de uma Planta, Precisão Gráfica, Escala Gráfica, Principais Escalas e suas Aplicações, Medida de Distâncias, Medida Direta de Distâncias, Nível de Cantoneira, Barômetro de Bolso, Dinamômetro, Termômetro, Nível de Mangueira, Cadernetas de Campo, Precisão e Cuidados na Medida Direta de Distâncias, Métodos de Medida com Diastímetros, Lance Único - Pontos Visíveis, Vários Lances - Pontos Visíveis, Traçado de Perpendiculares, Distância Horizontal - Visada Inclinada, Distância Vertical - Visada Ascendente, Medida Eletrônica, Teodolito Eletrônico, Distanciômetro Eletrônico, Estação Total, Nível Digital, Transformação dos ângulos horizontais externos em internos, Nivelamento Trigonométrico, Clinômetro Analógico ou Digital, Clisímetro, Teodolito: Topográfico e de Precisão, Irradiação Taqueométrica, Seções Transversais, Interpolação, Classificação do Relevo, Tipos de Cartas, Fotogrametria Terrestre, Fotogrametria Aérea, Fotogrametria Espacial, Restituição Fotogramétrica.

Sugestões Bibliográficas:

CARDÃO, Celso. **Topografia**. V e Edições Engenharia e Arquitetura, 1979. 373p. ESPARTEL, L. **Curso de Topografia**. 5ed. Porto Alegre, Editora Globo, 1977. 655p. GARCIA, G.J. & PIEDADE, G.C.R. **Topografia Aplicada às Ciências Agrárias**. 5ed. São Paulo, Livraria Nobel S.A. 1989. 256p. GIOTTO, E. SEBEM, E. **A Topografia Com o Sistema CR-TP0 6.0**. Santa Maria. UFSM, 2001. 357p. http://www.politecnico.ufsm.br/cursos/tecnicos/images/downloads/apostila_topografia_2009.pdf



FORMULÁRIO PARA RECURSO

Comissão Organizadora do Concurso da Prefeitura Municipal de Sabará / MG
Concurso Público – Edital nº 01/2012

Nome completo – Candidato:	
Nº de Inscrição e CPF:	
Cargo:	Data de nascimento:

Marque abaixo o tipo de recurso:

- () Edital () Indeferimento do pedido de isenção da Taxa de inscrição
() Inscrições (erro na grafia do nome) () Inscrições (omissão do nome – acrescentar Xerox boleto quitado)
() Inscrições (Erro no nº de inscrição) () Inscrições (erro no nº da identidade ou CPF)
() Inscrições (erro na nomenclatura do cargo) () Inscrições (indeferimento de inscrição)
() Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário)
() Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada)
() Indeferimento Laudo Médico
() Resultado (erro na pontuação e/ou classificação)
() Outro. Especificar _____

Digitar ou escrever em letra de forma a justificativa do recurso, de forma objetiva, em duas vias:

Local e data: _____, ____/____/____.

Assinatura: _____

ANEXO III
Cargos de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Sabará - MG

CÓDIGO	CARGO	REQUISITO/ESCOLARIDADE	Nº VAGAS	VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA	VALOR VENCIMENTO (R\$)	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO (R\$)	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PROVAS	Nº QUESTÕES	PESO DAS QUESTÕES
01	Administrador	Nível Superior com registro no CRA	01	00	R\$ 1.783,51	70,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
02	Advogado	Nível Superior com registro na OAB	01	00	R\$ 1.783,51	70,00	20 h	Língua Portuguesa Informática Conhec. Específicos	20 10 20	2,0 1,0 2,5
03	Agente de Comunicação Social	Nível Superior	01	00	R\$ 1.134,31	70,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
04	Agente de Obras e Serviços	Elementar Alfabetizado	50	03	R\$ 783,29	20,00	40h	Língua Portuguesa Matemática Conhecimentos Gerais	20 10 10	2,5 2,5 2,5
05	Analista de Educação Básica - Bibliotecário	Nível Superior em Biblioteconomia com Registro no Conselho Pertinente	01	00	R\$ 1512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
06	Analista de Educação Básica - Contador	Nível Superior em Ciências Contábeis com Registro no Conselho pertinente	01	00	R\$ 1512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
07	Analista de Educação Básica - Fonoaudiólogo	Nível Superior em fonoaudiologia com Registro no Conselho pertinente	01	00	R\$ 1512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
08	Analista de Educação Básica - Nutricionista	Nível Superior em Nutrição com Registro no Conselho pertinente	01	00	R\$ 1512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
09	Analista de Educação Básica –Inspetor Escolar	Nível Superior em Pedagogia (com complementação pedagógica ou licenciatura plena com especialização em Inspeção escolar	01	00	R\$ 1512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
10	Analista de Educação Básica - Psicólogo	Nível Superior em Psicologia com Registro no Conselho pertinente	01	00	R\$ 1512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0

11	Analista de Educação Básica –Assistente Social	Nível Superior em Serviço Social com Registro no Conselho pertinente	01	00	R\$ 1512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
12	Analista de Educação Básica - Terapeuta Ocupacional	Nível Superior em Terapia Ocupacional com Registro no Conselho pertinente	01	00	R\$ 1512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
13	Arquiteto Urbanista	Superior com registro no CREA	01	00	R\$ 2.102,55	70,00	40h	Língua Portuguesa Matemática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
14	Assistente Administrativo	Ensino Médio	10	01	R\$ 622,00	40,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Matemática	10 10 10 10	4,0 2,0 2,0 2,0
15	Assistente de Educação Básica (AEB)	Ensino Médio	58	03	R\$ 622,00	40,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
16	Assistente Social	Nível Superior com Registro no CRESS	01	00	R\$ 1.512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
17	Assistente Técnico de Educação Básica (ATB)	Ensino Médio	40	02	R\$ 637,65	40,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
18	Atendente de Consultório Dentário	Ensino Fundamental com Registro no CRO	10	01	R\$ 622,00	20,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
19	Auditor	Nível Superior em Ciências Contábeis com Registro CRC	02	00	R\$ 1.783,51	70,00	40 h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0

20	Auxiliar Administrativo	Ensino Fundamental	20	01	R\$ 622,00	40,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Matemática	10 10 10 10	2,5 2,5 2,5 2,5
21	Auxiliar de Obras e Serviços	Elementar Alfabetizado	30	02	R\$ 622,00	20,00	40h	Prova dirigida	40	2,5
22	Auxiliar de Serviços	Elementar Alfabetizado	10	01	R\$ 622,00	20,00	40h	Prova dirigida	40	2,5
23	Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASB)	Ensino Fundamental	75	04	R\$ 622,00	20,00	30h	Língua Portuguesa Matemática Conhecimentos Gerais	20 10 10	2,5 2,5 2,5
24	Bibliotecário	Nível Superior com registro no Conselho Reg. Biblioteconomia	01	00	R\$ 1.337,21	70,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
25	Biólogo	Nível Superior- Graduação em Ciências Biológicas- com registro no CRB	01	00	R\$ 1.512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
26	Desenhista Técnico	Ensino Fundamental	01	00	R\$ 692,34	20,00	40h	Língua Portuguesa Matemática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
27	Enfermeiro	Nível Superior com registro no COREN	10	01	R\$ 1.512,89	70,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
28	Enfermeiro Plantonista	Nível Superior com registro no COREN	01	00	R\$ 2.017,80	70,00	24h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
29	Engenheiro	Nível Superior –Graduação em Engenharia Civil- com registro no CREA	03	00	R\$ 2.102,55	70,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
30	Especialista de Educação Básica (EEB)	Graduação em Pedagogia de licenciatura plena ou licenciatura em área específica com especialização em Pedagogia (supervisão e orientação)	20	01	R\$ 1.337,21	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático- Pedagógicos Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0

31	Farmacêutico Bioquímico	Nível Superior – com registro no CRF	02	00	R\$ 1.512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
32	Fiscal Municipal	Ensino Médio	10	01	R\$ 721,41	40,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
33	Fiscal Sanitário	Ensino Médio	04	00	R\$ 721,41	40,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
34	Fisioterapeuta	Nível Superior com registro no CREFITO	02	00	R\$ 1.512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
35	Fonoaudiólogo	Nível Superior com registro no CREFONO	02	00	R\$ 1.512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
36	Historiador	Nível Superior- Graduação em História	01	00	R\$ 1.337,21	70,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
37	Médico	Nível Superior com registro no CRM	20	01	R\$ 1,783,51	70,00	20h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
38	Médico Plantonista	Nível Superior com registro no CRM	01	00	R\$ 2.478,67	70,00	12h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
39	Médico Veterinário	Nível Superior com registro no CRMV	01	00	R\$ 1.512,89	70,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
40	Mestre de Obras	Ensino Fundamental	03	00	R\$ 962,19	20,00	40h	Língua Portuguesa Matemática Conhec. Específicos	20 10 10	2,0 2,0 4,0

41	Motorista de Veículos Pesados	Elementar Alfabetizado – Carteira de Habilitação/CNH “D”	10	01	R\$ 751,72	20,00	40h	Língua Portuguesa Matemática Conhec. Específicos	20 10 10	2,0 2,0 4,0
42	Nutricionista	Nível Superior com registro no CRN	04	00	R\$ 1.134,31	70,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
43	Odontólogo	Nível Superior com registro no CRO	10	01	R\$ 1.512,89	70,00	20h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
44	Oficial Administrativo	Ensino Médio	15	01	R\$ 962,19	40,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Matemática	10 10 10 10	2,5 2,5 2,5 2,5
45	Oficial de Obras e Serviços	Elementar Alfabetizado	30	02	R\$ 622,00	20,00	40h	Língua Portuguesa Matemática Conhec. Gerais	20 10 10	2,5 2,5 2,5
46	Operador de Sistema	Ensino Médio	01	00	R\$ 622,00	40,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Matemática	10 10 10 10	2,5 2,5 2,5 2,5
47	Professor de Educação Básica (PEB) em Artes	Nível Superior: Licenciatura em Artes ou Graduação com complementação Pedagógica	01	00	R\$ 999,78	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático Pedag. Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
48	Professor de Educação Básica (PEB) em Ciências Biológicas	Nível Superior: Licenciatura em Ciências Biológicas ou Graduação com complementação Pedagógica	01	00	R\$ 999,78	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático Pedag. Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
49	Professor de Educação Básica (PEB) em Educação Física	Nível Superior: Licenciatura em Educação Física ou Graduação com complementação Pedagógica	01	00	R\$ 999,78	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático Pedag. Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
50	Professor de Educação Básica (PEB) em Geografia	Nível Superior: Licenciatura em Geografia ou Graduação com complementação Pedagógica	01	00	R\$ 999,78	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático Pedag. Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0

51	Professor de Educação Básica (PEB) em História	Nível Superior: Licenciatura em História ou Graduação com complementação Pedagógica	01	00	R\$ 999,78	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático Pedag. Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
52	Professor de Educação Básica (PEB) em Letras/Espanhol	Nível Superior: Licenciatura em Letras/Espanhol ou Graduação com complementação Pedagógica	01	00	R\$ 999,78	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático Pedag. Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
53	Professor de Educação Básica (PEB) em Letras/Inglês	Nível Superior: Licenciatura em Letras/Inglês ou Graduação com complementação Pedagógica	01	00	R\$ 999,78	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático Pedag. Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
54	Professor de Educação Básica (PEB) em Letras/Língua Portuguesa	Nível Superior: Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa ou Graduação com complementação Pedagógica	01	00	R\$ 999,78	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático Pedag. Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
55	Professor de Educação Básica (PEB) em Matemática	Nível Superior: Licenciatura em Matemática ou Graduação com complementação Pedagógica	01	00	R\$ 999,78	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático Pedag. Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
56	Professor de Educação Básica (PEB) Séries Iniciais	Nível Superior: Curso Normal Superior ou Pedagogia	150	08	R\$ 962,19	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático Pedag. Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
57	Professor de Educação Básica (PEB) Educação Religiosa	Nível Superior: Graduação em Teologia ou Superior com especialização em ciências religiosas	01	00	R\$ 999,78	70,00	24h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Didático Pedag. Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
58	Programador de Sistema	Ensino Médio	01	00	R\$ 721,41	40,00	40h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Matemática Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
59	Psicólogo	Nível Superior com registro no CRP	05	00	R\$ 1.512,89	70,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
60	Supervisor de Obras e Orçamento	Ensino Médio	05	00	R\$ 1.283,31	40,00	40h	Língua Portuguesa Matemática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0

61	Supervisor de Custo	Ensino médio	05	00	R\$ 1.283,31	40,00	40h	Língua Portuguesa Matemática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
62	Supervisor de Sistema	Ensino Médio	05	00	R\$ 1.283,31	40,00	40h	Língua Portuguesa Matemática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
63	Técnico de Enfermagem	Ensino Médio com Formação Técnica – Registro no COREN.	03	00	R\$ 1.002,60	40,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
64	Técnico e Obras e Serviços	Ensino Médio com Formação Técnica em Edificações ou Estradas.	03	00	R\$ 1.002,60	40,00	40h	Língua Portuguesa Matemática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
65	Técnico de Orçamento e Contabilidade	Ensino Médio - Registro no CRC	02	00	R\$ 1.002,60	40,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
66	Técnico de Saúde - Análises Clínicas	Ensino Médio - Especialização em Análises Clínica com Registro no CRQ	01	00	R\$ 1.002,60	40,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
67	Técnico de Saúde - Radiologia	Ensino Médio - Especialização em Radiologia com Registro no CRTR	01	00	R\$ 1.002,60	40,00	24h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
68	Técnico de Segurança do Trabalho	Ensino Médio com Formação Técnica Em Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho	01	00	R\$ 1.002,60	40,00	40h	Língua Portuguesa Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	20 10 20	2,0 2,0 4,0
69	Técnico em Higiene Dental	Ensino Médio com Formação Técnica em Saúde Bucal com Registro no CRO	05	00	R\$ 1.002,60	40,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
70	Terapeuta Ocupacional	Nível Superior com registro no CREFITO	01	00	R\$ 1.512,89	70,00	30h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0

71	Topógrafo	Ensino Médio com Formação Técnica em Agrimensura-Registro no CREA	03	00	R\$ 962,19	40,00	40h	Língua Portuguesa Informática Noções de Adm. Pública Conhec. Específicos	10 10 10 10	2,0 2,0 2,0 4,0
72	Trabalhador Braçal	Elementar Alfabetizado	100	05	R\$ 622,00	20,00	40h	Prova Dirigida	40	2,5
Total geral de vagas:			772 (setecentas e setenta e duas) vagas							
Vagas para Deficientes, observar o Título 03 do Edital.										